

**Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

**PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES EM TEXTOS DE LÍNGUA  
PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVII E XVIII**

**por**

**DAVI DE OLIVEIRA SANTANA**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio**

**SALVADOR  
2006**

**Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística**

**PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES EM TEXTOS DE LÍNGUA  
PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVII E XVIII**

**por**

**DAVI DE OLIVEIRA SANTANA**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

**SALVADOR  
2006**

[...] *quem trabalha com a mudança lingüística no tempo real de longa duração sabe que esse processo contínuo do fazer-se das línguas reserva muitas surpresas, muitas travessas e becos, até sem saída, sobretudo por pressões externas, pela criatividade dos falantes, por condicionamentos fora do alcance do analista* (MATTOS E SILVA, 2002, p. 9).

## RESUMO

Esta pesquisa, de cunho funcionalista, intitulada *Prefixos derivados de preposições em textos de Língua Portuguesa dos séculos XVII e XVIII*, objetiva identificar os processos e os princípios de gramaticalização aplicáveis à mudança **preposição > prefixo**, bem como analisar os aspectos semânticos dessa mudança com base nas teorias do localismo e dos protótipos. A partir de um *corpus* constituído de 41 cartas do século XVII (*Cartas do Maranhão*, de Antônio Vieira, 8580 linhas) e 127 cartas do século XVIII (*Cartas Baianas Setecentistas*, 5500 linhas), comparam-se esses dois períodos entre si, com os dados etimológicos encontrados, principalmente, em Cunha (1991) e Romanelli (1964) e com os dados do século XIV, referentes às preposições, analisados por Poggio (2002). Julgou-se apropriado complementar a análise com a nova proposta de estudo multissistêmico da mudança lingüística de Castilho (2003), haja vista que os pressupostos da teoria da gramaticalização relacionados com o princípio da unidirecionalidade, que inclui a premissa do enfraquecimento ou “desbotamento” semântico dos itens que adquirem um maior caráter gramatical, têm sofrido muitas críticas em parte da literatura contemporânea sobre a gramaticalização, e também em razão das dificuldades encontradas em se comprovar a aplicabilidade de tais pressupostos em todos os casos de mudança **preposição > prefixo** analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Prefixos; Preposições; Gramaticalização

## ABSTRACT

*This research, of the functionalist type, named Prefixes derived from prepositions in texts of the Portuguese of the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, is intended to identify the processes and principles of grammaticalization applicable to the change **preposition** > **prefix**, as well as to analyze the semantic aspects of such a change, based on the theories of localism and prototypes. The corpus used consisted of 41 letters from the 17<sup>th</sup> century (Letters from Maranhão, by Antônio Vieira, 8580 lines) and 127 letters from the 18<sup>th</sup> century (Bahian Letters from the 18<sup>th</sup> century, 5500 lines). These two centuries were compared with the etymologic data found, mainly, in Cunha (1991) and Romanelli (1964) and with the data from the 14<sup>th</sup> century that referred to the prepositions analyzed by Poggio (2002). It was considered proper to complement the analysis with the new proposal of multi-systemic study of Castilho's (2003) linguistic change, because the fundamentals of the grammaticalization theory related to the principle of unidirectionality, which includes the premise of semantic weakening or "fading" of those items that acquire a greater grammatical character, have been severely criticized by the contemporary literature about grammaticalization and also because of the difficulties found to prove the applicability of such fundamentals in all cases analyzed involving the change **preposition** > **prefix**.*

*Key words: Prefixes; Prepositions; Grammaticalization*

## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CS</b>	<b>Cartas Setecentistas</b>
<b>CV</b>	<b>Cartas de Vieira</b>
<b>DSG</b>	<b>Diálogos de São Gregório</b>
<b>ed.</b>	<b>Edição</b>
<b>et. al.</b>	<b>E outros</b>
<b>nº</b>	<b>Número</b>
<b>ELP</b>	<b>Escola Lingüística de Praga</b>
<b>l.</b>	<b>Linha</b>
<b>PFS</b>	<b>Perspectiva funcional da sentença</b>
<b>p.</b>	<b>Página</b>
<b>séc.</b>	<b>Século</b>
<b>trad.</b>	<b>Tradução</b>
<b>[...]</b>	<b>Indicador de supressões</b>
<b>‘ ’</b>	<b>Indicador de significado</b>
<b>-x</b>	<b>Indicativo de elemento prefixal</b>
<b>*</b>	<b>Indicador de forma lingüística reconstruída através de processos comparativos</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formalismo X funcionalismo.....	18
Quadro 2 - As metafunções de Halliday.....	26
Quadro 3 - Capacidades de um usuário de uma língua natural.....	27
Quadro 4 - Exemplo de construção de uma predicação.....	29
Quadro 5 - Tópico X sujeito.....	34
Quadro 6 - Fases da gramaticalização.....	47
Quadro 7 - Estágios de gramaticalização, conforme Castilho (1997).....	49
Quadro 8 - Campos de atuação do processo de recategorização.....	50
Quadro 9 - Parâmetros de avaliação do grau de gramaticalização.....	53
Quadro 10 - Gramaticalização forte X gramaticalização fraca.....	54
Quadro 11 - Possibilidades de estruturação da noção temporal.....	64
Quadro 12 - <i>Continuum</i> de fusão das unidades lingüísticas espaciais.....	66
Quadro 13 - <i>Continuum</i> de evolução morfossintática de morfemas espaciais a partir de material lexical.....	67
Quadro 14- Comparação da preposição A (séc. XIV) com o prefixo A- (séc. XVII e XVIII).....	112
Quadro 15 - Quantitativo das ocorrências do prefixo A-.....	116
Quadro 16 - Comparação da preposição ANTE (séc. XIV) com o prefixo ANTE- (séc. XVII e XVIII).....	118
Quadro 17 - Quantitativo das ocorrências do prefixo ANTE-.....	119
Quadro 18 - Comparação da preposição COM (séc. XIV) com o prefixo COM- (séc. XVII e XVIII).....	121
Quadro 19 - Quantitativo das ocorrências do prefixo COM-.....	121
Quadro 20 - Comparação da preposição CONTRA (séc. XIV) com o prefixo CONTRA- (séc. XVII e XVIII).....	123
Quadro 21 - Quantitativo das ocorrências do prefixo CONTRA-.....	123

Quadro 22 - Comparação da preposição DE (séc. XIV) com o prefixo DE- (séc. XVII e XVIII).....	125
Quadro 23 - Quantitativo das ocorrências do prefixo DE-.....	126
Quadro 24 - Comparação da preposição EM (séc. XIV) com o prefixo EM- (séc. XVII e XVIII).....	128
Quadro 25 - Quantitativo das ocorrências do prefixo EM-.....	131
Quadro 26 - Comparação da preposição INTER (séc. XIV) com o prefixo INTER- (séc. XVII e XVIII).....	133
Quadro 27 - Quantitativo das ocorrências do prefixo INTER-.....	133
Quadro 28 - Comparação da preposição SOBRE (séc. XIV) com o prefixo SOBRE- (séc. XVII e XVIII).....	137
Quadro 29 - Quantitativo das ocorrências do prefixo SOBRE-.....	139
Quadro 30 – Número total das ocorrências dos prefixos nos <i>corpora</i> .....	145
Quadro 31 – Gráfico comparativo dos prefixos quanto ao grau de gramaticalização.....	146



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	03
<b>ABSTRACT</b> .....	04
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	05
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	06
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 O FUNCIONALISMO</b> .....	16
1.1 FORMALISMO X FUNCIONALISMO.....	17
1.2 O CONCEITO DE FUNÇÃO.....	20
1.3 A GRAMÁTICA FUNCIONAL.....	21
1.4 MODELOS DE ANÁLISE FUNCIONALISTAS.....	23
1.4.1 <b>O funcionalismo de Michael A. K. Halliday</b> .....	24
1.4.2 <b>O funcionalismo de Simon Dik</b> .....	27
1.4.3 <b>O modelo de T. Givón (modelo norte-americano)</b> .....	30
1.5 OUTROS TEMAS DISCUTIDOS NOS ESTUDOS FUNCIONALISTAS.....	32
1.5.1 <b>A perspectiva funcional da sentença</b> .....	33
1.5.2 <b>O estatuto informacional: noções de dado e novo</b> .....	33
1.5.3 <b>O conceito de tópico</b> .....	34
1.5.4 <b>Transitividade e relevância discursiva</b> .....	35
<b>2 A TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO</b> .....	37
2.1 CONCEITOS DE GRAMATICALIZAÇÃO – PROPOSTAS.....	38
2.2 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	42
2.3 ESTÁGIOS (OU PROCESSOS) DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	47
2.4 GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	52

2.5 A PROPOSTA DE CASTILHO DE UM ESTUDO MULTISSISTÊMICO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA.....	55
<b>3 AS TEORIAS SEMÂNTICAS DO LOCALISMO E DOS PROTÓTIPOS.....</b>	<b>59</b>
3.1 A TEORIA DO LOCALISMO.....	59
3.2 A TEORIA DOS PROTÓTIPOS.....	68
<b>4 ESTUDOS SOBRE AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS.....</b>	<b>74</b>
4.1 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS E HISTÓRICAS.....	74
4.1.1 <b>As preposições.....</b>	<b>74</b>
4.1.2 <b>Os prefixos.....</b>	<b>81</b>
4.2 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS.....	86
4.2.1 <b>As preposições.....</b>	<b>86</b>
4.2.2 <b>Os prefixos.....</b>	<b>89</b>
<b>5 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>102</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS <i>CORPORA</i> .....	102
5.1.1 <i>Cartas do Maranhão, de Antônio Vieira.....</i>	<i>102</i>
5.1.2 <i>Cartas setecentistas.....</i>	<i>104</i>
5.1.3 <b>Comentários sobre os <i>corpora</i>.....</b>	<b>105</b>
5.2 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ETAPAS DA ANÁLISE DOS DADOS.....	106
<b>6 ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DE TEORIAS FUNCIONALISTAS.....</b>	<b>109</b>
6.1 ANÁLISE SEGUNDO AS TEORIAS LOCALISTA E DOS PROTÓTIPOS.....	109
6.1.1 <b>A- do latim <i>ad</i>.....</b>	<b>109</b>
6.1.2 <b>Ante- do latim <i>ante</i>.....</b>	<b>117</b>
6.1.3 <b>Com- do latim <i>cum</i>.....</b>	<b>120</b>
6.1.4 <b>Contra- do latim <i>contra</i>.....</b>	<b>123</b>

6.1.5 <i>De-</i> do latim <i>de</i> .....	124
6.1.6 <i>Em-</i> do latim <i>in</i> .....	126
6.1.7 <i>Inter-/entre-</i> do latim <i>inter</i> .....	131
6.1.8 <i>Per-/por-</i> do latim <i>per/pro</i> .....	134
6.1.9 <i>Pos-</i> do latim <i>post</i> .....	135
6.1.10 <i>Sem-</i> do latim <i>sine</i> .....	135
6.1.11 <i>Sobre-</i> do latim <i>super</i> .....	136
6.1.12 <i>Sub-</i> do latim <i>sub</i> .....	140
6.2 PROCESSOS, PRINCÍPIOS E GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO RELACIONADOS COM A MUDANÇA <b>PREPOSIÇÃO &gt; PREFIXO</b> .....	141
6.2.1 <b>Processos de gramaticalização</b> .....	142
6.2.2 <b>Graus de gramaticalização</b> .....	144
6.2.3 <b>Princípios de gramaticalização</b> .....	146
6.2.4 <b>O princípio da unidirecionalidade</b> .....	148
6.3 ESBOÇO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTUDO MULTISSIS- TÊMICO AOS PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES.....	150
6.3.1 <b>Prefixos e lexicalização</b> .....	150
6.3.2 <b>Prefixos e semanticização</b> .....	151
6.3.3 <b>Prefixos e discursivização</b> .....	152
6.3.4 <b>Prefixos e gramaticalização</b> .....	152
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	153
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	156
<b>ANEXO – OS CORPORA</b> .....	163

## INTRODUÇÃO

Embora o termo pós-modernidade sugira, graças ao prefixo “pós” (It.: *post*), um momento cronológico posterior ao que se denomina modernidade, inúmeras são as definições que invadem a literatura na área das ciências humanas, inúmeros são seus defensores e seus acusadores, ora a aproximando, ora a opondo à modernidade, criticando-a e mostrando suas incoerências e os problemas que acarreta, na defesa da perspectiva centrada na objetividade e na imparcialidade (CORACINI, 2003. p. 98).

A citação acima ilustra o potencial dos prefixos de atribuir a palavras derivadas novas significações, novos usos. A partir das alterações semânticas provocadas pelo prefixo *pós-* no substantivo *modernidade*, Coracini inicia suas considerações sobre a Linguística Aplicada e a questão da identidade. Como explica esse autor, o prefixo *pós-* acrescenta ao vocábulo modernidade uma noção de posterioridade. Essa propriedade dos prefixos de operar modificações semânticas nas bases às quais se afixam não é nova. No latim, existiam os prefixos latinos e muitos deles tiveram seus usos ampliados nas línguas neolatinas. Nesta pesquisa, busca-se verificar os processos de gramaticalização que ocorrem com a mudança **preposição > prefixo**, bem como os princípios aplicáveis a essa mudança, comparando textos em língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII entre si, com dados etimológicos e com informações do século XIV, coletadas por Poggio (2002), relativas às preposições. Pretende-se mostrar até que ponto os prefixos formados a partir de preposições participaram na formação de derivados nos séculos citados. O aspecto semântico receberá atenção especial, na medida em que serão analisados os valores significativos atribuídos pelos prefixos originários de preposições a palavras derivadas, semelhantes à “pós-modernidade”, encontradas nos séculos XVII e XVIII, tendo como ferramenta as teorias semânticas do localismo e dos protótipos.

Os prefixos encontrados na contemporaneidade da língua portuguesa são frutos de processos de mudanças constantes ao longo da história, ou seja, daquilo que Mattos e Silva (2002, p. 9) chama, na citação colocada como epígrafe desta pesquisa, de “contínuo fazer-se das línguas”. Acompanhar as alterações formais e semânticas dos prefixos ao longo da história da língua portuguesa é um meio de se verificar o impacto de aspectos de interação social e de constituição cognitiva dos seres humanos no uso lingüístico. Esse estudo também contribui para a análise de determinados fenômenos lingüísticos cujo entendimento fica muito prejudicado, quando se adota exclusivamente uma abordagem sincrônica de análise.

Constata-se que as línguas variam em virtude da pretensão dos falantes de

verbalizar da maneira mais adequada as suas intenções. A razão para a mudança lingüística seria, portanto, a busca pela expressividade. Nessa busca, o sistema lingüístico reajusta-se sem cessar (COSERIU, 1979). E, para entender a mudança, é necessário, como destacou Pezatti (2004), diferenciar inovação de aceitação. Pode-se falar em mudança lingüística apenas a partir do momento em que a inovação lingüística foi aceita por mais do que um falante. Assim, o processo de mudança lingüística é mais uma questão de aceitação do que de inovação, sendo que, nesse processo, estão envolvidos diferentes níveis lingüísticos (fonológico, morfológico, sintático, etc.). A criação de prefixos ilustra bem as considerações acima. Por exemplo, talvez para satisfazer a necessidade de uma expressão mais sintética, e até mais simples cognitivamente, em virtude de um novo contexto cultural, passou-se a usar a palavra *pós-modernidade*, em vez da expressão *tempo posterior ao da modernidade*.

Um dos aspectos que diferenciam os estudos lingüísticos das ciências naturais é que, conforme mostrou Saussure (1975), é o ponto de vista que cria o objeto. Por exemplo, Saussure (1975) aponta como objeto dos estudos lingüísticos a língua considerada em si mesma e por si mesma. Já os funcionalistas acreditam que a língua não pode ser estudada fora do seu contexto de uso, ou seja, na análise da estrutura gramatical, toda a situação comunicativa deve ser considerada. É natural, assim, que várias tendências teóricas procurem explicar o complexo fenômeno da linguagem, incluindo a questão da mudança lingüística.

Como ressalta Maia (2002, p. 231), “depois de algumas décadas de predomínio e valorização do descritivismo sincrônico, o estudo da mudança lingüística volta a situar-se actualmente no centro da investigação lingüística”. Discute-se amplamente essa questão, por exemplo, dentro dos estudos funcionalistas.

Há, nas pesquisas funcionalistas recentes, um crescente interesse pela investigação histórica dos fatos lingüísticos. Tais pesquisas têm sido revigoradas principalmente pela teoria da gramaticalização. O funcionalismo propõe explicações funcionais, comunicativas e/ou cognitivas para se interpretar a mudança. Na ótica funcionalista, o estudo da mudança está vinculado ao pressuposto de que deve existir uma interação e interdependência entre estudos sincrônicos e diacrônicos. Para uma melhor compreensão da mudança, é importante, conforme Poggio (2002), o exame da origem das formas gramaticais, das trajetórias das mudanças dessas formas, além do exame das mesmas como um fenômeno discursivo-pragmático.

Portanto, a pesquisa de prefixos derivados de preposições justifica-se por apoiar a concepção da linguagem como um instrumento dinâmico, variável e, sobretudo, mutável. A verificação dos casos nos quais se constata a mudança **preposição>prefixo**, além dos dados e

análises referentes aos processos envolvidos na mudança e às variações semânticas, que porventura tenham ocorrido em relação ao sentido etimológico, poderão se somar a outros estudos que mostram o valor de se considerar a língua, não como um objeto autônomo e abstrato, mas como um instrumento dependente de situações comunicativas reais e que está, conseqüentemente, sujeito a alterações. Esse reconhecimento é um importante passo rumo ao entendimento de determinados fenômenos lingüísticos não explicáveis, quando se adota uma concepção estática da linguagem. Trata-se de uma abordagem pancrônica de estudo da língua, onde se combinam a informação sincrônica e diacrônica, tendo como meta uma análise mais consistente dos processos de mudança, envolvendo as preposições e seus derivados prefixais<sup>1</sup>.

Algumas hipóteses iniciais nortearam esta pesquisa. Por exemplo, processos de gramaticalização podem ser identificados na mudança **preposição > prefixo**. A esses processos aplicam-se determinados princípios de gramaticalização, conforme postulados por autores, tais como Hopper (1991), Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e Castilho (1997). A transformação de preposição em prefixo provoca enfraquecimento semântico do item lingüístico considerado. O *cline* localista **PESSOA >OBJETO>ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE** pode ser verificado nos elementos prepositivos, observando-se que esses elementos gramaticais tendem a uma abstratização crescente.

Esta dissertação adota a concepção tradicional de prefixo como um elemento morfológico preposto a uma forma verbal ou nominal<sup>2</sup> e focaliza, principalmente, as palavras com prefixos derivados de preposições formadas no português, bem como aquelas transmitidas pelo latim, mas cuja prefixação é identificável na atual sincronia do português. Dividiu-se a pesquisa em sete capítulos, conforme descritos a seguir.

No primeiro capítulo, discutem-se, especificamente, o funcionalismo e algumas de suas áreas de investigação, tendo em vista que se escolheu a abordagem funcional como suporte teórico para este trabalho de pesquisa. Pretende-se mostrar o foco central da abordagem funcional, suas principais vertentes e exemplos de como a pesquisa funcionalista tem contribuído para o progresso das ciências da linguagem.

Dedicou-se o segundo capítulo à teoria da gramaticalização, “considerada um subparadigma teórico no entorno da teoria funcionalista” (PEZATTI, 2004, p.177). Esse

<sup>1</sup> Como Faraco (1991) ressalta, as mudanças lingüísticas podem ser de seis tipos: mudanças fonético-fonológicas, mudanças morfológicas, mudanças sintáticas, mudanças semânticas, mudanças pragmáticas e mudanças lexicais. Nesta pesquisa, o foco são as mudanças morfológicas, pois se analisam casos de preposições que se tornaram morfemas derivacionais, e as mudanças semânticas, já que se analisam também as alterações semânticas resultantes da mudança preposição > prefixo.

<sup>2</sup> A prefixação é uma das questões polêmicas nos estudos lingüísticos. Não está bem definida, por exemplo, a fronteira entre a derivação prefixal e a composição e há incertezas quanto à correta identificação dos itens que compõem a categoria dos prefixos. Alguns pontos de vista, encontrados tanto em gramáticas normativas e históricas, como em estudos lingüísticos contemporâneos, serão confrontados no capítulo quarto desta dissertação.

capítulo descreve como a gramaticalização tem sido objeto de várias pesquisas nos últimos anos e as diversas propostas de conceito, processos, princípios e de critérios para avaliação do grau de gramaticalização dos elementos lingüísticos.

O terceiro capítulo concentra-se na apresentação das propostas semânticas do localismo e dos protótipos. Essas teorias darão suporte teórico para a análise de aspectos semânticos da mudança **preposição > prefixo** em uma parte da história da língua portuguesa.

No quarto capítulo, procede-se a uma revisão da literatura sobre as preposições e os prefixos, com base em gramáticas normativas e em estudos lingüísticos recentes, tendo como objetivo mostrar ao leitor o estado atual das discussões sobre o tema desta pesquisa.

Reservou-se o quinto capítulo para algumas considerações metodológicas, incluindo-se uma breve descrição dos *corpora* e das etapas e critérios analíticos adotados.

O sexto capítulo é o momento de aplicação do referencial teórico aos dados selecionados. Faz-se uma apresentação de alguns aspectos etimológicos dos elementos prefixais e a análise desses elementos a partir das teorias do localismo e dos protótipos. Identificam-se, em seguida, os processos e os princípios de gramaticalização que se aplicam à formação de prefixos a partir de preposições. Procura-se, também, avaliar o grau de gramaticalização dos prefixos, usando como ferramenta teórica os parâmetros postulados por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e comparando os prefixos entre si e com as preposições analisadas por Poggio (2002).

Ainda no sexto capítulo, realiza-se um esboço de aplicação da proposta de estudo multissistêmico da mudança lingüística, de Castilho (2003), às mudanças envolvendo as preposições e os prefixos encontrados nos *corpora*, em razão das dificuldades encontradas quando se tentou relacionar os dados coletados com o referencial teórico referente ao princípio da unidirecionalidade.

Finalmente, no sétimo capítulo, procura-se resumir os resultados obtidos nesta pesquisa, considerando suas limitações e questões que permanecerão em aberto, aguardando futuras pesquisas. Nesse momento, comenta-se até que ponto as hipóteses citadas antes foram confirmadas pelos dados.

Apresenta-se ainda nesta dissertação uma segunda parte, englobando os anexos, onde foram reunidas todas as ocorrências de prefixos derivados de preposições retiradas dos *corpora* com suas respectivas análises.

Assim, acredita-se que a presente pesquisa contribuirá para os estudos lingüísticos atuais, pois mostrará a necessidade da convivência harmoniosa de diferentes abordagens teóricas, quando o objetivo é a análise do complexo fenômeno da mudança

lingüística, bem como a importância de se conceber a língua como um instrumento dinâmico, sujeito a alterações ao longo do tempo.



## 1 O FUNCIONALISMO

É árdua a tarefa de proceder a um estudo geral do funcionalismo, haja vista suas diversas abordagens, quase tão numerosas quanto o número de funcionalistas! Conforme esclarece Poggio (2002), há funcionalistas voltados principalmente para o estudo de um modelo abstrato de uso da língua. Outros preferem estudar a língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo. E há aqueles que estudam a variação translingüística ou a variação intralingüística. Principalmente os trabalhos de funcionalistas das últimas três décadas oferecem aos lingüistas um vasto campo de metodologias e debates. Weedwood (2002) explica que, no último quartel do século XX, lingüistas e filósofos da linguagem se dedicaram intensamente à abordagem funcionalista e aos aspectos pragmáticos do uso da língua.

Portanto, deve-se admitir a dificuldade de se apresentar um estudo que abarque todas as correntes funcionalistas. Na verdade, o que se chama de “funcionalismo” está diluído nos trabalhos de diversos pesquisadores, que muitas vezes discordam em pontos fundamentais. Parece que um dos grandes desafios hoje em dia nos estudos lingüísticos reside em harmonizar esses diferentes pontos de vista encontrados nos estudos funcionalistas.

Ainda assim, comparando-se diversas propostas, é possível apontar aspectos comuns. A partir desse denominador comum, pode-se depreender a teoria funcionalista da linguagem. Por exemplo, como assinala Cunha et al. (2003), o funcionalismo vê a língua principalmente como um instrumento de interação social. Conforme Barreto (2005), funcionalismo é a corrente lingüística que encara a língua de acordo com a sua função precípua: a comunicação. Para Pezatti (2004), a política geral do funcionalismo é definir a linguagem como um instrumento de interação social, empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais. Neves (1997) comenta adicionalmente que qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, ou seja, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

Nos subitens a seguir, procura-se, além de contrapor as duas correntes lingüísticas atuais, considerar o funcionalismo e suas vertentes principais.

## 1.1 FORMALISMO X FUNCIONALISMO

Conforme Castilho (2001), formalismo e funcionalismo diferenciam-se quanto à maneira de abordagem do fenômeno lingüístico e quanto à função dada à semântica, à gramática e ao discurso. Para o formalismo<sup>3</sup>, língua é um conjunto de orações, cujo correlato psicológico é a competência lingüística. O funcionalismo, por outro lado, trabalha a língua como um instrumento de interação social, priorizando a competência comunicativa. Conforme Poggio (2002), essa última constitui uma teoria que tem como meta definir as funções desempenhadas pela língua. As duas correntes teóricas, primeiro o formalismo e depois o funcionalismo, fixaram-se fortemente na lingüística brasileira.

Para Neves (1997), formalismo e funcionalismo constituem dois pólos em oposição. O pólo formalista privilegia a análise da forma lingüística. É vista a língua como um objeto autônomo e, por isso, as investigações lingüísticas no pólo formalista desconsideram o uso lingüístico. O termo “formalismo” veio a designar o estudo da forma lingüística nos níveis fonético, fonológico, morfológico e sintático. Como observa Dillinger (1991), os estudos formalistas deram continuidade à gramática tradicional, pelo menos no que se refere aos fenômenos estudados. De acordo com Hjelmslev (1975 *apud* MARTELOTTA, 2003b), o formalismo vê a língua como uma unidade encerrada em si mesma, como uma estrutura *sui generis*.

O pólo funcionalista parte do princípio de que a língua não é uma entidade suficiente em si. Prioriza o estudo da função lingüística. O estudo da língua, portanto, não deve estar dissociado do seu uso efetivo em situações reais de comunicação. Poggio (2002) observa ainda que a abordagem ou pólo funcionalista é caracterizada por ser funcional e dinâmica. Funcional porque integra o sistema e seus elementos com as funções que tem de preencher. E dinâmica, pois vê na variabilidade da relação entre estrutura e função a força dinâmica subjacente ao constante desenvolvimento da linguagem. Conforme salientou Dik (1989), num paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Camacho (1994 *apud* NEVES, 1997)

---

<sup>3</sup> O estruturalismo e o gerativismo são geralmente vistos como exemplos de tendências formalistas, tendo em vista que ambas as abordagens vêem a língua como um objeto autônomo, desconsiderando a influência do contexto social e outros fatores extralingüísticos na estruturação da língua. Contudo, o gerativismo se tornou uma vertente teórica tão influente que o termo “gerativismo” é encarado por muitos autores como um sinônimo de “formalismo”, como explicou Barreto (2005). A lingüística gerativa tem como objeto duplo a faculdade da linguagem e a gramática subjacente a cada uma das variadas línguas particulares (LOBATO, 1986).

acrescenta que o paradigma funcional é uma das alternativas relevantes para superar o problema metodológico resultante da desconsideração do papel do contexto social na interação lingüística. Dillinger (1991) contrasta o formalismo e o funcionalismo, afirmando que o funcionalismo concentra-se nas modalidades da interação social, frisando o contexto na compreensão da natureza das línguas, enquanto que o formalismo estuda a língua como um objeto descontextualizado. Ou seja, o formalista estuda uma língua em termos de suas partes e os princípios de sua organização, sem considerar suas relações com o meio ou contexto em que se situa.

Dik (1989) refere-se ao funcionalismo e ao formalismo como dois paradigmas diferentes, sendo o termo **paradigma** usado na acepção de um conjunto de crenças e hipóteses em interação. Neves (1997, p. 46-47) apresenta um quadro explicativo sobre os fatores que, na opinião de Dik (1989), diferenciam esses dois paradigmas:

	<b>PARADIGMA FORMAL</b>	<b>PARADIGMA FUNCIONAL</b>
<b>Como definir a língua</b>	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
<b>Principal função da língua</b>	Expressão dos pensamentos	Comunicação
<b>Correlato psicológico</b>	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
<b>O sistema e seu uso</b>	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
<b>Língua e contexto/situação</b>	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
<b>Aquisição da linguagem</b>	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
<b>Universais lingüísticos</b>	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas, biológicas ou psicológicas e contextuais
<b>Relações entre a sintaxe, a semântica e a pragmática</b>	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe via semântica

Quadro 1 - Formalismo X funcionalismo (NEVES 1997, p. 46-47)

O quadro acima demonstra que ambos os paradigmas apresentam postulados diferentes em relação a diversos aspectos do complexo fenômeno da linguagem. Qual dentre esses dois paradigmas seria o melhor? Depende do ponto de vista adotado. E deve-se aceitar a convivência de diferentes pontos de vista, especialmente, quando o objeto de estudo é a linguagem humana. Por exemplo, qual a principal função da língua, a expressão do pensamento ou a comunicação? Não parece haver motivos claros para se questionar nenhuma dessas opções. É insensato tanto negar que a linguagem é um fenômeno psicológico como negar que ela é um fenômeno social. Naturalmente, escolhas de referencial teórico e de métodos de análise devem ser feitas, quando se estuda determinado fenômeno lingüístico. Mas, dada a complexidade da linguagem humana, não é sensato argumentar que um único modelo teórico, dentre os atualmente existentes, seja suficientemente abrangente para dar conta de todas as questões que envolvem a linguagem. Cada modelo, de uma forma ou de outra, contribui para uma melhor compreensão dos fatos lingüísticos.

A polêmica entre Votre e Naro (1989) e Nascimento (1990), seguida das observações de Dillinger (1991), deram maior visibilidade no Brasil ao embate formalismo x funcionalismo.

Votre e Naro (1989) consideram as abordagens formal e funcional como alternativas diferentes e excludentes e atribuem ao funcionalismo uma maior relevância.

Já Nascimento (1990), que possui uma formação gerativista, acredita que os dois enfoques definem diferentes objetos de estudo, cada um abordando diferentes aspectos da linguagem. O gerativismo, conforme esse autor, tem como objeto o conhecimento da língua. O funcionalismo, por sua vez, elege o processamento lingüístico como seu objeto de estudo.

Dillinger (1991), por outro lado, acredita que as duas vertentes de estudos lingüísticos estudam diferentes fenômenos de um mesmo objeto, a língua. Por isso, esse autor considera as discussões sobre qual enfoque é o mais importante como não tendo relevância. As diferentes perspectivas são complementares e igualmente necessárias. Também com uma postura conciliatória, Mary Kato (1998) chama atenção para a existência de um funcionalismo mais abstrato que estuda a competência sintática do falante, a Língua I (funcionalismo europeu), e um funcionalismo mais concreto que estuda a língua em uso, a língua E (funcionalismo americano). Essa autora chega até a postular que poderia haver um “casamento” entre os dois modelos, no domínio da semântica.

Pezatti (2004) observa que uma “posição moderada parece predominar hoje na lingüística brasileira”. Mas a polêmica formalismo x funcionalismo no Brasil evidenciou a necessidade de coexistência de diferentes perspectivas teóricas. Castilho (2001) também

reconhece que formalismo e funcionalismo passaram por muitas transformações e que se verifica uma diminuição das distâncias entre esses modelos.

Como se argumentou antes, não parece sensato defender a superioridade de um pólo (formalista ou funcionalista) em relação ao outro. Nesse aspecto, vale referir-se novamente a Dillinger (1991), para o qual tanto o formalismo e funcionalismo padecem de males sérios para serem adotados como abordagens únicas. Schimitz (1997) admite que o gerativismo deu uma forte contribuição para o conhecimento sobre a linguagem, mas não se deve ignorar outros modelos como o funcionalista, a contribuição de Greimas, na França bem como a contribuição da Sociolinguística (Labov), a da Linguística Textual e dos vários tipos de Análise do Discurso. Mesmo a contribuição da “gramática tradicional”, que inclui o trabalho dos hindus, gregos, romanos, gramáticos e filósofos da Idade Média e dos gramáticos do século XVII da Escola de Port-Royal, não deve ser menosprezada.

Borges Neto (2004) lembra que, em virtude da extrema complexidade da linguagem, todas as possibilidades de abordagem desse objeto serão sempre parciais, não sendo possível, portanto, abordar a linguagem humana em todas as suas perspectivas, simultaneamente. Por isso, geralmente as pesquisas de cunho lingüístico privilegiam um enfoque, ao passo que desconsideram ou ignoram todos os outros. Assim, nesta pesquisa, privilegia-se, como já explicado, o modelo funcionalista de análise, mas não se deixa de reconhecer as muitas contribuições que as abordagens formalistas dão aos estudos lingüísticos.

## 1.2 O CONCEITO DE FUNÇÃO

O funcionalismo, em linhas gerais, segundo considerado antes, pode ser visto como uma tendência teórica que define a língua como um instrumento de interação social, empregado pelas pessoas em situações reais de comunicação. Contudo, podem ser distinguidas diversas nuances semânticas do termo “função” no âmbito do funcionalismo, o que causa dificuldades de interpretação. Por exemplo, Poggio (2002) observa que a maioria dos lingüistas filiados à Escola Linguística de Praga usam “função” no sentido de ‘tarefas desempenhadas pela linguagem ou seus componentes’ ou ‘propósito ao qual eles servem’. Benveniste (1995) baseou sua noção de função na idéia de que as expressões lingüísticas assumem funções nos contextos estruturais. Labov (1987 *apud* PEZATTI 2004) esclarece que

existem várias abordagens funcionalistas e diferentes conceitos de função, que variam de acordo com o contexto lingüístico que é levado em consideração.

Um dos conceitos de função identificados por Labov é o de Martinet (1962 *apud* PEZATTI, 2004). Martinet postula que a carga funcional de um determinado elemento depende do número de outras unidades que se opõe a esse elemento. Ou seja, a “função”, para Martinet, varia conforme as mudanças no sistema de oposições lingüísticas. Kiparsky (1971 *apud* PEZATTI, 2004), por outro lado, vincula o conceito de função a uma relação entre uma dada forma e seu significado referencial. E, para Halliday (1985), o conceito de função refere-se à motivação discursiva da estrutura sentencial.

Pezatti (2004) relaciona essas três diferentes tendências com os conceitos de função postulados por Garvin (1978 *apud* PEZATTI, 2004), a saber: a) função interna (entre uma forma e outra); b) função semântica (entre uma forma e seu significado); c) função externa (entre o sistema de formas e seu contexto). As abordagens funcionalistas contemporâneas estão mais relacionadas com as funções semântica e externa, que têm a ver, respectivamente, com os conceitos de função de Kiparsky e Halliday, considerados acima.

Há ainda autores que concebem função como finalidade dos atos lingüísticos procurando, dessa maneira, estabelecer as funções da linguagem. Por exemplo, K. Bühler, em 1934, descreveu três funções da linguagem: representação, exteriorização psíquica e apelativa. Jakobson, tido como funcionalista pioneiro, por sua vez, ampliou, em 1960, as funções de Bühler para seis, cada uma ligada a um dos fatores que interferem no ato de comunicação, a saber: referencial, ligada ao contexto; emotiva, ao remetente; conativa, ao destinatário; fática, ao contato; metalingüística, ao código; e poética, à mensagem.

Um dos objetivos desta pesquisa é mostrar como variações e ampliações das funções de determinados elementos prepositivos, especialmente no que se refere à função semântica, provocadas por pressões cognitivas e de uso, desencadearam processos de gramaticalização que resultaram ou no aparecimento ou na ampliação de uso dos prefixos.

### 1.3 A GRAMÁTICA FUNCIONAL

A gramática funcional é uma teoria de organização da gramática das línguas naturais que postula principalmente a existência de uma relação não-arbitrária entre o aspecto funcional e o gramatical da língua. Como já se observou, essa teoria preocupa-se com o uso

das expressões lingüísticas em situações de comunicação, o que faz com que o componente pragmático, nos estudos funcionalistas, tenha maior relevância em relação ao sintático e ao semântico. Conforme argumenta Poggio (2002, p. 31), “a gramática é vista como uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, tendo desenvolvimento satisfatório apenas numa teoria pragmática, isto é, da interação verbal”. Assim, na visão funcionalista, as relações entre as unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, sendo a gramática vulnerável às pressões de uso. A competência comunicativa, ou seja, a capacidade que o falante possui de usar expressões lingüísticas de um modo interacionalmente satisfatório, é levada em conta, não apenas a capacidade de avaliar a gramaticalidade dessas expressões.

A gramática funcional procura ainda investigar como as expressões lingüísticas se codificam gramaticalmente. Como a gramática é sensível às pressões de uso, freqüentemente formas discursivas mais produtivas cristalizam-se através do processo de gramaticalização. Nota-se que justamente aqueles elementos prepositivos com alta produtividade nas sentenças são os que mais são empregados como elemento prefixal e que os prefixos mais empregados no interior dos derivados são os que possuem maior número de nuances semânticas. Mais adiante, esses aspectos serão comprovados nesta pesquisa.

Os principais desenvolvimentos da visão funcionalista da gramática são geralmente associados à Escola Lingüística de Praga (doravante ELP). A ELP formou-se por um grupo de estudiosos que começou a atuar antes de 1930 e que viam a língua como um meio do homem relacionar-se com a realidade extralingüística, como explica Neves (1997). Para a ELP, vale as frases efetivamente realizadas e, para interpretá-las, é fundamental levar-se em conta o contexto verbal e não-verbal.

Assim, para a ELP, a linguagem não é um fenômeno isolado, serve a uma variedade de propósitos e é influenciada por diversos elementos. As frases, por exemplo, são unidades comunicativas que veiculam informações e, ao mesmo tempo, estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio contexto lingüístico. Os adeptos dessa concepção rejeitam a dicotomia competência x atuação, que é a base dos postulados de Chomsky. Verifica-se essa rejeição no modelo de Praga, bem como nos de Halliday e Dik. Tanto Halliday como Dik, seguindo a ELP, entendem, como assinala Neves (1997), que os itens estruturadores dos enunciados são multifuncionais e que, portanto, uma consideração que exclusivamente se dedica ao estudo das funções gramaticais não é satisfatória.

Neves argumenta que a abordagem da ELP pode ser caracterizada como um estruturalismo funcional, tendo em vista o postulado dessa escola de que a língua é um sistema, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural (sistêmico) e o funcional. Essa estudiosa

acrescenta ainda que:

Embora o conceito de funcionalismo em lingüística esteja indubitavelmente ligado à Escola Lingüística de Praga, várias outras abordagens “funcionais” surgiram no Ocidente e no Oriente, e o funcionalismo tomou, depois, vida própria e independente (NEVES, 1997, p. 18).

Os adeptos da teoria da gramática funcional, em resumo, apresentam como postulado comum a importância de se levar em consideração a competência comunicativa dos falantes, que inclui a capacidade de usar e interpretar expressões de um modo interacionalmente satisfatório. A base epistemológica da lingüística funcional seria, então, considerar a língua como um instrumento de interação social, sendo as expressões lingüísticas consideradas em circunstâncias efetivas de interação verbal.

É possível distinguir diversos modelos e abordagens de cunho funcional. Considerando as dificuldades de se realizar um estudo minucioso sobre o funcionalismo, preferiu-se, a seguir, expor brevemente três das principais propostas de análise funcionalista: o modelo de Halliday, o modelo de Dik e o modelo de T. Givón (modelo norte-americano), por serem modelos teóricos razoavelmente mais completos e abrangentes. Logo após, apresentar-se-ão alguns temas relevantes discutidos no seio do funcionalismo. Acredita-se que, dessa maneira, será possível situar os estudos da mudança lingüística, que é o foco desta pesquisa, no contexto dos estudos funcionalistas.

#### 1.4 MODELOS DE ANÁLISE FUNCIONALISTAS

Até 1970, existia um predomínio maciço do modelo de gramática gerativa proposto por Chomsky. Conforme Pezatti (2004), parecia não ser possível estudar a linguagem fora dos parâmetros da Gramática Transformacional. Contudo, a excessiva desconsideração dos fatores discursivos, ou seja, um enfoque excessivamente formalista, contribuiu para o surgimento, a partir de 1970, de diversas correntes teóricas que pretendiam preencher essa lacuna. A sociolingüística, a lingüística textual, a análise do discurso e a análise da conversação foram algumas das novas propostas. Nesse contexto, a teoria funcionalista ganhou um novo fôlego. Pezatti (2004) esclarece que o funcionalismo não surgiu naquele momento. O paradigma funcional tem uma tradição tão extensa quanto à do paradigma formal. O que houve foi uma reatualização dos seus princípios. Conforme



argumenta De Lancey (2001 *apud* PEZATTI, 2002), o funcionalismo moderno é um retorno à concepção de lingüistas anteriores a Saussure.

Essa reatualização dos princípios do funcionalismo colaborou para o surgimento de várias escolas e tendências funcionalistas. Elisabete Bates (1987 *apud* NEVES, 1997) afirma que o funcionalismo pode ser comparado ao protestantismo: várias seitas divergentes que convergem apenas quando a questão é a rejeição à autoridade papal, que, nos estudos lingüísticos, seria Chomsky. Segundo Nichols (1984 *apud* NEVES, 1997), há três tipos de propostas funcionalistas:

- 1) **Conservadora** – aponta a inadequação do formalismo, mas não propõe uma análise da estrutura como opção teórica.
- 2) **Moderada** – aponta a inadequação e propõe uma análise funcionalista como opção teórica.
- 3) **Extremada** – segundo esse tipo de proposta, as regras da língua baseiam-se exclusivamente na função desempenhada pelos elementos lingüísticos. Restrições sintáticas não existem.

Apresentam-se, a seguir, três dos modelos funcionalistas classificados como “moderados” por Van Valin (1990 *apud* NEVES, 1997), com o objetivo de exemplificar de que forma diversas questões são discutidas no âmbito do funcionalismo. Os próximos itens objetivam, também, continuar mostrando como se apresenta o cenário dentro do qual se discute a mudança lingüística, que é o foco desta pesquisa, especialmente, no que se refere às preposições e aos prefixos.

#### 1.4.1 O funcionalismo de Michael A. K. Halliday

Conforme Neves (1997), a teoria à qual se liga a gramática funcional de Halliday se baseia na teoria de John Rupert Firth.

Para Halliday (1963 *apud* NEVES, 1997), uma interpretação funcionalista deve se configurar a partir de uma descrição sistêmica, na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada uma representando as escolhas associadas a um dado tipo de constituinte. Como explica Neves (1997), a lingüística funcional sistêmica de Halliday

opõe-se a lingüística formal sistêmica de, por exemplo, Saussure e Chomsky. Segundo Halliday (1963 *apud* NEVES, 1997), a teoria lingüística se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a “cadeia” (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma).

O objetivo da gramática seria, portanto, organizar as opções disponíveis aos falantes em alguns conjuntos, de modo a possibilitar que o falante faça seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua. Torna-se, então, a gramática como um mecanismo lingüístico que relaciona essas seleções significativas dando, dessa maneira, a tais seleções, um tratamento estrutural unificado.

Para Halliday (1985), a gramática deve tomar como ponto de partida os sentidos, os significados e as significações das expressões lingüísticas, para depois indagar como elas se codificam gramaticalmente, pois, para esse autor, a língua existe não porque disponha de uma estrutura, mas sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções.

O objetivo das estruturas, ou redes sistêmicas, é, assim, configurar diferentes espécies de significado, ligando-se às diferentes funções da linguagem:

- **Sistema de transitividade:** codifica a experiência do mundo, especificando os papéis dos elementos da oração como “ator”, “meta” etc., ligando-se à função ideacional.
  
- **Sistema de modo** (modalidade): diz respeito aos papéis da fala. Especifica sujeito, complemento etc. Codifica a troca, ou a interação, entre os falantes. Diz respeito aos papéis da fala, e liga-se, pois, à função interpessoal.
  
- **Sistemas de tema e de informação:** especifica relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação. Dizem respeito à função lingüisticamente intrínseca. Liga-se à função textual. Codifica a mensagem.

No interior de cada sistema as escolhas são feitas em relação a um determinado nível gramatical (frase, texto etc.), sendo que cada sistema maior implica em subsistemas, nos quais o modo de operação se repete, levando a escolhas cada vez mais específicas.

Em 1985, Halliday concentrou sua atenção no aspecto funcional da gramática, deixando de lado o sistêmico. Esse autor destacou que são os usos da língua, através das gerações, que têm dado forma ao sistema. E pode-se acrescentar que é o uso freqüente de determinadas formas que favorece o processo de gramaticalização, conforme será observado

no caso das preposições que adquirem um maior caráter gramatical.

Para Halliday (1985), os significados da língua estruturam-se em torno dos componentes funcionais. Halliday (1985) apresenta, então, a idéia de metafunções. O referido lingüista acredita que os propósitos mais gerais dos usos da linguagem são entender o ambiente (**função ideacional**) e influir sobre os outros (**função interpessoal**). Essas funções são mediadas pela **função textual**, que confere às outras duas relevância.

Nas postulações de Halliday (1985), observam-se, então, dois pontos básicos:

- 1) A unidade maior de funcionamento é o texto. Assim, cada parte (orações, expressões) é interpretada como funcional em relação ao todo.
- 2) Os itens são multifuncionais. Esse aspecto, conforme Halliday (1985), constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem.

Neves (1997) explica que a investigação do funcionamento dos itens pode ocorrer segundo diferentes limites de unidade, desde o texto até os sintagmas menores que a frase, e mostra uma visão dos subsistemas de organização do texto, que pode ser resumida da seguinte maneira:

<i>Função</i>	<i>Organização</i>	<i>Sistema</i>
Ideacional	Dos significados	Coesão
Interpessoal	Da interação	Relações humanas
Textual	Da informação	Estruturação da informação (dado/novo; foco)

Quadro 2 - As metafunções de Halliday

Como conclui Neves, é digna de nota a maneira como Halliday estabelece uma relação sistemática entre a análise lingüística e o contexto de ocorrência dos enunciados. A língua é apresentada como um sistema semântico, não apenas no que se refere ao significado das palavras, mas a todo o sistema de significado da língua. O significado é codificado no enunciado como um todo integrado. Não é possível a identificação do significado de cada elemento isoladamente. Para Halliday (1985), sem uma gramática, isto é, sem uma teoria que dê conta de como as palavras codificam os significados, não há como explicitar uma interpretação do sentido de um texto. Algumas observações de Halliday, principalmente as que ressaltam a importância do contexto na compreensão do significado dos signos lingüísticos, são confirmadas no estudo dos prefixos derivados de preposições, conforme

mostra o capítulo seis.

#### 1.4.2 O funcionalismo de Simon Dik

Dik (1989), assim como os adeptos da Escola de Praga, adota a concepção de que a língua possui um caráter teleológico. Para Dik, a principal questão que se coloca nos estudos da linguagem é “como os falantes e os destinatários são bem sucedidos comunicando-se uns com os outros por meio de expressões lingüísticas” (Dik, 1989, p. 1). Esse autor concebe um modelo que parte do “estado de coisas” (algo que pode ocorrer no mundo real ou mental) para as predicções, que devem descrever o estado de coisas corretamente. No uso comunicativo da língua (ou seja, nas operações dos usuários de uma língua) estão envolvidas funções humanas mais elevadas do que a simples função lingüística. A relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário, para Dik, é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão lingüística. No que se refere ao uso da língua, portanto, deve-se levar em consideração não apenas a capacidade lingüística, mas, conforme Dik, outros dons exclusivos da espécie humana, alistados no quadro abaixo:

<b>CAPACIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Capacidade lingüística</b>	Capacidade de produzir e interpretar expressões lingüísticas complexas em várias situações comunicativas
<b>Capacidade epistêmica</b>	Capacidade de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado
<b>Capacidade lógica</b>	O usuário de uma língua natural é capaz de derivar conhecimentos adicionais por meio de regras de raciocínio
<b>Capacidade perceptual</b>	Capacidade de perceber o ambiente e usar esse conhecimento na produção e na interpretação de expressões lingüísticas
<b>Capacidade social</b>	Usuário sabe o que e como dizer a um determinado interlocutor em uma situação comunicativa particular

Quadro 3 - Capacidades de um usuário de uma língua natural

Essas observações parecem aproximar o modelo funcionalista de Dik ao modelo formalista de Chomsky. Uma das premissas fundamentais de Chomsky é postular a existência de um mecanismo enraizado na mente, geneticamente determinado, que predispõe o homem a

adquirir a linguagem. A afirmação de Dik (1989) de que há “funções humanas mais elevadas do que a simples função lingüística” talvez seja uma indicação de que é possível superar algumas barreiras entre o formalismo e o funcionalismo.

Para Dik (1989), a teoria funcionalista deve distinguir o sistema lingüístico do uso da língua, mas ele, ao contrário dos formalistas, não tenta estudar cada um fazendo abstração do outro. Segundo esse autor, dois sistemas de regras devem ser levados em consideração:

- 1) Regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (as que governam a constituição das expressões lingüísticas).
- 2) Regras pragmáticas (governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões são usadas).

As regras que determinam a constituição das expressões lingüísticas seriam instrumentais às regras pragmáticas.

O modelo de Dik descreve ainda os princípios de adequação explanatória aos quais a gramática funcional deve se conformar:

- **Adequação pragmática:** a gramática funcional deve revelar as propriedades das expressões lingüísticas, em relação à descrição das regras que regem a interação verbal. Pezatti (2004) argumenta que, como a Gramática Funcional de Dik tem como objeto de análise fundamental a interação verbal, a adequação pragmática é a de maior relevância nesse modelo de análise.

- **Adequação psicológica:** define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas, vinculadas ao modo como os falantes constroem e interpretam expressões lingüísticas. Conforme Neves (1997), a gramática funcional deve refletir uma dicotomia entre produção e compreensão.

- **Adequação tipológica:** a teoria funcional deve ser capaz de, tanto descrever gramaticalmente línguas tipologicamente diferentes, como também explicar as diferenças e similaridades entre sistemas lingüísticos distintos.

Explica-se, a seguir, de um modo resumido, como ocorre a descrição de uma expressão lingüística conforme o modelo de Dik.

Na concepção de Dik (1989), para formar expressões lingüísticas, o falante constrói predicções, utilizando um conjunto de predicados e termos. O predicado designa propriedades ou relações. Os termos, por sua vez, representam as expressões lingüísticas que

podem se referir a entidades do mundo real ou imaginário. Quando um predicado é aplicado a certo número de termos, forma-se a predicação, que, conforme Neves (1997, p. 84), “designa um *estado-de-coisas*, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação”. Uma predicação, por sua vez, pode ser construída dentro de uma estrutura de ordem mais alta, a *proposição*, que designa um fato possível. A proposição, por sua vez, revestida de força ilocucionária, constitui a *cláusula* (a frase). Inclui-se abaixo um esclarecedor exemplo de Neves (1997):

	<i>Termo</i>	<i>Predicado</i>	<i>Termo</i>	<i>Termo</i>
<b>Predicação</b>	Pedro	Entregar	O livro	À menina
<b>Estado-de-coisas</b>	Entidade 1	Relação	Entidade 2	Entidade 3

Quadro 4 - Exemplo de construção de uma predicação

Com essa predicação, estabelece-se uma relação entre três entidades que desempenham, cada uma, um papel semântico: *Pedro* – agente / *livro* – objeto/ *menina* – receptor. Como a predicação designa um estado-de-coisas, está sujeita a determinadas operações, como poder ser localizado no tempo e no espaço, ter certa duração e ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido.

Pode haver três níveis de predicação:

- **Nuclear** – predicado e seus argumentos.
- **Central** – predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado mais satélites de nível 1.
- **Predicação estendida** - predicação central estendida pelos operadores de predicação mais satélite de nível 2.

Os argumentos são os constituintes que são exigidos pela semântica do predicado. No caso do exemplo mostrado no quadro 4, os argumentos são: *Pedro*, *o livro* e *à menina*.

Os satélites são os elementos que trazem apenas informação complementar. Os satélites de nível 1, por exemplo, podem indicar modo, velocidade ou instrumento.

Na estrutura de uma frase ou cláusula, podem operar, portanto, diversos elementos, em diferentes níveis, formando vários tipos de dependências.

Dik (1989) postula ainda determinadas funções pragmáticas que são funções que especificam o estatuto informacional dos constituintes, em relação à situação comunicativa

em que eles são usados. Ou seja, para que o falante consiga efetuar mudanças na informação pragmática do destinatário, atribui a determinados constituintes da oração funções especiais. A partir dessa constatação, Dik considera vários tópicos como os constituintes extra-oracionais, tópico, foco, definitude, estrutura de oração em camadas, ordenação de constituintes, tema e antitema.

Assim, o modelo de Dik oferece instrumentais para a descrição lingüística em termos dos aspectos pragmáticos envolvidos na interação verbal. Como afirma Siewierska (1991 *apud* NEVES, 1997), a gramática de Dik distingue-se de outros modelos funcionalistas por ter como objetivo dar conta da estrutura da sentença, desde a representação semântica subjacente até a forma fonética de superfície. Dik fornece um eficiente quadro teórico no qual muitas análises lingüísticas podem ser feitas. Algumas postulações e terminologias adotadas por Dik são utilizadas inclusive por gramáticas normativas, como a de Bechara (2002).

#### 1.4.3 O modelo de T. Givón (modelo norte-americano)

O funcionalismo norte-americano tem T. Givón como um dos seus principais representantes. Esse autor, ao passo que procede a investigações de base funcionalista, como, por exemplo, o exame dos aspectos icônicos da gramática, acentua a natureza abstrata e formal da estrutura sintática (GIVÓN, 1995).

O referido autor mostra a importância do conceito de *marcação* (*markedness*) para a análise das tendências de mudança e estabilização da língua em uso. A marcação do discurso pode ser definida como o grau em que o discurso constitui uma surpresa, uma quebra da norma comunicativa. Esse conceito é dependente do contexto, podendo uma construção manifestar-se como marcada em um contexto e não-marcada em outro. O conceito de marcação deve, portanto, ser explicado com base em fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos ou biológicos. Givón (1995) cita como exemplo que o hábito de se colocar o agente da ação verbal como sujeito e tópico da oração transitiva (o caso não-marcado), provavelmente, reflete uma norma cultural de falar egocentricamente mais acerca de seres humanos volitivos do que sobre objetos inanimados.

O princípio de *marcação* estabelece três critérios principais para a distinção entre categorias marcadas e não-marcadas:

- **Complexidade estrutural:** a estrutura marcada tem a tendência de ser maior

do que a estrutura não-marcada correspondente.

- **Distribuição de frequência:** a estrutura marcada, em geral, é menos freqüente do que a estrutura não-marcada correspondente.

- **Complexidade cognitiva:** levando-se em conta fatores, como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento, a estrutura marcada é, na maioria dos casos, cognitivamente mais complexa do que a estrutura não-marcada correspondente.

Como ressaltam Cunha, Costa e Cezário (2003), há uma tendência geral nas línguas para que esses três critérios de marcação coincidam. Acredita-se que a correlação entre marcação estrutural, marcação cognitiva e a freqüência de ocorrência é o reflexo mais geral da iconicidade da gramática.

A título de exemplo, pode-se citar a oposição **negação** vs. **afirmação** (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003). Afirmar algo é cognitivamente mais simples e esperado, sendo mais freqüente nos processos comunicativos e exigindo uma estrutura lingüística menos complexa. Por outro lado, a negação, por ser mais complexa em termos cognitivos e menos esperada, é também menos freqüente e estruturalmente maior (tem, no mínimo, um morfema a mais do que a afirmação), sendo, portanto, o caso marcado em relação à afirmação.

Givón (1995) estende o conceito de marcação à distinção entre o discurso formal e a conversação espontânea. O discurso formal, por tratar de assuntos mais abstratos e complexos, é mais marcado do que a conversação informal entre amigos, por exemplo, que é cognitivamente processada com mais rapidez e facilidade, em razão de o seu conteúdo consistir, basicamente, de assuntos comuns, do cotidiano social dos falantes.

Esse estudioso defende ainda o princípio da iconicidade, indo de encontro a Saussure (1975), que enfatizou o caráter arbitrário da língua. Ou seja, de acordo com Saussure, não existe relação natural entre a “imagem acústica” do signo lingüístico (o significante) e aquilo que ele evoca conceptualmente (o significado). Já Givón (1995) acredita que uma palavra ou uma estrutura assume uma forma ou uma ordenação específica por um *motivo* determinado, havendo, portanto, uma correlação entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo), como exemplifica o princípio de marcação, considerado acima.

Martellota e Areas (2003b) assim resumem a visão funcionalista da linguagem



apresentada por Givón:

- A linguagem é uma atividade sociocultural.
- A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas.
- A estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica.
- Mudança e variação estão sempre presentes, como atestam os processos de gramaticalização.
- O sentido é contextualmente dependente e não atômico.
- As categorias não são discretas.
- A estrutura é maleável e não rígida.
- As gramáticas são emergentes.
- As regras de gramática permitem algumas exceções.

O ponto essencial da proposta de Givón (1995) está em demonstrar que as relações gramaticais não formam categorias discretas, mas, antes, são caracterizadas por indeterminação e por gradação. Daí a ênfase dada pelo funcionalismo norte-americano aos fenômenos de gramaticalização, que serão considerados com mais profundidade a partir do próximo capítulo desta pesquisa.

Vale ressaltar que a lingüística funcional americana é, essencialmente, pancrônica, uma vez que os princípios que a dirigem podem ser aplicados tanto aos padrões de uso da língua, em uma etapa sincrônica, como aos processos de mudança depreendidos na trajetória sincrônica.

## 1.5 OUTROS TEMAS DISCUTIDOS NOS ESTUDOS FUNCIONALISTAS

Como já destacado, o funcionalismo apresenta pontos de vista bem diversificados. Contudo, é possível perceber que virtualmente todas as vertentes funcionais atribuem ao componente discursivo um destacado papel na constituição da gramática de uma língua. Ou seja, os funcionalistas buscam no contexto discursivo explicação para os fatos da língua. O interesse, portanto, dos funcionalistas, não está limitado à estrutura gramatical. Partindo dessa base comum, exploram-se vários temas nos estudos funcionais. Apresentam-se neste item os enfoques que, segundo Pezatti (2004), são os mais representativos. Notar-se-á que, de fato, existe um fio condutor que une esses enfoques, apesar dos seus propósitos

distintos.

### 1.5.1 A perspectiva funcional da sentença

O trabalho pioneiro no campo da perspectiva funcional da sentença cabe a Henri Weil (1844 *apud* PEZATTI, 2004), que vê a sentença como contendo o ponto de partida (a noção inicial) e o objetivo do discurso. A noção inicial são aqueles pontos da informação disponíveis tanto ao falante como ao ouvinte. O objetivo do discurso, por sua vez, é a informação que o falante pretende compartilhar com o ouvinte. O movimento da noção inicial ao objetivo do discurso associa-se ao movimento da mente. Relaciona-se, portanto, o movimento das idéias ao movimento sintático. Além do trabalho de Henri Weil, a Escola Lingüística de Praga também enfatizou a Perspectiva funcional da sentença (PFS) em suas análises.

Por exemplo, Mathesius (1882-1945 *apud* PEZATTI, 2004) apoiou as idéias de Weil e considerou a maneira como a PFS determina a ordem de palavras. Esse autor chamou atenção, então, para as noções de tema (tópico) e rema (comentário), constituintes nos quais se divide a sentença, de acordo com as exigências do contexto. A seqüência *tema-transição-rema* indica ordem não-emotiva, não-marcada e a seqüência *rema-transição-tema* indica a ordem emotiva, a marcada.

Halliday (1974 *apud* PEZATTI, 2004) enquadra a PFS no sistema de descrição lingüística. Para ele, a PFS é o componente de criação do texto, que, por sua vez, conforme já considerado, é uma das metafunções da linguagem postulada por Halliday.

### 1.5.2 O estatuto informacional: noções de dado e novo

Esse tópico retoma os conceitos de tema e rema da Escola de Praga e refere-se ao estatuto de informação velha e nova.

Para Chafe (1976 *apud* PEZATTI, 2004), o conhecimento da língua baseia-se naquilo que o falante considera estar na mente da pessoa com quem está falando. A partir dessa percepção, o falante “empacota” a mensagem, ou seja, ajusta o seu texto aos estados

mentais do destinatário. Associado ao fenômeno do “empacotamento” da mensagem estão as noções de dado (a informação velha, que está disponível ao falante e ao ouvinte) e novo (a informação que o falante deseja introduzir na consciência do ouvinte).

No que se refere à maneira de classificar a informação, Prince (1981 *apud* PEZATTI, 2004) propôs uma nova taxonomia, com base no que denomina “familiaridade presumida”.

### 1.5.3 O conceito de tópico

O conceito de tópico tem recebido muita atenção nas diversas vertentes funcionalistas. Chafe (1976 *apud* PEZATTI, 2004) classifica o tópico em três tipos: o do inglês, o do caddo (língua indígena americana) e o do chinês. Para Chafe, contudo, o verdadeiro tópico é o do chinês. O tópico que Chafe chama de chinês tem a função de manter a predicação principal, de modo a limitar-lhe a aplicabilidade a certo domínio restrito. Pezatti (2004) apresenta como exemplo a frase *Filme, eu gosto mais de comédia*. Observa-se que o tópico *filme*, de fato, restringe o âmbito da predicação principal.

Como os conceitos de tópico e sujeito muitas vezes se entrelaçam, Li e Thompson (1976 *apud* PEZATTI, 2004) propõem alguns aspectos que diferenciam essas noções:

<b>ASPECTO OBSERVADO</b>	<b>TÓPICO</b>	<b>SUJEITO</b>
<b>Definitude</b>	Tópico sempre é definido	Não é obrigatoriamente definido
<b>Relação com o verbo</b>	Não necessita ser um argumento do verbo	Tem sempre algum tipo de restrição seletional vinculada ao verbo
<b>Determinação</b>	Tópico não é determinado pelo verbo	Sujeito é determinado pelo verbo
<b>Papel na sentença</b>	Tópico tem sempre um papel funcional, que é ser o centro de atenção e anunciar o tema do discurso	Pode não ter qualquer papel semântico na sentença como um todo
<b>Concordância com o verbo</b>	Rara	Obrigatória em muitas línguas
<b>Posição</b>	Sempre no início da sentença	Nem sempre aparece no início da sentença

Quadro 5 - Tópico X sujeito

Assim, nota-se que, enquanto o tópico é uma noção discursiva, o sujeito é uma noção interna à estrutura da sentença. Como os funcionalistas enfatizam os componentes discursivos da linguagem, não é de estranhar a noção de tópico ser o foco de muitos estudos funcionalistas.

#### 1.5.4 Transitividade e relevância discursiva

Hopper e Thompson (1980 *apud* PEZATTI, 2004) apontam a alta correlação entre o relevo discursivo e o grau de transitividade da sentença. A partir dos seus objetivos comunicativos e de sua percepção das necessidades do ouvinte, o falante distingue no seu texto o que é central e o que é periférico, ou seja, o que é figura e o que é fundo. *Figura* remete à parte do texto que traz o conteúdo discursivamente relevante. Diz respeito, portanto, à comunicação central, à seqüência temporal de eventos concluídos. *Fundo* é a descrição de eventos simultâneos à cadeia da figura. Por exemplo, pode se referir à descrição de estados, localização dos participantes da narrativa e comentários avaliativos. A parte do texto denominada *figura*, portanto, compreende o esqueleto do texto e o faz progredir, enquanto o *fundo* tem a função de cobrir essa estrutura básica, sem, portanto, contribuir para a progressão discursiva.

Como destaca Pezatti (2004), as línguas possuem certos recursos morfológicos e sintáticos, que orientam o destinatário na distinção entre figura e fundo.

A transitividade, por sua vez, refere-se, tradicionalmente, a uma propriedade global da oração inteira, de tal modo que se carrega ou se transfere uma atividade de um agente para um paciente. Em geral, orações com alta transitividade são justamente as porções do texto correspondentes à figura; e orações com baixa transitividade correspondem ao fundo do texto. Existe, portanto, como indicaram Hopper e Thompson, uma correlação forte entre a marcação gramatical dos parâmetros da transitividade e a distinção entre figura e fundo.

Pezatti (2004) aponta ainda o *ponto de vista e fluxo de atenção*, a *estrutura argumental preferida e fluxo de informação* e o *processo de gramaticalização* (tema ao qual se dedica um dos capítulos desta pesquisa), como temas relevantes discutidos no âmbito do funcionalismo.

Cumprе lembrar que não se fez neste capítulo uma exposição de todas as vertentes de estudos funcionalistas, e nem tampouco uma consideração exaustiva das

principais correntes de estudos. Pôde-se, contudo, constatar, a variedade de propostas existentes no funcionalismo contemporâneo. A depender da proposta considerada, a brecha entre os estudos formalistas e os estudos funcionalistas ora aumenta, ora diminui. No entanto, a importância atribuída à situação comunicativa é uma característica claramente observada nas vertentes funcionalistas, por mais diferenciadas que sejam. Segundo Cunha et al. (2003), a “necessidade de investigar a sintaxe nos termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais”. A estrutura é, portanto, uma variável dependente dos usos que se faz da língua ao longo do tempo.

É nesse cenário bastante heterogêneo que a mudança lingüística tem sido tratada pelos funcionalistas. As teorias da gramaticalização, do localismo e dos protótipos, temas funcionalistas relevantes, fornecem um bom embasamento teórico para o estudo dos processos de mudança, envolvendo as preposições e os prefixos, e a essas teorias serão dedicados os dois próximos capítulos.

## 2 A TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO

A teoria da gramaticalização, bastante desenvolvida nas últimas duas décadas<sup>4</sup>, e que se tornou um dos temas mais discutidos na investigação funcionalista atual, propõe-se a rastrear o percurso de surgimento das palavras gramaticais. O estudo desse tema revigorou os estudos da mudança lingüística no âmbito do funcionalismo. Vários pesquisadores no exterior e no Brasil têm elaborado trabalhos minuciosos sobre o tema.

Schlieben-Lange (1994) aponta para o fato de as pesquisas sobre gramaticalização serem capazes de efetuar generalizações relativamente abrangentes por disporem de uma grande quantidade de dados das mais diversas línguas. E essas pesquisas sobre os processos de gramaticalização comprovam o caráter não-estático da língua. As línguas estão em constante mudança. Conforme observou Cunha, Costa e Cezário (2003, p. 50), há uma “incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular”.

A gramaticalização compreende a trajetória de regularização de elementos lingüísticos, provocada por pressões de uso. O uso, a repetição freqüente, faz com que o emprego de determinados elementos se converta em norma. Assim, o que era casuístico se regulariza, entrando na gramática. Pode acontecer também que elementos já gramaticais se tornem ainda mais gramaticais. Barreto (2004) observou, no seu estudo sobre as conjunções, que formas mais gramaticais parecem ter maior facilidade em se tornar ainda mais gramaticalizadas, enquanto formas menos gramaticais parecem ser mais resistentes à gramaticalização. Isso explica o fato de a maioria das, usando a terminologia das gramáticas normativas, preposições essenciais ser também usada como prefixo na língua portuguesa, como o *corpus* desta pesquisa demonstrará. Os dois casos, tanto o de um elemento lexical se tornar gramatical, como o de um elemento gramatical se tornar ainda mais gramatical, podem ser exemplificados em situações de mudança envolvendo as preposições. Alguns elementos, por exemplo, pertenciam à classe dos substantivos. Eram usados, portanto, de uma forma mais casuística, podendo ser empregados de várias maneiras e em diferentes posições na sentença. Contudo, a repetição freqüente fez com que esses elementos adquirissem um caráter mais regular, relacional e, portanto gramatical, levando-os, por fim, a se transformarem em preposições. Posteriormente, essas preposições passaram a ser empregadas em crescente

---

<sup>4</sup> Mas, como esclarece Costa (2004), desde o século X, os chineses já se indagavam sobre as diferenças entre palavras lexicais e gramaticais.

número de situações comunicativas e, novamente, a repetição freqüente atuou no sentido de atribuir a algumas preposições um caráter ainda mais gramatical. Daí, originaram-se os prefixos derivados de preposições.

Costa (2004) explica, adicionalmente, que a gramaticalização se refere a um crescendo funcional e abstratizante, a partir de processos fônicos (justaposições, fusões, reduções, reforços) e de processos semânticos (generalizações metafóricas, contaminações metonímicas). As palavras gramaticais, como as preposições e os prefixos, seriam, portanto, etapas de processos diacrônicos, resultantes de mudanças que afetaram palavras lexicais, nos níveis semântico, sintático, mórfico e fônico.

De acordo com Schlieben-Lange (1994), observa-se freqüentemente a aplicação de princípios cognitivos na pesquisa sobre a gramaticalização. Heine e Reh (1984 *apud* CASTILHO, 1997) pressupõem, por exemplo, que os tipos de gramaticalização por eles verificados são cognitivamente interpretáveis. Na verdade, a teoria da gramaticalização apresenta uma forte tendência à integração, por exemplo, pela incorporação de reflexões cognitivas e por sua abertura para propostas pragmáticas.

Assim, a atenção dada ao processo de gramaticalização pelos funcionalistas justifica a afirmação de Pezatti (2004, p. 177) de que a “gramaticalização representa um subparadigma teórico no entorno da teoria funcionalista”. Baseando-se, principalmente, em alguns dos artigos de Castilho, examinar-se-á, nos próximos itens, parte da literatura sobre o assunto.

## 2.1 CONCEITOS DE GRAMATICALIZAÇÃO – PROPOSTAS

Há muitos pontos de vista sobre a gramaticalização. Como observa Poggio (2004), os teóricos não se entendem nem quanto à maneira de nomear o processo: *gramaticização, gramatização, gramaticalização, apagamento semântico, condensação, enfraquecimento semântico, esvaimento semântico, morfologização, reanálise, redução, sintaticização* são alguns dos rótulos dados ao fenômeno que leva itens lingüísticos a terem um uso mais previsível, regular. Em virtude dessa “confusão” terminológica, que é um reflexo da multiplicidade de conceitos sobre a gramaticalização, Costa (2003), antes de aplicar essa teoria aos advérbios espaciais e temporais quinhentistas do português, considerou mais produtivo, ao invés de simplesmente reproduzir as diversas propostas, apresentar a sua

compreensão sobre o processo de gramaticalização, distribuindo as características desse processo em cinco categorias: PROPRIEDADES, MOTIVAÇÕES (OU GATILHOS), MECANISMOS, ESTÁGIOS e PARÂMETROS.

O primeiro a empregar o termo *gramaticalização* foi Antoine Meillet (1948) em 1912, definindo esse termo como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma. Castilho (1997) contrasta as palavras *gramaticalização* e *gramaticização*. Segundo ele, *gramaticização* refere-se, especificamente, ao processo de mudança observado na sincronia. A *gramaticalização*, por sua vez, observa, diacronicamente, o produto final resultante da *gramaticização*. Mas, como o termo *gramaticalização* se tornou mais difundido, Castilho e outros autores o empregam sistematicamente, tanto nos estudos sincrônicos como nos diacrônicos, e é esse procedimento que também se adota nesta pesquisa.

Poggio (2002) destaca três grupos de conceitos de gramaticalização, pertencentes a épocas e com perspectivas diferentes.

O primeiro grupo, que predominou até 1970, opera com o léxico e a gramática. Heine e Reh (1984 *apud* CASTILHO, 1997), por exemplo, entendem a gramaticalização como uma “evolução em que unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética.”. Muito próximo a esse conceito está o dado por Kurylowicz (1965 *apud* POGGIO, 2002). Kurylowicz associa a gramaticalização ao processo de ampliação dos limites de um morfema, quando este avança do léxico para a gramática. Nesse processo, o item lexical sofre perdas semânticas e fonológicas.

G. Sankoff (*apud* POGGIO, 2002) observa que um item se gramaticaliza quando sai de uma classe aberta para uma fechada, tornando-se palavras funcionais. Roberts (1993 *apud* CASTILHO, 1997), semelhantemente, vê a gramaticalização como “a mudança de uma categoria léxica para uma funcional, associada à perda do conteúdo lexical. No caso dos verbos, como exemplifica Roberts, ocorre o seguinte *cline*<sup>5</sup>: **verbo pleno>construção predicativa>forma perifrástica>aglutinação**. Pode-se incluir nesse grupo o conceito de Meillet (1948), que, como visto antes, vê a gramaticalização como um processo de atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma, ou lexical.

Em relação ao primeiro grupo, Cunha, Costa e Cezário (2003) acrescentam que o estudo da gramaticalização pode se ocupar das formas que migram do léxico para a gramática (gramaticalização *stricto sensu*) ou das formas que mudam no interior da própria gramática

---

5 Conforme Hopper e Traugott (1993), os *clines* podem ser entendidos como as fases de transição no processo de mudança lingüística.



(gramaticalização *lato sensu*).

O segundo grupo, com atuação intensa a partir dos meados da década de 70, opera com o discurso e a gramática. Essa nova perspectiva de conceitualização de gramaticalização considera não apenas as mudanças envolvendo o léxico e a gramática, mas também inclui a reanálise dos moldes do discurso para os moldes gramaticais. T. Givón (1971 *apud* CASTILHO 1997) propôs o seguinte ciclo de mudança: **discurso> sintaxe> morfologia> morfofonêmica> zero**. Assim, conforme Givón, o processo de mudança teria como marco inicial estratégias discursivas<sup>6</sup>. J. Dubois (1965 *apud* CASTILHO, 1997) aponta a recursividade de determinadas estratégias discursivas como um importante fator para o surgimento de novos padrões gramaticais. Hopper (1988 *apud* CASTILHO, 1997), numa postura extremada, propôs o conceito de **gramática emergente**. Segundo esse conceito, como observa Castilho (1997, p. 31), não existe gramática, e sim gramaticalização, “que é a cristalização das formas discursivas mais produtivas”, pois as necessidades comunicativas do discurso fazem com que as regularidades sejam provisórias, continuamente sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono.

Por fim, o terceiro grupo de conceitos de gramaticalização envolve os cognitivistas. Trata-se de uma nova linha de pesquisa, que vê a gramaticalização como um fenômeno externo à estrutura da língua e pertencente ao domínio cognitivo. Assim, além da interface com a lingüística funcional, a teoria da gramaticalização apresenta uma interface com a Lingüística Cognitiva. S. Svorou (1993), por exemplo, salienta que a investigação da história das formas gramaticais reflete aspectos mais profundos da interação social e aspectos da construção cognitiva dos seres humanos. Adeptos da teoria do localismo e da teoria dos protótipos levam em consideração conceitos metafóricos no estudo dos processo de gramaticalização, conforme será observado no capítulo três.

Um dos mais completos conceitos de gramaticalização talvez seja o apresentado por Castilho (1997, p. 31). Na sua proposta, Castilho, de uma forma abrangente, leva em consideração aspectos morfossintáticos, funcionais e semânticos, além das etapas geralmente seguidas no processo de gramaticalização:

---

<sup>6</sup> Castilho, no entanto, considera inadequado estabelecer relações de precedência entre módulos lingüísticos tais como o Discurso e a Gramática. Na sua nova proposta de estudo multissistêmico, Castilho (2003) postula que uma mesma expressão lingüística exibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões pragmáticas. Essa proposta de Castilho será explanada no item 2.5.

Gramaticalização é o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer como consequência de uma cristalização extrema.

Castilho (1997) aponta ainda as três direções tomadas pelos debates sobre o processo de gramaticalização:

- 1 - **Tipologia lingüística**, que inclui a chamada teoria da aglutinação, de W. Von Humboldt, postulada em 1822.
- 2 - **Sintaxe conversacional**: segundo os estudiosos da sintaxe conversacional, grande parte da organização gramatical vai emergir das falas.
- 3 - **Mudança lingüística**.

Referente à terceira direção apontada por Castilho (mudança linguística), Poggio (2002) cita o filósofo francês Condillac que, em 1746, assinalou que formas gramaticais provêm de lexemas e os afixos de formas livres. Citou ainda Horne Took (1786 e 1805), cujos trabalhos apresentaram a seguinte divisão: Nome e verbo (palavras necessárias, essenciais do discurso) e outras classes de palavras (conjunções, advérbios e preposições) decorrentes de mutilações das palavras necessárias. Os neogramáticos, no século XIX, acreditavam que a gramaticalização servia como um parâmetro para a explicação da lingüística diacrônica. Poggio (2002) chama atenção também para Franz Bopp (1816), que, no contexto dos estudos comparativos, apresentou exemplos de como itens lexicais desenvolveram-se em auxiliares, afixos e/ou flexões.

Meillet (1948) considerou a analogia e a gramaticalização como os dois principais processos de mudança gramatical. Diferentemente dos processos analógicos, a gramaticalização introduz formas e categorias novas, dotando-as de expressão lingüística, o que causa a transformação do conjunto do sistema. Esse autor propôs a existência de três classes de palavras: palavras principais, palavras acessórias e palavras gramaticais. Para Meillet, no processo de mudança, ocorre uma transição gradual entre essas três classes. Como explica Castilho (1997), essa transição envolve esvaimento tanto do sentido quanto da forma da palavra. As postulações de Meillet insinuam, assim, que “a gramaticalização é um processo inacabado, sem fim” (CASTILHO, 1997). Castilho inclui ainda os trabalhos de Robert (1993 *apud* CASTILHO, 1997) e Kurylowicz (1965 *apud* CASTILHO, 1997) na direção da

mudança lingüística.

Percebe-se, então, a diversidade dos estudos sobre a gramaticalização. Os teóricos, como se observou, divergem quanto à melhor maneira de nomear o processo e até mesmo no que se refere ao próprio conceito de gramaticalização. Isso é digno de nota, especialmente, quando se sabe que os estudos de gramaticalização não são recentes, apenas receberam novo enfoque no contexto do funcionalismo, cujos estudos avançaram a partir de 1970. É evidente, portanto, a complexidade dos fenômenos de gramaticalização e a necessidade de estudos que, voltados para diferentes aspectos, exemplifiquem e esclareçam, na medida do possível, os fatores que influenciam esse processo, como procura fazer a presente pesquisa através da consideração de prefixos derivados de preposições.

As divergências não se esgotam aqui. À medida que se aprofunda no estudo do tema, são observadas discussões ainda mais acirradas sobre a gramaticalização. Mas é ponto pacífico a premissa de que a gramaticalização é uma das evidências do aspecto não-estático da gramática de uma língua. Continuamente, itens lingüísticos perdem a eventualidade criativa do discurso, passando a ser regido por restrições gramaticais. Como ressalta Lopes (2003, p. 2):

É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, funções anafóricas e expressando noções gramaticais como tempo-modo, aspecto etc.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Não há acordo entre os lingüistas quanto a uma teoria, se não unificada, pelo menos razoavelmente articulada, para dar conta dos fenômenos ditos de gramaticalização. Nem poderia ser diferente, dada a complexidade da matéria e as naturais divergências sobre o que se pode entender por língua e por gramática (CASTILHO, 1997, p. 49).

Algumas conclusões podem ser tiradas das palavras de Castilho acima. Por exemplo, há necessidade de se buscar generalizações, ou princípios, que abarquem os diversos processos de gramaticalização observados. Várias propostas têm esse intuito, mas não é fácil harmonizá-las entre si. Uma “teoria articulada”, como deseja Castilho, não parece estar no horizonte, pois, na base da variedade dos princípios propostos para a gramaticalização, estão

questões fundamentais ainda não unanimemente resolvidas quanto ao entendimento de língua e gramática.

Apresentam-se duas das mais conhecidas propostas de princípios de gramaticalização: a de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e a de Hopper (1991). Em seguida, apresenta-se a argumentação de Castilho (1997), que, por um lado, tentou “articular” diferentes pontos de vista e que, por outro, apresentou uma nova proposta, aumentando, assim, o leque de opções teóricas, e, conseqüentemente, a polêmica em torno da gramaticalização, no que se refere aos seus princípios.

Os seguintes princípios foram identificados por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997):

- 1) **Paradigmatização:** diz respeito à tendência de integração das formas gramaticalizadas em novos paradigmas progressivamente menores e homogêneos.
- 2) **Obrigatoriedade:** princípio que se refere à existência, dentro de um paradigma, de regras gramaticais que determinam a escolha dos seus membros.
- 3) **Condensação:** princípio que especifica a diminuição da complexidade das formas gramaticalizadas e dos constituintes com os quais elas se combinam.
- 4) **Coalescência:** que ressalta o desaparecimento conjunto de formas adjacentes.
- 5) **Fixação:** esse princípio se estabelece a partir da perda da variabilidade sintagmática. O signo gramaticalizado tende a ocupar uma posição fixa inicialmente na sintaxe e depois na morfologia, tornando-se um preenchedor de espaços gramaticais (*slots*).

Hopper (1991) considerou a proposta de Lehmann deficiente, pois, segundo ele, esses princípios aplicam-se somente aos estágios bem avançados de gramaticalização. Hopper, então, apresentou a sua proposta de princípios de gramaticalização:

- 1) **Estratificação** – Dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas. Esse princípio é a constatação de que uma das conseqüências da gramaticalização é a

convivência de soluções gramaticais distintas, num mesmo corte sincrônico. A gramaticalização origina a variação, que é considerada o gatilho da mudança diacrônica.

- 2) **Divergência** – Esse princípio remete ao fato de a instauração do processo de gramaticalização licenciar a convivência da forma em vias de gramaticalização com a forma original que impulsionou o processo de mudança categorial. A *divergência* evidencia que as formas possuem uma mesma origem etimológica, apesar de poderem ser funcionalmente diferentes.
- 3) **Especialização** – dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; quando a gramaticalização ocorre, estreita-se essa variedade de escolhas formais, ou seja, dá-se a especialização, e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais. Como observa Rumeu (2004), o princípio da especialização poderia também corresponder ao princípio da *obligatoriedade*, de Lehmann. Poggio (2004) dá o seguinte exemplo: quando a palavra *amor* passa a compor a locução prepositiva *por amor de*, há um estreitamento no significado desse nome ao figurar em um novo contexto.
- 4) **Persistência**: quando uma forma se gramaticaliza, passando de uma função lexical para uma função gramatical, tanto quanto isto seja gramaticalmente viável, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical. Em virtude da gramaticalização, pode ocorrer a coexistência entre valores novos e valores antigos em um mesmo item lingüístico e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas. O princípio da persistência refere-se, portanto, à conservação, por parte da forma que sofreu gramaticalização, de alguns traços semânticos da forma fonte. O que está implícito nessa caracterização, conforme Naro e Braga (2000), é que, em numerosos casos, uma mesma forma pode abrigar valores/usos/instâncias com variados graus de gramaticalização.
- 5) **Descategorização**: formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas Nome e Verbo, e a assumir atributos característicos das categorias secundárias, tais como o Adjetivo, o Particípio, a Preposição etc.

Os princípios três e quatro de Hopper (1991) captam alterações semânticas observadas no processo de gramaticalização. Nota-se ainda que os princípios de Hopper não se aplicam a todos os casos ou a todas as etapas da gramaticalização. Por exemplo, não se pode afirmar que a estratificação vale para todos os casos. Às vezes, algumas soluções gramaticais são descartadas no decorrer do processo de gramaticalização. Pode-se dizer o mesmo da persistência. Nem sempre “vestígios” do significado original permanecem nas formas gramaticalizadas. Os princípios de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), contudo, parecem ter uma aplicação mais ampla.

Castilho (1997), por sua vez, aponta princípios que, para ele, de fato, captam generalizações:

A ANALOGIA - é a extensão de regras a itens não atingidos, uniformizando as formas da língua. Pereira (2004) explica que o mecanismo da analogia é o responsável pela manutenção da regularidade quando há discordância entre a tradição e o sistema. Opera, assim, no eixo paradigmático. Segundo Castilho (1997), analogia é uma sorte de aproximação psicológica entre categorias em ausência, ou seja, situadas no eixo paradigmático. Um dos exemplos mais citados de ocorrência de um processo analógico é a formação de futuro com o verbo *ir*. *Ir* mais verbo de movimento no infinitivo passou a assinalar futuridade. Por analogia, verbos não de movimento também passaram a apresentar o verbo *ir* como auxiliar, consumando a noção de futuridade associada ao verbo *ir*.

REANÁLISE – mudança de percepção de como os constituintes estão ordenados no eixo sintagmático, decorrente de um tipo de raciocínio denominado abdução. Costa (2003) explica que a abdução envolve a observação de um fenômeno, a atribuição de uma regra baseada nessa observação e, por fim, uma aplicação da mesma regra a estruturas superficialmente semelhantes. “Um dos tipos mais frequentes de reanálise é a fusão de duas ou mais formas fronteiriças na cadeia da língua” (COSTA, 2003, p. 73). Ocorre, portanto, através da reanálise, o desenvolvimento de novas estruturas a partir de estruturas antigas.

CONTINUIDADE E GRADUALISMO – a gramaticalização tende continuamente à inovação da estrutura das línguas em um processo contínuo. Ou seja, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir, sendo muito difícil identificar claramente suas fases. Ela é recorrente e interminável. Esse postulado goza de grande aceitação entre os lingüistas. A constatação desse princípio favorece, segundo Castilho (1997), o conceito de gramática emergente formulado por Hopper (1988 *apud* CASTILHO, 1997), que acredita numa contínua re-estruturação da gramática de uma língua. Conforme

Lopes (2003), autores como Lichtenberk (1991) também defendem ser o gradualismo inerente aos fenômenos de gramaticalização. Pode-se depreender que, por ser um fenômeno contínuo, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir.

UNIDIRECIONALIDADE – talvez seja um dos princípios mais questionados na literatura contemporânea sobre gramaticalização. Segundo esse princípio, a gramaticalização é um processo irreversível, que se desenvolve ao longo do tempo, sempre da esquerda para a direita, conforme expresso, por exemplo, pelo *cline* proposto por Givón (1971 *apud* CASTILHO, 1997) **discurso>sintaxe>morfologia>morfofonêmica>zero**. De acordo com essa trajetória unidirecional de gramaticalização,

Alguns itens lexicais passam a ser utilizados em contextos nos quais desempenham certa função gramatical, ainda não fixada. Progressivamente, via repetição, seu uso torna-se mais previsível e regular, resultando numa nova construção sintática com características morfológicas especiais, podendo, posteriormente, desenvolver-se para uma forma ainda mais dependente, como um clítico ou afixo, com eventuais adaptações fonológicas (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003 p. 54).

Martelotta (2003a) explica que a proposta de gramaticalização, por volta do início da década de 90, é a de que a mudança é unidirecional e sucessiva, caracterizando-se por uma evolução linear ao longo do tempo, sendo que um valor novo implica sempre na existência de um valor anterior.

Castilho (1997) cita autores que apóiam o princípio da unidirecionalidade. Hopper-Traugott (1993, p.95) explicam que, a um estágio A, deve seguir-se um estágio B, e não o contrário. Para Heine-Claudi-Hünemeyer (1991), estruturas menos gramaticais podem tornar-se mais gramaticais, mas o processo contrário não acontece de um modo significativo. Conforme esclarece Castilho (1997), o processo que alguns autores chamam de desgramaticalização é, na verdade, ganho de propriedades discursivas. Afirma-se também que a metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente. Ou seja, um item lingüístico, usado inicialmente em um sentido concreto, pode, através de processos metafóricos unidirecionais, ser usado para expressar sentidos mais abstratos<sup>7</sup>.

Trabalhos recentes, contudo, questionam a ênfase que vem sendo dada ao princípio da unidirecionalidade. Por exemplo, para Mattos e Silva (2002), esse princípio é uma herança neogramática. A predizibilidade de categorias maiores para menores soou para autora como um contraponto às leis fonéticas. O próprio Castilho (2003) argumenta que a

---

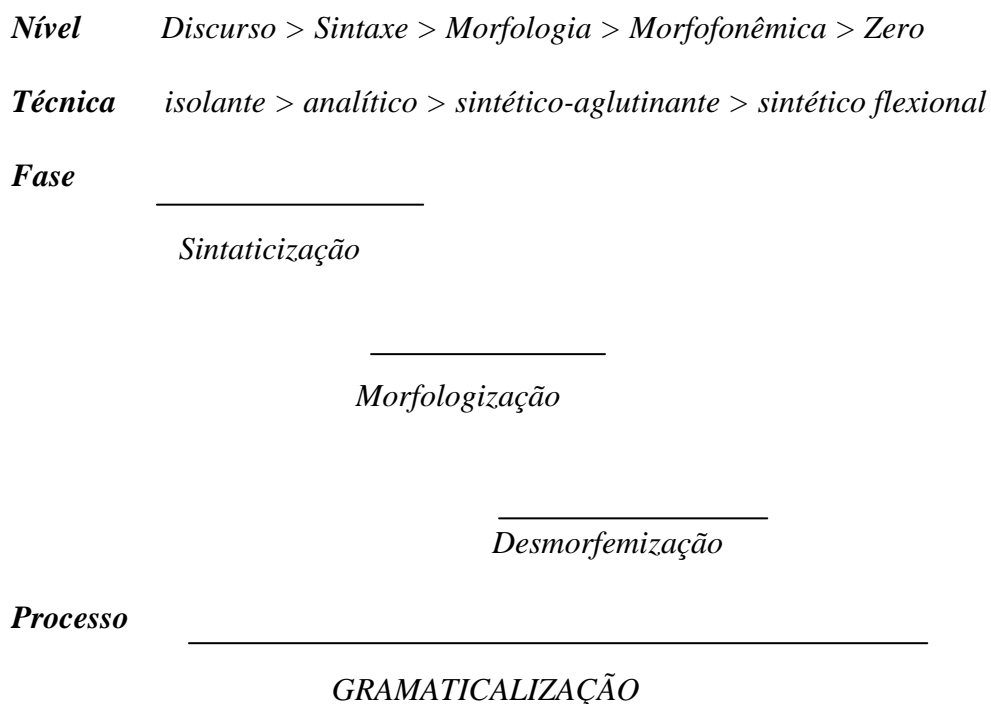
<sup>7</sup> Os processos metafóricos são considerados mais pormenorizadamente no capítulo três desta pesquisa.

unidirecionalidade só pode ser comprovada no tratamento das palavras no interior de cada um dos subprocessos de gramaticalização: a fonologização, a morfologização e a sintaticização. Schlieben-Lange (2004) questiona se os processos de gramaticalização se dão sempre na mesma direção (unidirecionalidade) ou se poderia haver reversões.

Essas dificuldades relacionadas com o princípio da unidirecionalidade contribuíram para Castilho propor um estudo multissistêmico da mudança lingüística, considerado no item 2.5.

### 2.3 ESTÁGIOS (OU PROCESSOS) DE GRAMATICALIZAÇÃO

Este item baseia-se, principalmente, no texto de Castilho (1997). Nesse texto, Castilho teve como meta inicial apresentar, como ele mesmo explicou, um re-arranjo da teoria existente sobre a gramaticalização, separando os estágios dos princípios mais gerais que os regem. Ao explicitar os estágios de gramaticalização, Castilho toma como ponto de partida um quadro organizado por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), abaixo transcrito:



Quadro 6 - Fases da gramaticalização



O quadro de Lehmann aponta claramente as etapas sucessivas de perda de complexidade e autonomia de um signo lingüístico durante o processo de gramaticalização. Partindo do discurso, no qual os itens lingüísticos desfrutam do mais alto grau de autonomia e complexidade, as palavras podem, gradativamente, perder essas características, especialmente em virtude do processo de rotinização, podendo chegar, inclusive, ao estágio zero, momento final do processo de gramaticalização.

Excluindo a consideração do discurso, Castilho (1997) detalha os processos apontados por Lehmann, conforme mostrado no quadro abaixo:

PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO		
<i>ALTERAÇÕES GRAMATICAIS</i>		
<i>ESTÁGIO</i>	<i>DEFINIÇÃO</i>	<i>SUBDIVISÃO</i>
<b>Sintaticização</b>	A sintaticização de um item lexical é a sua recategorização, sua categorização funcional e suas relações intersentenciais	<b>Recategorização:</b> classe de palavra X passa à classe de palavra Y
		<b>Categorização funcional:</b> atribuição de propriedades funcionais a aspectos da sintaxe
		<b>Relações intersentenciais:</b> a gramaticalização das relações intersentenciais dispõe as coordenadas e subordinadas num <i>continuum</i> que parte da coordenação perfeita à subordinação por excelência.
<b>Morfologização</b>	Criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais	
<b>Redução fonológica</b>	Fusão de formas livres com outras formas livres e a sua transformação em formas presas	
<b>Estágio zero</b>	Momento máximo de exaustão da estrutura e anúncio da retomada do processo contínuo que é a gramaticalização	
<i>ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS</i>		
<i>(perda do sentido original e o desenvolvimento de novos sentidos)</i>		
<i>ESTÁGIO</i>	<i>DEFINIÇÃO</i>	
<b>Metáfora</b>	Transferência de um sentido A para um sentido B, por haver alguma similaridade entre eles. Trata-se de um processo cognitivo.	
<b>Metonímia</b>	Mudança de sentido desencadeada por itens associados sintaticamente	

Quadro 7 - Estágios de gramaticalização, conforme explicação de Castilho (1997)

Na recategorização sintática, observa-se o *continuum*:

**Categoria Maior** (nome, verbo, pronome) > **Categoria Mediana** (adjetivo, advérbio) > **Categoria Menor** (preposição, conjunção, pronome)

Esse processo pode ser exemplificado da seguinte forma:

<b>CAMPO DE ATUAÇÃO</b>	<b>EXEMPLOS (do português)</b>
Grupo verbal. Os casos mais relevantes para o fenômeno da gramaticalização seguem o <i>continuum</i> :  <b>verbo pleno&gt;verbo funcional&gt; verbo auxiliar&gt;clítico&gt;afixo</b>	- Verbo <i>ser</i> e <i>estar</i> , inicialmente locativos, usados como existenciais e possessivos, e que passam a verbos funcionais.
Grupo nominal	- Verbos dão origem a nomes substantivos: <b>comer é bom.</b>
Grupo pronominal	- Generalização do pronome <i>se</i> para todas as pessoas: port. pop. <i>Eu se alembro/ você se alembra/ele se alembra</i>
Grupo adverbial	Nome>advérbio, ou seja, nomes que passam a advérbios, como na expressão <i>passo a passo.</i>
Grupo dos nexos	Um nome pode passar pelo seguinte <i>continuum</i> :  <b>N&gt;N relacional&gt;Preposição Secundária&gt;Prep. Primária&gt;clítico&gt;afixo.</b> Partes do corpo humano freqüentemente são reanalisadas como preposições secundárias – <i>Nas costas de/em face de.</i>  - Verbos dão origem a preposições: <i>salvo, durante, exceto.</i>  - Numeral ordinal>preposição: <i>segundo</i>  - Conjunções, que procedem de recategorização de várias outras classes: <i>logo, de modo que etc.</i>

Quadro 8 - Campos de atuação do processo de recategorização

A categorização funcional inclui, por exemplo, questões sobre topicalização e ordem dos constituintes funcionais.

São exemplos de relações intersentenciais as tênues relações entre as conjunções coordenativas explicativas e as subordinativas causais e entre as coordenativas adversativas e as subordinativas concessivas.

Como exemplo de morfologização, Castilho (1997) cita a criação de morfemas de tempo, a partir de verbos auxiliares (criação de afixo flexional) e a morfologização do nome latino *mente*, que, passando por um processo de redução fonológica, tornou-se átono, cliticizando-se a adjetivos (criação de afixos derivacionais). A morfologização é um processo bastante recorrente nos processos de gramaticalização que criaram os prefixos derivados de preposições, como se notará no capítulo cinco.

O processo de fonologização ou redução fonológica faz com que determinados itens mais freqüentemente usados sejam geralmente mais curtos. Portanto, itens gramaticais

são mais curtos que itens lexicais. Braga (1994 *apud* Costa, 2003) vê, nesses casos, a atuação de um princípio icônico, ou seja, o princípio de que, ao conceito familiar, se atribui uma expressão reduzida. Costa (2003, p. 81) explica ainda que, muitas vezes, a fonologização “é acompanhada ou até mesmo explicitada pela perda da independência de acento e produz maior dependência do material circundante, produzindo aglutinações, fusões, cliticizações e afixações”.

O estágio zero é decorrente de um longo processo de gramaticalização que produz categorias fixas, rígidas, inalteráveis, e, portanto, antifuncionais. Mas, como categorias assim contrariam o aspecto dinâmico, re-elaborador, presente em todas as línguas, o que ocorre é a retomada do processo de gramaticalização a partir de um estágio anterior. Um exemplo é a formação de futuro na língua portuguesa. O ditongo *ei*, proveniente da forma trissilábica latina *habeo* (cantarei, falarei) está sofrendo forte concorrência da forma perifrástica de futuro (vou cantar, vou falar...) semelhante a que existia no latim.

Quanto às alterações semânticas, ou seja, a perda do sentido original e o desenvolvimento de novos sentidos, Castilho (1997) considera a metáfora e a metonímia como processos cognitivos que são forças propulsoras da gramaticalização na língua portuguesa. Castilho (2003) afirma que esse aspecto da gramaticalização, de fato, não passa disso, “alterações”, nunca perda ou esvaimento semântico. Em alguns contextos, as alterações semânticas são leves, em outros, mais radicais, pois novos sentidos são desenvolvidos. Essas variações semânticas são facilmente percebidas nos casos de preposições que passaram a ser usadas como prefixos, como mostrará o capítulo seis da presente pesquisa.

Um processo metafórico ocorre, por exemplo, com a preposição *de*, que muitas vezes deixa de apresentar a noção de espaço físico para apresentar a noção de tempo e até acepções mais abstratas. As frases abaixo ilustram esse fenômeno.

- *Carlos viajou de São Paulo para o Rio de Janeiro* (ESPAÇO)
- *Começando de seu nascimento, e durante toda a sua vida, aquele homem sofreu* (TEMPO)
- *João chorou de felicidade por ter vencido a corrida* (CAUSA)

Castilho (1997) observa que há um ritmo unidirecional nos processos de metáfora, do mais concreto para o mais abstrato, fenômeno freqüentemente observado nas formas preposicionais gramaticalizadas como prefixos.

Costa (2003, p. 62) acrescenta que:

A metáfora é um mecanismo muito importante nos estágios iniciais da gramaticalização, quando traço(s) semântico(s) de um item lexical autoriza(m) seu uso metafórico em função gramatical, ou melhor, quando um processo metafórico autoriza a transposição de traço(s) de um item lexical para um novo item gramatical.

Assim, é a generalização semântica de determinados traços, em maior ou menor grau, que permite o processo de gramaticalização. Como Costa (2003) explica, os elementos que passam pelo processo de generalização são usados mais frequentemente, cabem em maior número de contextos e, em virtude disso, estão mais sujeitos à gramaticalização por desgaste semântico e/ou fônico, vindo a exibir significados mais abstratos, menos lexicais, mais relacionais.

A formação de conjunções geralmente exemplifica os processos metonímicos. A alteração **advérbio de inclusão *magis* > conjunção adversativa *mas*** derivou-se do uso freqüente de *mas* em contextos negativos, conforme explicado por Castilho (1997).

## 2.4 GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Poggio (2002) argumenta que, quanto mais a forma for gramaticalizada, mais ela será freqüente. Dessa maneira, a freqüência de uso de um determinado item é evidência empírica do seu grau de gramaticalização. Esse critério será usado mais adiante para estabelecer uma comparação dos prefixos entre si, no que se refere ao grau de gramaticalização.

Para Lehmann (1982, *apud* CASTILHO, 1997), a gramaticalização relaciona-se com o grau de autonomia do signo. A perda de autonomia, assim, é um indício de gramaticalização. Por isso, esse autor propõe critérios que permitem medir o grau de autonomia do signo:

- **Peso:** autonomia confere ao signo certo peso, que o distingue dentro do paradigma.
- **Coesão:** signo autônomo não se relaciona com muitos outros signos.
- **Variabilidade:** signo autônomo possui elevado grau de mobilidade na sentença.

Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) postula, portanto, que o decréscimo no peso e na variabilidade e o aumento da coesão são evidentes sinais de gramaticalização e relaciona esses critérios com dois aspectos lingüísticos fundamentais: o aspecto sintagmático (a combinação de signos) e o aspecto paradigmático (a seleção de signos). Ficam estabelecidos, dessa maneira, seis parâmetros para se avaliar o nível de gramaticalização de um item lingüístico:

<b>PARÂMETRO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Peso sintagmático	Refere-se à complexidade estrutural da construção que a forma gramaticalizada ajuda a construir
Peso paradigmático	Conjunto de traços que asseguram a identidade de um item
Coesão sintagmática	Grau de adesão a outros signos
Coesão paradigmática	Refere-se a maior ou menor inclusão de um item em paradigma bem estruturado, altamente integrado
Variabilidade paradigmática	Grau da liberdade disponibilizada ao falante de escolher um item para uma determinada posição
Variabilidade sintagmática	Grau de facilidade com que o item pode ser mudado de posição

Quadro 9 - Parâmetros de avaliação do grau de gramaticalização

Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) apresenta um quadro no qual ele resume sua argumentação sobre os parâmetros que definem se uma gramaticalização é forte ou fraca:

<b>PARÂMETRO</b>	<b>GRAMATICALIZAÇÃO FRACA</b>	<b>PROCESSO</b>	<b>GRAMATICALIZAÇÃO FORTE</b>
Integridade (peso sintagmático)	Conjunto de propriedades semânticas; possivelmente polissilábico	Desgaste	Poucas propriedades semânticas; monosssegmental
Paradigmaticidade (coesão paradigmática)	O item participa escassamente no campo semântico	Paradigmaticidade	Fortemente integrado no paradigma
Variabilidade paradigmática	Livre escolha dos itens de acordo com as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolha sistematicamente restrita, uso largamente obrigatório
Escopo (peso paradigmático)	O item se correlaciona com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	O item modifica palavra ou raiz
Coesão (coesão sintagmática)	O item é justaposto independentemente	Coalescência	O item é afixo ou até mesmo suporte de traço fonológico
Variabilidade sintagmática	O item pode mover-se livremente nas estruturas	Fixação	O item ocupa lugares gramaticais fixos.

Quadro 10 - Gramaticalização forte X gramaticalização fraca

Assim, partindo-se do pressuposto de que a gramaticalização está relacionada com a diminuição do grau de autonomia do signo lingüístico, Lehmann oferece parâmetros para a mensuração do grau dessa autonomia.

A análise do quadro acima ajuda a compreender a observação de Castilho (1997) de que muitos autores não se situam claramente numa perspectiva teórica. Note-se que os mesmos aspectos que Lehmann considera como princípios (fixação, paradigmáticação, obrigatoriedade, condensação e coalescência), no quadro acima, ele trata como processos de gramaticalização. Mas alguns desses critérios propostos por Lehmann serão usados ao se considerar o grau de gramaticalização dos afixos provenientes de preposições.

Outros lingüistas também propuseram maneiras de se avaliar o grau de gramaticalização de um item lingüístico. Para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), uma forma é mais gramaticalizada do que outra nas seguintes condições, por exemplo:

- se ela é etimologicamente derivada da outra;
- se duas categorias diferem pelo fato de que uma expressa uma relação

temporal e a outra, uma “relação lógica”. Dessa maneira, um item que indica 'causa' ou 'condição' (relações lógicas) é mais gramaticalizado do que aqueles que indicam 'tempo';

- se uma forma é mais abrangente do que outra. Por exemplo, os itens que sinalizam 'modo' (acepção que inclui vários conceitos) são mais gramaticalizados que aqueles usados na acepção de 'instrumento'.

Aplicando esses critérios e os de Lehmann, é possível verificar graus diferenciados de gramaticalização de uma categoria para outra e dentro de uma mesma categoria. Os prefixos, por exemplo, são mais gramaticalizados do que as preposições e, entre os prefixos, podem ser identificados graus diferenciados de gramaticalização, como se notará no capítulo seis.

## 2.5 A PROPOSTA DE CASTILHO DE UM ESTUDO MULTISSISTÊMICO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Até aqui, mostrou-se apenas uma tentativa de Castilho (1997) de melhor organizar a perspectiva teórica sobre a gramaticalização. Mas o seu objetivo primário é, a partir do quadro de uma teoria modular, “propor um plano sistemático de estudo dos processos constitutivos da língua” (CASTILHO, 1997, p. 25). No texto *A gramaticalização*, de 1997, Castilho argumenta, basicamente, que o léxico é o módulo central da língua e nele estão depositados itens já marcados por propriedades gramaticais, discursivas e semânticas. Discurso, gramática e semântica são postulados como módulos e, portanto, a gramaticalização, a semanticização e a discursivização seriam os três grandes processos de constituição das línguas. Esses processos atuam simultaneamente em um mesmo item, através de um dispositivo de natureza cognitiva, que auxilia cada falante na exploração das potencialidades dos itens lexicais.

Qual seria, portanto, o módulo ou o processo a partir do qual se inicia o processo de mudança? Como esclarece Castilho (1997), depende do ponto de vista teórico adotado. Os funcionalistas elegem o discurso, privilegiando a enunciação. Os formalistas, a gramática, privilegiando o enunciado. Para Castilho, no entanto, itens lexicais inerentemente possuem marcas gramaticais, discursivas e semânticas que serão ativados, desativados ou reativados,



conforme a necessidade discursiva. Ou seja, Castilho ressalta que qualquer item lexical, contextualizado nos usos da língua, preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, de modo que não é preciso estabelecer correlações de precedência genética entre elas, como faz Givón (1971 *apud* CASTILHO, 1997), que considera o discurso como ponto de partida da mudança lingüística.

No texto *Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização*, de 2003, Castilho amplia essa proposta de uma teoria modular. Ele mostra a necessidade de se elaborar uma teoria multissistêmica, que dê conta da variedade de fenômenos que têm recebido o rótulo de gramaticalização e que reconheça a existência de outros processos que, além do processo de gramaticalização, são igualmente importantes para o pleno entendimento da criatividade lingüística.

O texto centra-se na visão de que a língua é um multissistema dinâmico, que graficamente pode ser representado numa forma radial, tendo no centro o léxico e à volta a gramática, a semântica e o discurso. O léxico seria governado por um dispositivo sociocognitivo de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem a categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse postulado, conforme Castilho (2003), ajuda a evitar o equívoco de se utilizar indiscriminadamente o termo “gramaticalização” como rótulo para vários fenômenos lingüísticos, essencialmente diferentes. Esse dispositivo sociocognitivo age por acumulação de impulsos e, somente assim, pode-se dar conta da extraordinária complexidade da linguagem. Assim, para Castilho (2003), fica difícil concordar com análises que mencionam o “desbotamento” de sentido, a “erosão” fonética, pois a língua revela um processo contínuo de ganhos e perdas de propriedades semânticas, gramaticais, dentre outras.

Castilho (2003) explica, adicionalmente, que a mente opera simultaneamente sobre o conjunto das categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais. Os produtos lingüísticos resultantes podem ser representados sob a forma de uma constelação.

Cada um dos subsistemas, que operam simultaneamente na língua, o léxico, o discurso, a semântica e a gramática, é explicado por Castilho.

O **léxico** é o conjunto de propriedades cognitivas abstratas, potenciais, prévias à enunciação, com base nas quais se constroem os traços semânticos inerentes. As categorias cognitivas, de acordo com Castilho, seriam VISÃO, COISA, ESPAÇO, TEMPO. Tais categorias podem ser expressas em subcategorias. As subcategorias de visão são fundo e figura, as de espaço, verticalidade, horizontalidade, transversalidade e assim por diante. Os traços semânticos inerentes são animado e inanimado, télico e não télico, etc.

Combinando categorias cognitivas e traços semânticos inerentes constituídos a partir dessas categorias, obtêm-se os itens lexicais, que serão realizados no dicionário, seja como um nome, um advérbio, uma conjunção ou uma preposição. Conforme esse ponto de vista, não é sustentável o conceito de que uma categoria tal como a dos prefixos, por exemplo, derive-se das preposições. Cada categoria corresponde, na verdade, a um determinado arranjo de traços.

O **discurso** é uma sorte de contrato social estabelecido lingüisticamente, de que decorrem os usos lingüísticos. Cunha, Costa e Cezário (2003) definem o discurso como um conjunto de estratégias criativas utilizadas pelo falante, com o objetivo de organizar funcionalmente o seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa. Martelotta e Alcântara (1996) explicam que a discursivização é um processo de mudança que leva determinados elementos lingüísticos a serem usados para reorganizar o discurso.

A **semântica** é a criação dos significados baseada em estratégias cognitivas. De acordo com Castilho (1997), parece inadequado postular que sentidos abstratos derivem-se de sentidos concretos, o que pareceria apontar para mentes primitivas, capazes, inicialmente de formular conceitos concretos e que, com o tempo, se desenvolveriam, adquirindo a capacidade de lidar com domínios abstratos.

Finalmente, a **gramática** é o conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subconjuntos da fonologia, morfologia e sintaxe e governadas por regras de determinação interna.

Assim como no texto de 1997, Castilho, em 2003, argumenta que “uma mesma expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões pragmáticas”.

Uma das conseqüências da adoção desse ponto de vista é o abandono da afirmação de que existe uma transição gradual entre categorias maiores, menores e intermediárias, num ritmo unidirecional. O que ocorre, conforme Castilho, são movimentos sociocognitivos contínuos e simultâneos de agrupamentos de propriedades em um processo multidirecional. A gramaticalização resume-se a três subprocessos: fonologização, morfologização e sintaticização. A unidirecionalidade “só pode ser comprovada no tratamento das palavras no interior de cada um desses subprocessos.”. Priva-se, dessa maneira, a gramaticalização, da centralidade que geralmente lhe é conferida.

Portanto, quando se considera, por exemplo, a transição entre as categorias nome, preposição e afixo à luz da teoria multissistêmica em forma radial, constata-se que ocorre, não exclusivamente um processo de gramaticalização, mas também processos

simultâneos de ativação, reativação e desativação de determinadas propriedades lexicais, semânticas e discursivas de um signo lingüístico.

O próprio Castilho reconhece a necessidade de mais pesquisas para “arredondar” seus argumentos. Mattos e Silva (2002) questiona também se a multidirecionalidade em forma radial, como propõe Castilho, seria aplicável a qualquer caso de gramaticalização. Por esses motivos, preferiu-se, nesta pesquisa, realizar apenas uma aplicação superficial, limitada, da proposta de Castilho (2003) de estudo multissistêmico ao *corpus* selecionado.

De qualquer modo, essa proposta apresenta-se como uma opção teórica cujo valor deve ser reconhecido, especialmente nos casos em que há dificuldades de se conciliar os dados coletados relativos à mudança lingüística com determinados pressupostos da teoria da gramaticalização, como o princípio da unidirecionalidade, o que ocorre em algumas situações de mudança, envolvendo as preposições e os prefixos, consideradas nesta pesquisa.

### 3 AS TEORIAS SEMÂNTICAS DO LOCALISMO E DOS PROTÓTIPOS

As teorias do localismo e dos protótipos procuram dar conta de determinados aspectos semânticos observados durante o processo de gramaticalização, contribuindo, dessa maneira, para a investigação dos valores semânticos atribuídos aos itens gramaticais ao longo do tempo. A gramática funcional, priorizando a comunicação entre os falantes, tem como marco inicial de estudo as significações das expressões lingüísticas e procura investigar como as mesmas se codificam gramaticalmente. Por isso, a Teoria dos Protótipos e a Teoria Localista aparecem como dois dos mais discutidos tópicos no contexto dos estudos funcionalistas.

#### 3.1 A TEORIA DO LOCALISMO

Essencialmente, a Teoria Localista considera, como explica Poggio (2004), que fontes lexicais específicas dão origem a formas gramaticais espaciais, que retêm algumas propriedades de suas fontes. Essa teoria postula a existência da relação do domínio semântico espacial com outros domínios, tais como os de tempo, posse, modo, fim, instrumento e meio. Acredita-se que muito do que se pensa como sendo metafórico no uso da linguagem pode ser explicado pela tese do localismo. Alguns dos principais representantes dessa teoria são L. Hjelmslev, B. Pottier, J. M. Anderson, G. Lakoff e M. Johnson, J. Lyons, C. J. Fillmore e S. Svorou.

Os posicionamentos de vários desses localistas são citados por Poggio (2002). Por exemplo, B. Pottier (1962), aplicando a teoria localista, observa que a gramaticalização das preposições deve ser estudada sob três aspectos: espacial, temporal e nocional. O referido autor assinala que esses elementos se sucedem no nível da representação, de acordo com o seguinte *continuum*:

**Espaço > Tempo > Noção.**

Poggio (2002), confirmando a escala acima, demonstrou que as preposições sempre se desenvolvem do sentido espacial para acepções mais abstratas. Essas diferentes nuances semânticas observadas nas preposições geralmente são transmitidas para os prefixos

oriundos de preposições.

Outra versão da hipótese localista foi apresentada por Lyons (1980 *apud* POGGIO 2002). Esse autor observou que são as expressões locativas que originam as expressões temporais. Por isso, muitas preposições ou partículas locativas também são usadas com um valor temporal. Esse fato é verificado em várias línguas, inclusive no português, ocorrendo também com outras classes, como verbos, advérbios, adjetivos e conjunções. Assim, para Lyons, os elementos gramaticais de uma língua são provenientes da noção espacial e as noções de espaço e de tempo devem ser relacionadas, de acordo com o conceito de “viagem”.

Há, portanto, um paralelismo entre a dêixis espacial e a dêixis temporal. Para os localistas, a localização temporal é menos concreta do que a espacial e mais concreta do que os diversos tipos abstratos de localização. Poggio (2002, p. 40) esclarece que:

Assim como se analisa **aqui** e **ali** para denotar, respectivamente, ‘neste lugar’ e ‘naquele lugar’, pode-se analisar **agora** e **então** como ‘neste momento’ e ‘naquele momento’. Devido à estreita relação entre tempo e distância, há uma correlação direta entre afastamento temporal e afastamento espacial, a partir do ponto zero de **aqui** e **agora**.

Posteriormente, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), apresentando uma visão mais moderna da teoria localista, argumentaram que o homem, em primeiro lugar, faz uso de conceitos relacionados com o seu próprio corpo e, a partir desse uso inicial, deriva outras acepções mais abstratas. Ou seja, os conceitos locativos provêm, segundo eles, de conceitos mais concretos que o espaço. Assim, propuseram o seguinte *continuum* de desenvolvimento metafórico:

**PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE**

Também partidários da tese localista, Traugott e Heine (1991) propuseram o cline **ESPAÇO>(TEMPO)>TEXTO**. Conforme essa escala, inicialmente um elemento é usado em um sentido mais concreto, o espacial. Posteriormente, adquire uma conotação temporal e em seguida uma textual. Ou seja, essa proposta de escala também representa o processo de abstratização gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos lingüísticos. Também pode acontecer de um elemento passar de um uso espacial para um textual sem passar pelo uso temporal.

A noção de metáfora, como se observou antes, é essencial para a hipótese

localista. Lakoff e Johnson (2002) trataram minuciosamente e de um modo inovador o tema da metáfora, apresentando uma proposta com um forte poder explicativo. Por isso, apesar dos inúmeros estudos sobre a metáfora já existentes na época de lançamento do livro *Metaphors by live*, em 1980, sua publicação provocou forte impacto e desencadeou inúmeras pesquisas.

Costuma-se associar a metáfora a um desvio oriundo da imaginação poética, a uma forma lingüística que é usada de um modo não-convencional. Tradicionalmente, a metáfora é considerada um fenômeno da linguagem, um ornamento lingüístico que não possui valor cognitivo. Há, por isso, a tendência de se considerar a metáfora indesejável no discurso científico. A metáfora, nesse ponto de vista, não deve ser deslocada de seu lugar, que é a poesia ou outro tipo de discurso literário. Pelo próprio título do livro, *Metáforas da vida cotidiana*, percebe-se, contudo, que é forte a crença desses autores de que a metáfora está difundida na vida diária, inclusive em discursos científicos, não apenas se tratando de linguagem extraordinária. Com base em uma análise de diversas expressões lingüísticas, Lakoff e Johnson (2002) postularam a existência de todo um sistema de conceitos metafóricos subjacente à linguagem e que influencia o pensamento e a ação. A tese central da obra de Lakoff e Johnson é a de que os conceitos abstratos são, em sua maioria, metafóricos: “Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF ; JOHNSON, 2002, p. 45).

Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora é, principalmente, o meio de conceber uma coisa em termos de outra para fins de compreensão. As metáforas, assim, são experienciadas cotidianamente pelos seres humanos, sem que eles tenham muita consciência disso. Partindo da atitude do homem de experienciar uma discussão como se fosse uma guerra, surgem enunciados, tais como:

- *Suas afirmações são indefensáveis*
- *Suas críticas foram direto ao alvo*
- *Eu nunca o venci numa discussão*

Esses enunciados não são exclusivamente encontrados em textos tidos como subjetivos. Como demonstram os exemplos citados, a linguagem cotidiana, não apenas a literária, é densamente metafórica. As metáforas, assim, auxiliam na compreensão do mundo, tendo um importante papel cognitivo.

A associação de discussão com guerra é um claro exemplo de como as metáforas interferem nos pensamentos e ações. Como explica Lakoff e Johnson (2002), o fato de se entender discussões em termos de batalha influencia tanto a forma que as discussões tomam,

quanto a maneira como se fala sobre o que se faz quando se discute.

Alguns tipos de metáforas são explicados por Lakoff e Johnson (2002). Por exemplo, as **metáforas estruturais** são aquelas que estruturam um conceito em termos de outro. (por exemplo, DISCUSSÃO É GUERRA, TEMPO É DINHEIRO). As **metáforas orientacionais**, fundamentalmente, organizam um sistema de conceitos com relação a um outro sistema de conceitos. Metáforas orientacionais porque a maioria delas está ligada à orientação espacial: EM CIMA/EMBAIXO, DENTRO/FORA, FRENTE/ATRÁS, CENTRAL/PERIFÉRICO. Essas orientações metafóricas possuem uma base na experiência física do homem, não sendo, portanto, arbitrárias. Como afirmam Lakoff e Johnson (2002), a maior parte dos nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de uma ou mais metáforas de espacialização. As metáforas de espacialização, por sua vez, estão enraizadas na experiência física e cultural. Não são construídas ao acaso. Em alguns casos, a espacialização é uma parte tão essencial do conceito, que se tem dificuldade em imaginar outra metáfora alternativa que pudesse estruturar esse conceito. O conceito de metáfora orientacional é o que mais se relaciona com a hipótese localista, que argumenta que as acepções espaciais são mais básicas do que os outros tipos de acepções. Há vários exemplos de como as metáforas orientacionais dão a um conceito uma orientação espacial:

- Estou me sentindo **para cima** hoje
- Eu **caí** em depressão.

Note-se que a felicidade é comparada a um sentido espacial de elevação. A tristeza, por sua vez, a um sentido espacial de queda, posição abaixo. Essas metáforas auxiliam na descrição exata e clara das emoções humanas. Como observa Poggio (2002), há, nesses casos, uma tendência de conceitualizar o menos claramente delineado em termos do mais claramente delineado.

Um outro tipo de metáfora indicada por Lakoff e Johnson (2002) são as **metáforas ontológicas**, que são formas de conceber eventos, atividades, emoções, idéias, etc, como entidades e substâncias.

Nem todos os conceitos podem ser compreendidos baseando-se na orientação. As experiências humanas com objetos físicos, principalmente o próprio corpo, ajudam na concepção de eventos, atividades, emoções, idéias como entidades e substâncias (ex.: *Precisamos combater a inflação/A inflação está baixando nosso padrão de vida.* [a inflação como uma entidade] *Estamos trabalhando em direção à paz/A honra de nosso país está em jogo nesta guerra*). Tais formas de concepção são denominadas metáforas ontológicas e elas

servem a vários propósitos. Por exemplo, conceber a inflação como uma entidade permite referenciá-la, quantificá-la, identificar um aspecto particular dela, vê-la como uma causa, agir em relação a ela e talvez, até mesmo, fazer o homem acreditar que a compreensão dessas metáforas é necessária para lidar racionalmente com suas experiências.

Assim como as metáforas orientacionais e diferentemente das metáforas estruturais, as metáforas ontológicas geralmente não são percebidas como metáforas, dada a variedade de objetivos a que servem. No contexto das metáforas ontológicas estão as metáforas de recipientes. Para Lakoff e Johnson (2002), cada pessoa vê a si mesmo como um recipiente com uma superfície limitada e uma orientação interna e externa. O primeiro passo para esse tipo de metáfora é a projeção pelo indivíduo de sua própria orientação interna e externa sobre outros objetos ou situações, que também são vistos como tendo um interior e um exterior. Alguns exemplos citados por Lakoff e Johnson (2002) são:

- *O navio está entrando no meu campo de visão*
- *Você está na corrida no domingo*
- *Ele está em estado de amor*
- *Estamos fora de perigo agora*

Os localistas sustentam que o sentido temporal deriva-se do sentido espacial. Lakoff e Johnson (2002) também consideram a forma como o inglês organiza as noções temporais. Mas, as considerações desses autores aplicam-se também ao português e a muitas outras línguas. Primeiramente, o tempo é estruturado como um objeto em movimento:

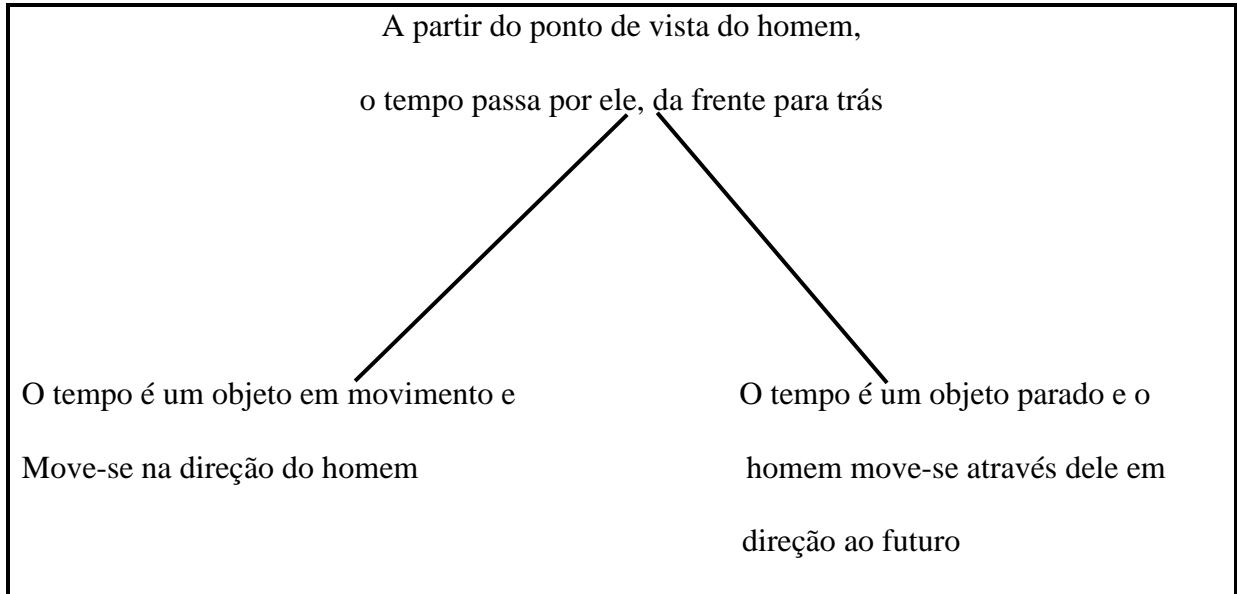
- *O tempo virá quando...*
- *Já havia passado muito tempo quando...*
- *O tempo voa...*

Uma outra maneira de estruturar o tempo é tratá-lo como um objeto imóvel através do qual o homem se movimenta:

- *Ao avançarmos através dos anos...*
- *Estamos nos aproximando do fim do ano.*

Lakoff e Johnson (2002, p. 103) resume as possibilidades de estruturação da noção temporal através de noções espaciais com o seguinte diagrama:





Quadro 11 – Possibilidades de estruturação da noção temporal

Vale ressaltar que essas formas de estruturação fazem parte da linguagem cotidiana sobre o tempo e é tão familiar que normalmente nem é percebida como uma estrutura metafórica.

É de se esperar, portanto, que preposições e seus derivados prefixais, com acepções espaciais, sejam usados para expressar o tempo, uma vez que, metaforicamente, o tempo é conceitualizado em termos de espaço.

Note-se que Lakoff e Johnson (2002) dão grande destaque à noção espacial. As metáforas orientacionais, conforme considerado antes, servem de fonte para diversos outros conceitos. Outros autores, seguindo uma vertente localista, fazem o mesmo. Por exemplo, S. Svorou (1993) estudou as semelhanças e diferenças entre as línguas, no que se refere à codificação e à expressão de relações espaciais. Sua análise concentra-se no aparecimento e mudança de formas gramaticais, bem como nos aspectos semânticos e morfossintáticos dessas formas.

Basicamente, Svorou (1993) selecionou, como explica Poggio (2002), as formas que seriam usadas para exprimir uma relação espacial, que se restringe entre um *trajector* (entidade a ser localizada) e um *landmark* (objeto limite).

Como resultado da pesquisa de Svorou (1993), foram encontradas semelhanças entre as línguas quanto à maneira como formas gramaticais que denotam espaço surgem e mudam e como o uso de determinados elementos gramaticais é ampliado para expressar relações temporais e outras relações não-espaciais. Atribuíram-se essas semelhanças ao modo como os seres humanos, de modo geral, experimentam o mundo. Por isso, postula-se que

princípios universais governam a codificação lingüística das relações espaciais.

Svorou (1993) postula que todo conhecimento que as pessoas possuem sobre entidades pode ser incorporado dentro da noção de região de uma entidade. As pessoas compreendem o espaço geralmente pelas relações que existem entre os objetos nesse espaço. A partir da percepção dessas relações, as pessoas inferem tamanho, grau de mobilidade e os atributos interacionais e funcionais das entidades. Assim, é possível perceber entidades que possuem uma região interior (caixas, tubos etc), região exterior (quadros, montanhas) e entidades que se constituem em regiões (campos, países etc.). A noção de *reference frame* (moldura referencial) integra o comportamento observado na entidade e a indicação da região. Estudar a evolução de termos espaciais é uma maneira de atestar a existência das molduras referenciais.

Com base em Svorou (1993), Poggio (2002) observa que as línguas fazem uso de um pequeno número de elementos para especificar relações espaciais. Por causa do tamanho do grupo e do fato de que novos membros do grupo são produtos, não de processos derivacionais, mas da mudança de um pequeno grupo de elementos (nome e verbo são as duas fontes lexicais específicas identificadas que originam formas gramaticais espaciais), eles são vistos como pertencendo a uma classe fechada e, conseqüentemente, são elementos gramaticais em maior ou menor grau. Como acrescenta Svorou (1993), o conteúdo relacional desses elementos opõe-se ao conteúdo material dos itens lexicais, o que constitui uma razão a mais para considerá-los parte da gramática de uma língua. Assim, preposições, afixos, flexões casuais e advérbios espaciais fazem parte da gramática das línguas naturais na expressão de relações espaciais. Esses elementos constituem os morfemas espaciais. A categoria dos nomes é a que mais origina formas lingüísticas espaciais e, conforme Svorou (1993), esses nomes podem ser distribuídos em quatro classes:

- 1) Classe de parte do corpo (face, cabeça, costas etc).
- 2) Classe de *landmark* ambiental (céu, rio, campo).
- 3) Classe de parte de objetos relacionais (frente, lado, meio, costas).
- 4) Classe de noção espacial abstrata (proximidade, direção, comprimento etc).

Svorou (1993) afirma ainda que um princípio icônico governa a complexidade lingüística dos morfemas espaciais. Quanto maior a complexidade cognitiva das relações espaciais, maior será a forma lingüística espacial para codificar essas relações. Observa-se que esse princípio icônico vale para todas as línguas e, por isso, não há muitas diferenças na forma como as línguas codificam domínios espaciais específicos.

Consideram-se, no estudo de Svorou, as variações morfossintáticas das formas lingüísticas espaciais, que são vistas como uma conseqüência das mudanças semânticas verificadas durante o processo de gramaticalização. O seguinte *continuum*, conforme Svorou, mostra a variação de características morfossintáticas:

Baixa fusão		alta fusão
<b>Embraced</b>	<b>agglutinated</b>	<b>fused</b>
('enlaçado')	('aglutinado')	('fundido')

Quadro 12 - *continuum* de fusão das unidades lingüísticas espaciais (Svorou, 1993, p.38)

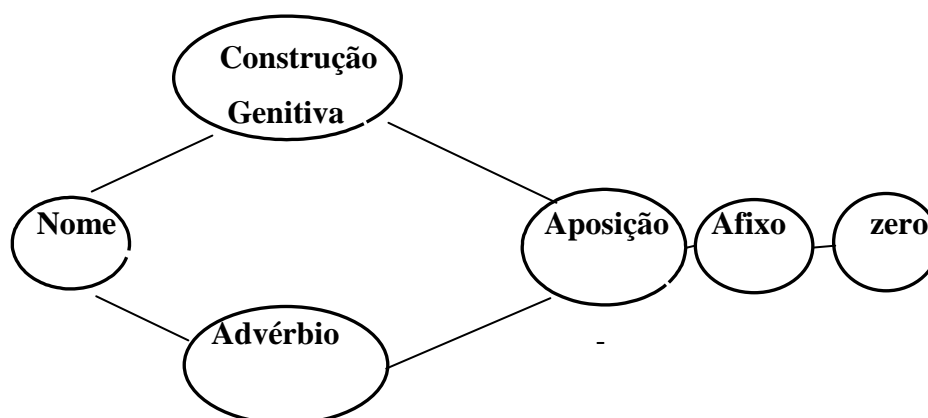
**Embraced** ('enlaçado): aplica-se a construções adverbiais e preposicionais nas quais o morfema lingüístico espacial e o seu complemento são unidades fonológicas independentes, mas, ainda assim, se constituem em uma unidade (por exemplo, “em frente de...”).

**Agglutinated** (aglutinado): refere-se aos morfemas afixados que são identificáveis em contextos fonológicos.

**Fused** (fundido): refere-se a morfemas afixados sujeitos à alteração fonológica ligada à sua raiz. Svorou (1993) usa o termo *host* (hospedeiro) para referir-se às unidades às quais os morfemas espaciais podem se prender. A aplicação desse termo é para expressões aglutinadas ou fundidas. Mais adiante, procurar-se-á aplicar o *continuum* proposto por Svorou às situações de mudança **preposição > prefixo**.

Svorou (1993) procura ainda aplicar a teoria da gramaticalização à evolução dos morfemas lingüísticos espaciais. A teoria da gramaticalização pressupõe que expressões espaciais originam-se de fontes lexicais e vão, progressivamente, adquirindo propriedades gramaticais.

O seguinte *continuum* de evolução morfossintática de morfemas espaciais a partir de material lexical é proposto por Svorou (1993):



Quadro 13 - *Continuum* de evolução morfossintática de morfemas espaciais a partir de material lexical.

Conforme descrito no quadro acima, um nome pode passar a ser usado freqüentemente em uma construção genitiva, codificando a parte de um todo, ou passar para um estágio adverbial. Em seguida, assume funções aposicionais, constituindo-se, ainda, numa forma independente. Mas, no decorrer do processo de gramaticalização, a forma afixa-se a um outro elemento lingüístico, havendo, assim, uma considerável perda do seu grau de autonomia. Por fim, a estrutura pode atingir um momento máximo de exaustão, que anuncia a retomada do processo, alcançando, dessa maneira, o estágio zero.

Pode-se perceber que os nomes que adquirem funções espaciais também pertencem a uma classe fechada. As mudanças verificadas em um nome, que adquire funções gramaticais, são acentuadas. Por exemplo, o elemento perde autonomia, perde a capacidade de ser modificado por outros elementos, dentre outras mudanças. Não seria razoável esperar que essas mudanças ocorressem com qualquer nome. Como observa Poggio (2002), somente certos elementos possuem um baixo grau de “nominalidade”, aspecto que os torna bons candidatos à gramaticalização. Esses nomes referem-se a partes do corpo humano e a *landmarks* ambientais.

Para Svorou (1993), o processo de afixação, que é o foco desta pesquisa, constitui um dos pontos cruciais para o pleno entendimento do processo de gramaticalização e diz respeito ao modo como o fenômeno acontece e à maneira como os morfemas lingüísticos espaciais podem ser afixados, fundidos e reduzidos ao mesmo grau.

Assim, como observado na argumentação de Lakoff e Johnson (2002), Lyons (1980 *apud* POGGIO, 2002) e Svorou (1993), os localistas consideram as acepções espaciais fundamentais no desenvolvimento das significações das línguas. A organização espacial, cognitiva, dos seres humanos, conforme esses autores, serve de molde estrutural para

expressões mais abstratas presentes na linguagem humana. Como afirmam Lakoff e Johnson (2002), “a maioria dos conceitos fundamentais do homem são organizados em termos de uma ou mais metáforas de espacialização”. A hipótese localista será aplicada e discutida no capítulo seis.

### 3.2 A TEORIA DOS PROTÓTIPOS

Existem duas formas de categorização lingüística: a categorização clássica, elaborada por Aristóteles e retomada pela semântica de Frege e pela Gramática Gerativa, e a categorização natural, elaborada por Wittgenstein em 1953, sendo retomada nos anos 80 pela Psicologia, Antropologia e Lingüística Cognitiva (CASTILHO, 2001).

De acordo com a categorização clássica, as categorias espelham a realidade física. Por isso, as classes gramaticais são discretas e dotadas de propriedades inerentes. Algumas propriedades das categorias clássicas são: 1) a predizibilidade absoluta sobre as entidades que integram a mesma categoria; 2) as categorias clássicas são claramente limitadas; e 3) todos os membros de uma categoria possuem estatuto semelhante. Como explicam Lakoff e Johnson (2002), na visão objetivista clássica, pode-se compreender e definir um objeto em termos de um conjunto das suas propriedades inerentes. Dessa maneira, a definição de uma categoria é em termos de uma teoria dos conjuntos. Tudo no universo está dentro ou fora da categoria. Os objetos que estão em uma categoria são aqueles que têm todas as propriedades inerentes requeridas. Qualquer objeto que não tenha uma ou mais das propriedades inerentes fica fora da categoria (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Castilho (2001) chama atenção para alguns problemas encontrados na categorização clássica. Por exemplo, nem todos os membros de uma categoria clássica possuem atributos categoriais idênticos, e a própria escolha de critérios que distinguem as categorias são de difícil descrição e operacionalização. Lakoff e Johnson (2002) também alertam que o conceito de teoria dos conjuntos de uma categoria não está de acordo com o modo pelo qual as pessoas categorizam as coisas e a experiência. De acordo com a categorização clássica, pode-se compreender um objeto totalmente em termos de um conjunto de suas propriedades inerentes, conforme já mencionado. Porém, como a exemplificação apresentada por Lakoff e Johnson (2002) mostra, pelo menos algumas das propriedades que

caracterizam nosso conceito de um objeto são interacionais, ou seja, os conceitos não são formulados exclusivamente a partir de propriedades inerentes ao objeto em si mesmo. Por exemplo, cita-se a oposição **arma preta x arma falsa**. O conceito ARMA, como as pessoas compreendem, é, no mínimo, parcialmente definido pelas propriedades interacionais que têm a ver com a percepção, a atividade motora, o objetivo, a função etc. O que conta como instância de uma categoria depende de nossa intenção ao usá-la.

As categorias não são fixas, nem uniformes. Elas são definidas por protótipos e semelhanças de família ligadas aos protótipos e são modificáveis, segundo o contexto, de acordo com objetivos diversos. Se uma afirmação é verdadeira ou não depende de a categoria utilizada ser adequada ou não, e o grau de adequação, por sua vez, varia conforme os objetivos humanos e outros aspectos do contexto. Os seres humanos realizam operações taxionômicas como um meio de compreender o mundo. Para servir a esse propósito, a categorização deve, portanto ser suficientemente flexível.

Em resumo, para Lakoff e Johnson (2002), a categorização clássica não é satisfatória, principalmente, em virtude de cinco pontos:

- 1) Os homens categorizam seres em termos de protótipos. Por exemplo, as pessoas reconhecem cadeiras prototípicas. Elas têm costas definidas, assento, quatro pernas e, geralmente, dois braços. Mas há cadeiras não prototípicas: cadeiras giratórias, de barbeiro etc. Tais objetos são considerados como “cadeiras”, em virtude do grau de semelhança com a cadeira prototípica. Assim, toda categorização parte do conceito de protótipo.
- 2) O que determina a integração de um item em uma determinada categoria não é um conjunto fixo de propriedades definidoras, que é compartilhada com um protótipo, mas o fato dele apresentar uma semelhança suficiente de família com o protótipo. Não é o caso, dessa maneira, de haver um centro fixo de propriedades compartilhadas entre o elemento prototípico e os elementos marginais da categoria. O exemplo dado por Lakoff e Johnson (2002) é o de que uma cadeira de balanço pode se parecer com uma cadeira prototípica de uma forma diferente da cadeira de barbeiro.
- 3) As propriedades interacionais são proeminentes entre os tipos de propriedades que entram na determinação de semelhanças de família. Novamente, Lakoff e

Johnson (2002) usam a cadeira como exemplo. As cadeiras compartilham com os bancos e objetos similares uma propriedade funcional, ou seja, a possibilidade de serem usados como assento, apesar de os tipos de atividades motoras permitidos por cadeiras serem muitas vezes diferentes daqueles permitidos por bancos e outros tipos de assento. As propriedades interacionais relevantes para a compreensão de cadeiras, como explica Lakoff e Johnson (2002), incluem as propriedades perceptuais (como a cadeira se apresenta, por exemplo), as propriedades funcionais, as propriedades motoras e as intencionais (cadeiras servem para repousar, comer etc).

4) A existência de modificadores, chamados delimitadores (*hedges*) que servem para selecionar o protótipo de uma categoria e que definem os vários tipos de relações com o protótipo. Alguns delimitadores são:

a) POR EXCELÊNCIA: designa membros prototípicos de uma categoria. Assim, o pardal é um pássaro por excelência, o que não acontece com um avestruz.

b) ESTRITAMENTE FALANDO: esta expressão designa os casos não prototípicos, mas que, em geral, são considerados como pertencentes à categoria. Galinhas e avestruzes, por exemplo, não são pássaros por excelência, mas não deixam de ser pássaros.

c) IMPRECISAMENTE FALANDO: esta expressão aplica-se a seres que, em razão de lhe faltar alguma qualidade básica, não pertencem a uma determinada categoria, mas que possuem suficientes qualidades prototípicas, de modo que é possível, em certos casos, considerá-los como membros da categoria. Assim, estritamente falando, a baleia não é um peixe, mas imprecisamente falando é.

d) TECNICAMENTE: define uma categoria em função de alguma necessidade técnica. Outros delimitadores citados por Lakoff e Johnson (2002) são: *em um sentido importante, para todas as intenções e propósitos, em certos aspectos*. Como mostra Castilho (2001), em português, expressões organizadas pelos itens *tipo, mais ou menos, uma espécie de, entre outros*, ilustram o mesmo fenômeno.

5) Por fim, a categorização clássica não é satisfatória porque as categorias são abertas. As definições metafóricas frequentemente levam a uma recategorização. Os delimitadores, como visto acima, também revelam a natureza aberta das categorias. Assim, um objeto pode ser visto como pertencendo a uma categoria ou não, a depender dos propósitos da classificação que sejam observados. Lakoff e Johnson (2002) assinalam ainda que, apesar de as categorias serem abertas, a categorização não é arbitrária, pois tanto as metáforas como os delimitadores definem as categorias de uma forma sistemática.

Portanto, como os pontos acima ilustram, a categorização é produzida, não em termos de propriedades inerentes, mas em termos, basicamente, de propriedades interacionais. Os conceitos são definidos por protótipos e por tipos de relações entre eles. E tais conceitos, que surgem da experiência humana, não são rigidamente definidos, como postula a categorização clássica.

A categorização natural, por sua vez, para melhor dar conta da complexidade das línguas e da maneira como o homem categoriza os objetos, postula que as categorias devem ser vistas como uma representação da realidade, não como seu retrato. Conforme essa teorização, o que existe entre as categorias é um *continuum* de limites imprecisos, não limites claros. Algumas entidades compartilham entre si muitas propriedades em comum, constituindo-se em protótipos de sua categoria. Outras possuem apenas algumas dessas propriedades, sendo, assim, elementos marginais ou periféricos. As entidades possuem, portanto, diferentes graus de integração em sua categoria e, por isso, muitas relações podem ser observadas entre os membros de categorias diferentes. Como conclui Castilho (2001), a integração de uma entidade em uma categoria é muitas vezes uma questão de grau. Não é possível a predizibilidade absoluta quanto à pertença das entidades a uma determinada categoria.

A teoria natural permite estabelecer um “*continuum* categorial” (GIVÓN, 1984 *apud* CASTILHO, 2001) e esse procedimento, conforme assinalado por Castilho (2001), é mais apropriado à complexidade observada nas línguas naturais. De acordo com a teoria natural, é o grau de semelhança, não a identidade, que deve ser buscada na postulação de classes. E as semelhanças entre entidades são percebidas intuitivamente pelos falantes. Assim, os traços que definem as classes baseiam-se menos nas propriedades inerentes das entidades e



mais nas propriedades interacionais dessas entidades, ou seja, naquelas propriedades que são captadas e valorizadas pelo homem e utilizadas para fins de classificação.

Estudos sobre as designações das cores e a classificação dos animais forneceram subsídios teóricos para a teoria natural. Lakoff e Johnson (2002) citam a teoria de categorização humana de Rosch (1977 *apud* LAKOFF ; JOHNSON, 2002). Rosch observou que as pessoas categorizam objetos em termos de protótipos e de semelhanças de família, não em termos de conjuntos teóricos. Por exemplo, aves que cantam e voam, como os pardais, são aves prototípicas. Mas galinhas e pingüins não seriam membros exemplares ou “prototípicos” da categoria “aves”. Entretanto, esses animais não deixam de ser considerados aves, pois possuem semelhança suficiente com o protótipo. Ou seja, eles possuem suficiente número de propriedades relevantes do protótipo, o que permite que as pessoas os classifiquem como aves.

Givón (1986) confrontou as duas hipóteses (teorias clássica e natural) e propôs uma solução híbrida – a teoria dos protótipos. Essa teoria diz respeito à categorização lingüística. Os itens que apresentam muitos aspectos similares são tidos como prototípicos (ou exemplares) de determinada categoria, enquanto outros, que apresentam apenas poucos traços comuns, são elementos marginais, podendo se transferir para outras categorias. Costa (2003) esclarece que o conceito de protótipo remete aos membros mais característicos, aqueles que são, por exemplo, lembrados primeiro por uma pessoa, quando solicitada a apresentar exemplos de membros daquela categoria.

Citando Ilari et al. (1990), Castilho (2001) argumenta que aplicações da Teoria dos Protótipos à língua portuguesa revelam que há advérbios “mais adverbiais”, como os predicativos, e advérbios “menos adverbiais”, como os não-predicativos. Os advérbios delimitadores, estudados por Moraes de Castilho (1991 *apud* CASTILHO, 2001), funcionam como comprometedores de prototipicidade de sua classe-escopo. Conforme J. Taylor (1992), as preposições, por sua vez, são as palavras mais polissêmicas de todas as línguas. Essa polissemia deriva-se de irradiações de um elemento nuclear ou prototípico, como demonstrado nos estudos de Poggio (2002), em relação às preposições da língua portuguesa.

Taylor (1992) comenta ainda as duas versões da Teoria dos Protótipos: a **monossêmica** (ou padrão) e a **polissêmica** (ou ampliada).

Na versão monossêmica, há um membro que pode ser considerado como o melhor exemplar de uma categoria, conforme explanado antes. Segundo Taylor (1992), um

fator importante para a identificação do protótipo, de acordo com a versão padrão, é a frequência de uso, sendo ela um sintoma de protipicidade, podendo esse critério ser utilizado também como um auxílio na identificação do sentido prototípico de um determinado item lingüístico. De acordo com essa versão, uma categoria não se define por uma série de traços necessários e suficientes, mas pela ligação desses membros com um elemento central, o prototípico.

A versão polissêmica ou ampliada, por outro lado, postula que não existe uma figura central prototípica, mas um conjunto de referentes, tais como A, B, C, D, E, que estão unidos por relações do tipo associativo: AB, BC, CD, DE, estando a categorização justificada por laços de associação entre os diferentes exemplos e não por uma relação entre todos esses diferentes exemplos e um mesmo protótipo. Para que haja *semelhança de família*, basta que cada membro da categoria divida pelo menos uma propriedade com um outro membro da categoria. Isso vai diferir da *semelhança de família* da versão padrão, na qual há a necessidade de que sejam identificados entre cada um dos membros de uma categoria e o elemento prototípico pelo menos um traço em comum.

A versão ampliada da Teoria dos Protótipos é usada como um instrumento de organização semântica dos lexemas polissêmicos, ou seja, é aplicada aos fenômenos de sentido múltiplo, cujas acepções apresentam um laço ou laços entre elas.

A Teoria dos Protótipos fornece um bom suporte para a análise de alguns fenômenos de mudança. Ela procura explicar porque, por exemplo, alguns elementos lingüísticos estão mais propensos a migrar para outras categorias e outros não. Assim, essa teoria, que se baseia principalmente na proposta de categorização natural de Wittgenstein, apresenta-se como uma alternativa que leva mais eficientemente em consideração a complexidade das línguas e a forma como os seres humanos categorizam as coisas em sua volta.

## 4 ESTUDOS SOBRE AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS

O objetivo deste capítulo é mostrar o que se tem discutido na literatura contemporânea sobre as preposições e os prefixos. As preposições desempenham um papel fundamental em todas as línguas e estão entre as palavras com o maior número de acepções. Essa diversificação de uso, conforme já explicado, muitas vezes provoca o surgimento de prefixos que, na maioria dos casos, contém vestígios semânticos e formais do elemento prepositivo que lhes deu origem. Apesar da evidente carga semântica das preposições e dos prefixos, muitos estudiosos desconsideram esse fato. Contudo, várias pesquisas vêm colocando em cheque a premissa de que itens relacionais ou afixais são sempre desprovidos de valor semântico quando fora de um contexto.

As considerações a seguir, portanto, apresentarão a base para o estudo dos prefixos derivados de preposições em textos mais antigos. Como, em geral, boa parte dos sentidos expressos pelas preposições se mantém nos seus derivados prefixais, inclui-se, neste capítulo, uma exposição sobre as preposições.

Referente aos prefixos, notar-se-á que há muita polêmica quanto à maneira de se classificar a prefixação. Alguns acham se tratar de um caso de composição, outros de derivação. Apresentam-se nos próximos itens diversos pontos de vista e, em seguida, esclarece-se o ponto de vista adotado nesta pesquisa.

Para uma melhor sistematização dessa revisão da literatura, preferiu-se dividir o capítulo em dois subitens, intitulados “As preposições e os prefixos em gramáticas normativas e históricas” e “As preposições e os prefixos em estudos lingüísticos contemporâneos”.

### 4.1 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS E HISTÓRICAS

#### 4.1.1 As preposições

João de Barros, no século XVI, na sua *Gramática da língua portuguesa* (1957), definiu preposição como uma parte da gramática que se põe entre as outras por ajuntamento ou preposição. Além das preposições propriamente ditas, Barros considerou como

preposições as que são usadas como prefixos na formação de palavras. Esse autor também identificou o papel das preposições na marcação dos casos.

A maioria dos gramáticos contemporâneos, por sua vez, define as preposições como elementos que ligam dois termos, estabelecendo uma relação entre eles. O primeiro termo, denominado *antecedente*, tem o seu sentido explicado ou completado pelo segundo termo, o *conseqüente*. Entre esses gramáticos, há aqueles que consideram que as preposições, isoladamente, são vazias de sentido, tendo apenas um sentido de relação, enquanto outros admitem que algumas preposições têm uma significação intrínseca.

Por exemplo, para Guimarães e Guimarães (1997), “as preposições são conectivos que ligam palavras, estabelecendo entre elas diferentes relações de sentido”. São elementos que não possuem função sintática, mas que transmitem um valor expressivo nas relações mediadas por eles. Esses autores concluem, portanto, que não se pode considerar as preposições vazias de sentido. Guimarães e Guimarães (1997) apresentam exemplos do valor expressivo das preposições:

1) **a** – transmite a idéia de movimento e de tempo.

- Exemplo: *Adriana chegou à praia*

*O avião chegou às dez*

2) **de** – apresenta várias acepções. Eis algumas delas:

- Movimento: *Paulo viajou de Roma para Milão*

- Origem: *Os favelados procedem de regiões pobres do Brasil*

- Lugar: *De longe, eu observei você chegando*

- Tempo: *Iremos à praia de manhã*

- Causa: *O rapaz quase morreu de tristeza*

3) **com** – companhia e modo

- *O rapaz foi ao cinema com a sua namorada*

- *O rapaz saiu do cinema com os olhos cheios de lágrima*

4) **em** – movimento (no sentido espacial e temporal) e modo

- *O vendedor andou em volta do estádio de futebol*

- *Chegaremos em vinte minutos em São Paulo*

- *Somos parecidos em tudo*

5) **Para** – acepções de movimento, tempo e finalidade

- *Eu estou indo para Brasília*

- *Para* amanhã, está previsto tempo ruim
- *Eu* quero encontrá-lo *para* acertarmos nossas contas

Cunha e Cintra (1985) classificam as preposições quanto ao conteúdo semântico, baseando-se no tipo de relação sintática estabelecida por elas. Divide as preposições em três grupos, de acordo com o tipo de relação que elas determinam:

- Nas relações fixas, a função relacional e o conteúdo se esvaziam. Ex:
  - *Necessariamente* **hão de** vencer
- Nas relações necessárias, a função relacional se intensifica e a significação se enfraquece. Ex:
  - *Foi vontade* **de** Deus
- Nas relações livres, há uma significação plena do elemento prepositivo. Ex:
  - *Procurar* **por** alguém.

Bechara (2002), como expresso por ele mesmo no prefácio do seu livro, procura conciliar a modernidade dos estudos da linguagem à necessidade de que têm os alunos de um compêndio que os prepare para atender as exigências de cultura dos tempos atuais. E, de fato, na sua análise sobre as preposições e os prefixos, Bechara não se limita a apresentar as concepções tradicionais sobre essas categorias de palavras. Ele expõe parte da complexidade desses temas, ao contrário da abordagem excessivamente simplista da maioria das gramáticas tradicionais. Para ele, “esconder as possíveis dificuldades do tema para agradar ao leitor é fazer-lhe um desserviço, com graves conseqüências” (BECHARA, 2002). Moderadamente, esse autor procura também introduzir uma terminologia mais relacionada com estudos lingüísticos recentes.

Ao comentar sobre as preposições, Bechara (2002) observa que tudo na língua é semântico, e essa carga semântica varia conforme o papel lexical ou puramente gramatical que as unidades lingüísticas desempenham nos grupos nominais unitários e nas orações. As preposições não fazem exceção a essa realidade, conforme exemplificado nas frases abaixo:

- *Eu* estou **com** ele
- *Eu* estou **sem** ele

Nas frases acima, é evidente a existência de conteúdos semânticos opostos expressos pelas preposições *com* e *sem*.

Segundo Bechara (2002, p. 560-561), “cada preposição tem o seu significado

unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais...”. Essa posição está em harmonia com os estudos lingüísticos recentes, especialmente com a teoria dos protótipos e a localista. Em outras palavras, cada preposição possui uma acepção primária e outros significados particulares emergem da experiência de mundo e do saber da língua e das coisas que são desfrutadas pelo homem. É citada a preposição *com*. Na língua portuguesa, atribui-se à preposição *com* a noção de copresença. Usando a terminologia também adotada por Dik, Bechara explica que, aquilo que, na língua, mediante o seu sistema semântico, se procura expressar com essa preposição é que, na fórmula **com + x**, **x** está sempre presente no “estado de coisas” designado. Os significados ou sentidos contextuais analisados pela experiência de mundo do falante e o saber sobre as coisas (inclusive as coisas da língua que constituem a competência lingüística) permitem ao homem dar um passo a mais na interpretação e depreender uma acepção secundária. Por exemplo, na frase, “Maria cortou o pão *com* a faca”, está presente na preposição *com* não apenas a noção de copresença, mas também a noção de instrumento. Essas explicações de Bechara estão bem relacionadas com as teorias do localismo e dos protótipos. Há outros exemplos citados por Bechara:

- *dancei com Marlit* - depois da noção de “copresença”, percebe-se o sentido de companhia.
- *estudei com prazer* - o prazer não só esteve presente, mas representou o “modo” de como a ação foi levada a termo.

Tanto C. Cunha e L. Cintra (1985) como E. Bechara (2002), registram as noções de movimento ou não movimento, considerados a partir da aproximação ou do afastamento em relação a um limite, expressos nas relações preposicionais, consideradas com referência ao espaço, ao tempo e à noção, como se observa no caso da preposição **de**:

- Espacial:
  - *Todos saíram de casa*
- Temporal:
  - *Trabalha de 8 às 12 horas todos os dias*
- Nocional:
  - *Chorava de dor*

Infante (1995), no seu *Curso de gramática aplicada aos textos*, destaca o

relevante papel das preposições na construção do discurso. Ele constata que as preposições não apenas conectam termos de oração, mas também indicam noções fundamentais à compreensão da frase, como é evidente nos exemplos abaixo:

- *com* *pressa* – *sem* *pressa*
- *sob* *a mesa* – *sobre* *a mesa*
- *com* *vocês* – *contra* *vocês*

Infante (1995, p. 321) mostra, assim, com vários exemplos comprobatórios, que:

As relações que as preposições estabelecem entre as partes do discurso são tão diversificadas quanto imprescindíveis, seja em textos narrativos, dissertativos ou descritivos. Noções como tempo, lugar, causa, assunto, finalidade e outras costumam surgir como peças estruturadoras básicas.

Por outro lado, há autores que não admitem que as preposições tenham um valor semântico inerente. Uma posição bem explícita contra o valor semântico intrínseco das preposições é a de Nicola e Infante (1997, p. 224): “a preposição tomada isoladamente nada significa. Ela só tem valor gramatical dentro de um dado contexto. Não exerce propriamente uma função sintática, sendo considerada mero conectivo”. Posição semelhante é a de Almeida (1988):

Quem afirmou que as preposições têm sentido fixo em português? Quem, ciente do que faz, um dia se aventurou a dar os significados das preposições vernáculas, sem o cuidado de exemplificar o emprego? Jamais dirá o professor consciencioso que “de” indica posse, “sobre” significa “em cima de”, “com” denota companhia. As preposições nossas não têm significação intrínseca, própria, senão relativa, dependente do verbo com que são empregadas, variável de expressão para expressão. Como de nosso organismo as veias só com sangue têm função, as preposições de nosso idioma só com outras palavras têm significado. (Almeida, 1988, p. 337).

Domingos Paschoal Cegalla (1980) também afirma que, isoladamente, as preposições são vazias de sentido, mas admite que algumas delas contêm uma vaga noção de lugar. Cegalla (1980) identifica várias relações que as preposições podem exprimir na frase, como: 'assunto', 'causa', 'companhia', 'especialidade', 'direção', 'fim', 'falta', 'instrumento', 'lugar', 'meio', 'modo', 'conformidade', 'exposição', 'posse', 'matéria', 'origem', 'tempo'.

Faraco e Moura (1996) não fazem referência à carga semântica das preposições. Apenas dizem que a preposição é um elemento invariável que liga dois termos, sendo que um termo (termo regido) explica ou completa o sentido do outro (termo regente). Assim como muitos outros gramáticos, dividem as preposições em:

ESSENCIAIS – Sempre foram preposições e só funcionam como tal: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para (pra), perante, por, sem, sob, sobre, trás.*

ACIDENTAIS – Palavras que, embora pertençam a outras classes, podem ter o papel de preposição. Exemplos – *como, conforme, exceto, menos, segundo, visto.*

As locuções prepositivas são grupos de duas ou mais palavras com valor de preposição – *acima de, a fim de, apesar de, sob pena de* etc.

Reconhecendo a dificuldade de se determinar com clareza o tipo de relação que a preposição ou a locução prepositiva estabelecem entre o termo regente e o termo regido, Faraco e Moura (1996) alistam 18 relações que podem ser estabelecidas pelas preposições:

a. ausência:

*Um noivado **sem** beijos, **sem** carícias sutis, **sem** palavras de romance...(J. Amado)*

b. assunto:

*Mostraram-se hesitantes **acerca da** dieta (Senhor)*

c. causa ou motivo

*Leio no jornal a notícia de que um homem morreu **de** fome (F. Sabino)*

d. companhia

*O senhor bebia café **com** eles. Era o doutor José Lourenço (G. Rosa)*

e. concessão

***Com** apenas três anos, já sabia ler*

f. conformidade ou modo:

*Era capaz de viver **conforme** seus desejos*

g. direção

*Marcharam em direção **ao** palácio*

h. especialidade

*Ele é perito **em** zootecnia*

i. estado ou qualidade

*Ela estava **aos** prantos*

j. finalidade

*Cantava **para** a criança*

l. instrumento

*Destruiu tudo **a** martelo*

m. lugar

*Viajei **por** capitais européias*



n. matéria

*Vintém **de** cobre*

o. meio

*Assistimos ao jogo **pela** televisão*

p. oposição

*Protestaram **contra** a instalação de uma usina nuclear*

q. origem

*Todo poder emana **do** povo (constituição brasileira)*

r. posse

*O filho **de** Pedro passou no vestibular*

s. tempo

*A crise no casamento, **em** 1980, resultou na separação.*

Assim, Faraco e Moura (1996) exemplificam várias relações possíveis com o uso de preposições. As gramáticas de Guimarães e Guimarães (1997), Bechara (2002), dentre outras, também citam tanto sentidos mais concretos, como o espacial e o temporal, como sentidos abstratos e complexos, como o de concessão e oposição. Percebe-se, portanto, o elevado caráter polissêmico das preposições, fato reconhecido até mesmo pelas gramáticas normativas.

Seguindo a mesma linha de Cegalla (1980), Faraco e Moura (1996) Nicola e Infante (1997) e Almeida (1988), outros autores ou afirmam categoricamente que as preposições, isoladas de um contexto, são vazias de sentido ou se omitem na questão do valor semântico das preposições. Ernani Terra (2002), Sacconi (1994), Cadore (1996), Paschoalin (1989) fazem parte desse grupo.

Observa-se, a partir do que foi exposto, que as gramáticas normativas apresentam variados pontos de vista sobre as preposições. Muitas desprezam a carga semântica desses elementos, enfatizando apenas o seu caráter relacional. Outras afirmam possuir a preposição valor semântico inerente. O ponto em comum na argumentação analisada é o reconhecimento de que as preposições auxiliam na construção de vários tipos de relações que podem se estabelecer entre dois termos de uma oração. Encontra-se, na maioria das gramáticas, uma abordagem excessivamente simplista sobre as preposições, mas, em algumas delas, dentre as anteriormente citadas, observam-se análises que, em muitos aspectos, se aliam com estudos lingüísticos contemporâneos, como as de Bechara (2002), Infante (1995) e a de Guimarães e Guimarães (1997). Essas gramáticas reconhecem que as preposições, assim

como outros signos lingüísticos, possuem valor semântico inerente, em graus diferenciados. Os sentidos expressos pelas preposições, conforme se verá mais adiante, estão intimamente relacionados com os sentidos de seus derivados prefixais.

#### 4.1.2 Os prefixos

A prefixação é um tema polêmico. Os pesquisadores não têm um posicionamento harmônico nem quanto à classificação, nem quanto aos critérios de identificação dos prefixos. Até as gramáticas normativas, que em geral omitem a complexidade de vários temas, não são unânimes no tratamento do assunto, e algumas delas inclusive reconhecem que a questão da prefixação admite interpretações diferentes. Nota-se, no entanto, que a tendência mais comum nas gramáticas normativas recentes é a inclusão da prefixação entre os processos de derivação.

Faraco e Moura (1996) afirmam que os processos mais utilizados na renovação lexical em português são a derivação e a composição, os quais operam de um modo regular e sistemático na criação de novas palavras. Para esses autores, derivação é o processo pelo qual se forma uma palavra a partir de outra já existente na língua. A palavra que pode dar origem a outra e que não provém de nenhuma outra é denominada *palavra primitiva*, enquanto que *palavra derivada* é aquela que se origina de outra da própria língua. Exemplo:

*amor* – palavra primitiva.

*desamor, amoroso* – palavras derivadas.

A derivação pode ser prefixal, sufixal, parassintética, regressiva e imprópria. Faraco e Moura (1996), portanto, incluem a prefixação como uma situação normal de derivação. Adotam esse ponto de vista Cadore (1996), Nicola e Infante (1997), Paschoalin (1989), Sacconi (1994), Terra (2002), dentre outros.

A composição, por sua vez, conforme a maioria das gramáticas normativas, é o processo através do qual se criam palavras novas pela junção de palavras ou radicais, identificáveis pelo falante numa unidade nova de significado único e constante. Exemplos:

*amor-perfeito*

*vaivém*

*aguardente*

As definições de derivação e composição parecem simples. Mas quais, precisamente, são os critérios que definem um item como “palavra” ou “radical” ou como um simples elemento formativo que se antepõe ou se pospõe a radicais? Os prefixos estão no centro desse debate, pois são considerados casos fronteira entre palavras e morfemas.

Bechara (2002) explica que uma palavra se constitui de dois tipos de morfemas: o que expressa o significado das noções do mundo, chamado *significado lexical* ou externo (o radical); e outro que expressa o *significado gramatical* ou interno (os afixos, representados pelos morfemas de flexão e os morfemas de derivação). Note-se que Bechara (2002) confere um estatuto semelhante aos morfemas de flexão e aos morfemas de derivação. Vale citar Perini (1996), que reconhece a falta de clareza na distinção entre morfemas flexivos e morfemas derivativos.

Guimarães e Guimarães (1997), por outro lado, chamam de “afixos” somente os morfemas derivacionais (prefixos e sufixos). Os morfemas flexionais são tratados por eles simplesmente como desinências.

Do mesmo modo, Infante (1995) traça uma clara diferença entre afixos e morfemas flexionais (desinências). Esse autor ressalta que as desinências indicam flexões de uma mesma palavra e os afixos são usados para formar uma nova palavra. O uso de afixos não se deve a uma obrigatoriedade, como no caso das flexões que estabelecem concordância, mas sim a uma opção, ou seja, não há mecanismo lingüístico que torne obrigatório o uso de afixos.

Bechara (2002), dentre outros autores, estabelece distinções entre a sufixação e a prefixação. A sufixação forma uma nova palavra, emprestando à base uma idéia acessória, marcando-lhe a categoria (substantivo, adjetivo, verbo ou advérbio) a que pertence e, geralmente, alterando a categoria gramatical do radical de que sai o derivado.

Os prefixos, por sua vez, emprestam ao radical uma nova significação e se relacionam semanticamente com as preposições, apesar de nem sempre existir em português a preposição que corresponde ao prefixo empregado. Esses itens, em geral, se agregam a verbos ou a adjetivos. Mas, ao contrário dos sufixos, que assumem valor morfológico, os prefixos têm mais força significativa, podem aparecer como formas livres e não servem, como os sufixos, para determinar uma nova categoria gramatical. Contudo, Infante (1995) chama atenção para exemplos, tais como:

*bairro – interbairros: transportes interbairros* – Por causa do prefixo *inter*, a palavra *bairro* passou a adjetivo.

Bechara (2002) se posiciona a favor da colocação da prefixação entre os casos de derivação, mas reconhece a legitimidade de também poder considerar a prefixação como um processo de composição, tendo em vista “que os prefixos assumem valor semântico que empresta ao radical novo significado, patenteando, assim, a sua natureza de elemento mórfico de significação externa subsidiária” (BECHARA, 2002, p. 340).

De modo similar, Rocha Lima (1958) argumenta que, como os prefixos originam-se, na maior parte, de vocábulos de vida própria e independente, há dificuldades de se demarcar claramente a fronteira entre a composição e a derivação prefixal. Esse autor, porém, assim como Bechara (2002), prefere incluir a prefixação entre os processos normais de derivação.

Outros gramáticos que apontam para a existência de vários pontos de vista sobre os prefixos são Guimarães e Guimarães (1997). Eles alertam que o processo de formação das palavras é um assunto complexo e abrangente, pois implica conhecimento da etimologia dos radicais e afixos gregos e latinos. Dada a amplitude da matéria, o mais eficiente, para Guimarães e Guimarães (1997, p. 52) é “a pesquisa das palavras em sua origem”. Esses autores colocam a prefixação como processo de derivação, mas salientam a dificuldade de se lidar com alguns casos de prefixação. Para eles, já que alguns prefixos têm um valor independente do radical a que se ligam, é lícito considerar o vocábulo derivado como palavra composta, por exemplo, nas palavras *auto-retrato*, *neo-republicano*, *pseudo-herói*.

Rocha Lima (1958) observa, adicionalmente, que os prefixos correspondem, em regra, a preposições ou a advérbios (extintos ou vivos) e têm um sentido mais ou menos preciso com o qual modificam o sentido da palavra primitiva, como nos exemplos: *por* – *transpor*; *feliz* – *infeliz*; *leal* – *desleal*. Esse autor mostra que tal norma se verifica na maioria dos casos, mas isto não quer dizer que ocorra universal e obrigatoriamente. Em *exceder*, *preceder*, *proceder*, por exemplo, não entra nitidamente a idéia de *ceder*. Inclusive, nem sempre palavras derivadas se relacionam com palavras primitivas que tenham existência autônoma em português; muitas vezes, a um elemento vocabular herdado do latim ou grego, se apõe uma série de prefixos com os quais se formam numerosos derivados: *aduzir*, *produzir*, *induzir* (do radical de *ducere*). Observa-se que, nesses casos, o falante intuitivamente não percebe claramente a prefixação. A forma latina *cum* figura em raras palavras portuguesas (*cúmplice*, *cumprir*), em que, também, já se perdeu o sentido de derivação.

Infante (1995) ressalta que o dinamismo da língua se reflete no campo dos prefixos, que passam por modificações de forma e sentido. Os prefixos têm capacidade de operar modificações nas palavras às quais se adicionam. Além disso, a língua tende a criar

novos prefixos, utilizando muitas vezes preposições e advérbios. A prefixação, portanto, é um dos mecanismos que a língua portuguesa dispõe para, combinando e recombinao morfemas, criar, ininterruptamente, palavras novas como *sem-amor/não-violência*, atuando, dessa maneira, como um instrumento para o incremento de um novo desempenho comunicativo.

A prefixação, dessa maneira, contribui para fazer da língua uma forma de expressão a um só tempo econômica e eficiente. Por exemplo, é mais econômico e talvez mais eficiente o uso do item *sem terra* do que a frase *pessoa que não tem terra*. Esse exemplo mostra ainda que a prefixação muitas vezes adequa a língua a uma nova situação comunicativa. Como a questão das pessoas que não possuem terra tornou-se muito discutida na contemporaneidade, foi cunhada uma nova forma de expressão, mais prática, aludindo a pessoas nessa situação. O uso freqüente da preposição “sem” antes do substantivo “terra” fez com que aquela forma se gramaticalizasse como um prefixo. Fenômeno semelhante ocorreu com os itens prefixais encontrados no *corpus* desta pesquisa, exemplificados no capítulo seis. Assim, justifica-se a tese funcionalista de que a língua é um instrumento de interação social e que não se deve menosprezar o contexto discursivo como fonte de explicações para os fatos lingüísticos.

Quanto à origem, os gramáticos, em geral, classificam os prefixos em latinos e gregos.

Para Napoleão Mendes de Almeida (1988), os prefixos de origem latina podem ser subdivididos em:

- 1) **Prefixos latinos** – os que permaneceram na língua portuguesa em sua forma primitiva.
- 2) **Prefixos vernáculos** – os prefixos latinos que foram modificados ou aportuguesados

Almeida (1988) distingue-se da maioria dos gramáticos na sua concepção sobre derivação e composição. Para ele, na derivação, o sentido da palavra fundamental é modificado mediante troca ou acréscimo de sílaba ou sílabas finais (derivação própria, feita por sufixação: *mel+oso=meloso*) ou por um dos processos semânticos (derivação imprópria). E, na composição, o sentido da palavra fundamental é modificado mediante palavras, preposições ou partículas que a ela se antepõem; processa-se por justaposição (duas ou mais palavras se juntam sem que se alterem: *porta-aviões*), ou por aglutinação (quando elas se fundem mediante alguma alteração: *pernalta*, de *perna* + *alta*), ou por prefixação. Assim,

Almeida (1997) confere aos prefixos um estatuto de elemento vocabular dotado de significação própria.

A gramática histórica de Coutinho (1958) argumenta que há três fontes de formação do léxico português:

- derivação latina
- criação ou formação vernácula
- importação estrangeira

Coutinho (1958), como Almeida (1988), considera a prefixação como um caso de composição, não de derivação, definindo composição como um processo de formação de palavras pela união de dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, que se combinam para representar uma idéia nova e única, como nas palavras *sobrenadar*, *amor-perfeito*, *fidalgo*.

Para Coutinho (1958), a maioria dos prefixos tem a função de juntar à palavra uma idéia acessória. Esses são nomeados por Coutinho como prefixos **inexpletivos**. Já os **expletivos** são aqueles que não juntam à palavra nenhuma idéia nova. Outro critério de classificação dos prefixos apresentados por Coutinho é quanto ao uso. De acordo com esse critério, o prefixo pode ser **separável** (que pode ser usado fora do composto como palavra independente: *entre-casca*, *sobre-nadar*) e **inseparável** (o que já perdeu a sua independência, não podendo ser usado como palavra autônoma: *in-grato*, *re-integrar*)<sup>8</sup>

Em sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, Said Ali (1965) explica a derivação como um acréscimo de um sufixo a um vocábulo, formando uma nova palavra. Em relação à prefixação, ressalta que não está bem demarcada a fronteira entre derivação prefixal e composição, haja vista que os prefixos são, geralmente, oriundos de preposições e advérbios, palavras de existência independente.

Percebe-se, portanto, que as preposições e a prefixação não recebem um tratamento uniforme nas gramáticas normativas e históricas, apesar dessas publicações, em geral, preferirem não expor as controvérsias existentes nos estudos lingüísticos.

---

<sup>8</sup> O foco desta pesquisa são os prefixos “separáveis”, derivados de preposições, usando a terminologia de Coutinho (1958).

## 4.2 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS

### 4.2.1 As preposições

Este item baseia-se, principalmente, no livro *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*, no qual Poggio (2002), a partir de uma consistente fundamentação teórica de cunho funcionalista, empreende um estudo histórico sobre as preposições. Nesse estudo, Poggio observou que, tanto em latim como em português, semanticamente, as preposições se desenvolvem de um sentido espacial para acepções mais abstratas. Essa primeira acepção servirá de base, portanto, para os sentidos metafóricos.

F. de Saussure (1975), em seu *Curso de lingüística geral*, assinala que, provavelmente, o indo-europeu, fonte do latim, não tinha preposições, sendo as relações entre os vocábulos expressas exclusivamente através dos casos, sendo esses muito numerosos e dotados de grande força significativa na língua. Observa Poggio (2002) que, no latim, entretanto, os elementos prepositivos já eram utilizados, mas secundariamente, em virtude da presença ainda marcante das flexões casuais.

É consenso entre os estudiosos que as preposições, inicialmente, eram formas adverbiais, que vieram a ser usadas, especialmente, em conexão com certos casos do nome ou em composição com o verbo. Como explica Poggio (2002), num estágio mais antigo das línguas indo-européias, os casos eram suficientes para indicar as significações, mas, em virtude do enfraquecimento das formas casuais, ou para fins de clareza, esses sufixos foram fortalecidos com a adição de um advérbio. As preposições foram justamente formadas a partir daqueles advérbios mais freqüentemente associados com casos de nomes ou usados em composições com verbos.

Na época do latim clássico, as preposições começaram a se disseminar. A função relacional das preposições, entretanto, era minimizada pela presença ainda forte das flexões casuais. O uso da preposição era necessário apenas para fins de clareza e ênfase.

Contudo, desde o indo-europeu até as línguas românicas, há uma tendência “à desflexionalização, à substituição de uma morfologia integrada por uma morfologia externa, por uma sintaxe que faz apelo a morfemas separados” (POGGIO, 2002, p. 80). Fatores tais como as mudanças fonéticas contribuíram para que as desinências casuais perdessem muito

de sua aplicabilidade como elemento indicador de relações. Por causa disso, aos poucos, foi-se generalizando o emprego das preposições já existentes no sistema da língua latina. Diversificou-se e ampliou-se o emprego desses elementos no latim, processo que se acentuou nas línguas românicas para, conforme Coseriu (1967), compensar a perda que o sistema sofreu com o desuso das flexões de caso. Tornou-se, portanto, a preposição, “o morfema relacional por excelência” (CÂMARA JR, 1976), fato que provocou no português e em outras línguas românicas a generalização de uma estrutura frasal em que as preposições estabelecem relações de subordinação, passando a haver também menos flexibilidade na ordem das palavras. Na passagem do latim para o português, o sistema latino de casos e preposições foi substituído por um sistema puro de preposições. Nota-se que, assim como as flexões de caso, as preposições marcam tais relações de subordinação, mas, enquanto os casos ocupavam uma posição sufixal, as preposições ocupam uma posição anterior em relação ao elemento subordinado, o que os torna fortes candidatos a se gramaticalizarem como prefixos, situação que é o cerne desta pesquisa.

Em resumo, o que no latim era expresso por uma forma de flexão, nas línguas românicas é expresso através da construção sintática. As preposições, assim, foram adquirindo uma importância cada vez maior, tendendo a se tornar a marca de quase todas as relações que a flexão nominal exprimia desde o indo-europeu.

Como se observou no item 4.1.1, muitos gramáticos, como Almeida (1988), Rocha Lima (1958), dentre outros, consideram as preposições vazias de sentido. Esses posicionamentos, conforme Poggio (2002), existem em virtude da sutileza de sentidos observados nos itens prepositivos e da conseqüente dificuldade de percepção de seus valores semânticos. Mas, a maioria dos lingüistas atuais adota a concepção de que a presença de um signo necessariamente pressupõe a presença de um significado. Nos dados desta pesquisa, percebe-se claramente a presença de carga semântica nas preposições, em graus diferenciados, e a transferência de, pelo menos, parte desse conteúdo semântico para seus derivados em forma de prefixo.

Contudo, assim como entre as gramáticas normativas, ainda há divergências nos estudos lingüísticos, quanto à natureza semântica dos elementos prepositivos. Para L. Tesnière (1976 *apud* POGGIO, 2002), as preposições são palavras vazias, isto é, palavras que não são carregadas de função semântica. O objetivo delas é simplesmente indicar, precisar ou transformar a categoria de palavras plenas e reger as relações entre elas. Conforme Poggio (2002), os gerativistas também falam de “morfemas vazios” ao tratarem das preposições. Para eles, algumas preposições são vazias de conteúdo, sendo introduzidas em uma expressão



através de inserção lexical, como por exemplo, em “gostar **de**”.

Já B. Pottier (1962) vê as preposições, assim como outros signos, como palavras plenas de sentido.

L. Rubio (1983 *apud* POGGIO, 2002), numa posição mais moderada, assinala que as preposições, em contraste com as desinências casuais, realçam-se por sua semântica mais próxima às palavras autônomas do que aos puros morfemas gramaticais.

Segundo F. Borba (1971 *apud* POGGIO, 2002), como a preposição é um elemento integrante do sistema da língua, seu conjunto de valores semânticos realiza-se de acordo com o contexto em que ela está inserida. Muitas vezes, as preposições são responsáveis pela diversidade semântica do texto, como no exemplo:

*Hoje eu queria andar lá em cima, nas nuvens, com as nuvens, pelas nuvens, para as nuvens* (BORBA, 1971 *apud* POGGIO, 2002).

Poggio (2002) cita ainda a classificação das preposições postulada por Galichet (1970 *apud* POGGIO, 2002), baseada na natureza das relações estabelecidas por essas partículas:

- 1) **Preposição forte:** preposição independente e necessária para o estabelecimento da relação. Na sentença *Ele não vive sem você*, a preposição tem valor pleno e sem a sua presença a frase ficaria obscura.
- 2) **Preposição aglutinada:** preposição que está sob a influência de um dos termos, ou que pode ainda desaparecer entre os termos que os une. Nessa situação, a preposição pode ser atraída por um dos termos, constituindo uma unidade com ele. Exemplo: *Marcos achou por bem concordar com ele nessa questão*.
- 3) **Preposição fraca:** preposição que é usada apenas como um reforço ou marca formal, nas situações em que a aproximação dos termos é suficiente para exprimir a relação, como, por exemplo, na frase *Tenho de partir*.

Conforme se verá mais adiante, essas três situações de usos de elementos prepositivos podem dar origem a elementos prefixais.

Para o estudo das preposições em latim e em português, muitos autores baseiam-se na teoria localista. B. Pottier (1962), por exemplo, assinala que esses elementos possuem uma base espacial, a partir da qual se desenvolvem noções de tempo, bem como outras noções abstratas. Nessa visão, esses três valores, o espacial, o temporal e o nocional, originam-se um do outro, nessa ordem, sendo, portanto, o espacial o sentido primitivo de uma preposição. Ou

seja, “o espaço é a noção mais básica, sobre a qual as demais noções circunstantes serão decalcadas, através de processos metafóricos” (COSTA, 2003, p. 51). Pottier (1962) acredita que as preposições se encontram distribuídas no universo dimensional e no universo nocional, podendo o universo dimensional ser considerado através do espaço e do tempo. As preposições, portanto, conforme esse ponto de vista, devem ser estudadas nos três aspectos: espaço, tempo e noção.

Assim, observou-se nessa breve consideração que a polêmica encontrada nas gramáticas normativas referente às preposições também é encontrada entre os lingüistas. Dentre eles, alguns consideram as preposições vazias de sentido, já outros, como qualquer outro signo dotado de plena significação. Parece que uma posição intermediária é a mais apropriada. Por um lado, deve-se admitir que as preposições não possuem o mesmo peso semântico de um substantivo ou de um verbo, por exemplo, pois não se percebe nas preposições uma representação da realidade objetiva, ou seja, uma nítida ligação com a realidade extralingüística. Por outro lado, não se pode deixar de notar as claras noções transmitidas pelos elementos prepositivos, como os valores 'espaço' e 'tempo' e noções ainda mais abstratas. Acontece que algumas preposições tendem a ser usadas com muita frequência e em contextos generalizados, o que, por vezes, dificulta a sua análise semântica. Mas isso não deve levar à conclusão de que as preposições são vazias de sentido. Cabe ao lingüista, como ressalta V. Brondal (1970 *apud* POGGIO, 2002), pesquisar que unidade básica se encontra por trás da variedade de realizações na fala, tendo em vista que a preposição possui uma significação central, e é exatamente isso o que, dentre outros procedimentos, procura-se fazer nesta pesquisa, no caso dos elementos prefixais derivados de preposições.

#### **4.2.2 Os prefixos**

Na análise das gramáticas normativas, percebem-se vários desacordos quando o assunto é a prefixação. Esses desacordos vão desde os critérios para se reconhecer a prefixação até a forma de classificar esse processo de formação de palavras. Mas, a maioria das gramáticas reconhece a importância da prefixação no português e a elevada capacidade dos prefixos de operar modificações de sentido no interior dos derivados. Os estudos lingüísticos sobre o tema geralmente analisam os aspectos mais polêmicos sobre a prefixação e consideram o valor semântico dos elementos prefixais. Neste item, faz-se uma breve resenha

de diferentes abordagens. No capítulo seis, alguns desses estudos são novamente considerados. Pela literatura pesquisada, a falta de acordo quanto ao tratamento que deve ser dispensado aos prefixos não se restringe ao âmbito das gramáticas normativas.

O trabalho de Romanelli (1964, p. 5) tem como principal objetivo realizar um “estudo metódico e exauriente dos prefixos latinos e de seu papel na composição das palavras.” Note-se que Romanelli considera, portanto, a prefixação, como um processo de composição, não de derivação. Esse autor esclarece que usa o termo prefixo tomado em sua acepção clássica de elemento morfológico preposto a uma forma verbal ou nominal. Romanelli chama atenção, contudo, para a tendência de substituir a denominação de prefixo pela de *prevérbio*. Contudo, *prevérbio*, como explica Romanelli, é um tipo particular de prefixo, ou seja, aquele que é preposto a uma forma verbal.

Romanelli (1964) divide os prefixos em dois tipos: um que se prepõe ao verbo, o *prevérbio*, e outro que se prepõe ao nome que, por analogia, Romanelli chama de *prenome*.

Apesar de Romanelli (1964) se concentrar exclusivamente nos prefixos latinos, julgou-se seu trabalho relevante para esta pesquisa, uma vez que todos os prefixos derivados de preposições analisados já tinham vida própria no latim. Inclui-se na pesquisa desse autor o prefixo seguido de todas as suas variantes, isto é, de todas as formas de que ele se reveste para atender às acomodações fonéticas impostas pelo elemento inicial da palavra prefixada. Além de simplesmente relacionar as variantes, ele aponta a situação em que ocorre cada uma delas, analisando, à luz da fonética histórica, as alterações que lhes deram origem. Esse autor faz também a distribuição dos compostos verbais e nominais em grande número de agrupamentos semânticos, numa tentativa de representar todas as diferentes acepções que podia assumir o mesmo prefixo dentro da língua. O total de 43 prefixos latinos é analisado por esse estudioso. No capítulo seis, onde se aplica o referencial teórico ao *corpus* selecionado, faz-se uso de alguns dados de Romanelli (1964) para fins comparativos.

Geralmente há, nos prefixos latinos, como mostra Romanelli (1964), uma acepção mais antiga e a partir dela se desenvolvem todas as outras. Essa observação relaciona-se de perto com a hipótese localista de que os signos possuem um sentido primitivo, o espacial, a partir do qual se derivam outros sentidos.

Esse autor explica que o indo-europeu não admitia qualquer forma de prefixação ao elemento radical, salvo o redobro verbal, de caráter gramatical, ou o redobro nominal, de caráter expressivo. A palavra indo-européia constituía-se, fundamentalmente, de três elementos: a raiz, o sufixo e a desinência. O processo normal, portanto, de formação das

palavras era a derivação, jamais a composição<sup>9</sup>. Só muito mais tarde surgiria o prefixo, como uma inovação no quadro geral das línguas indo-européias. A consideração de línguas de aspecto mais arcaico (como as que serviram de veículo à literatura religiosa dos Vedas e do Avesta) leva à conclusão, conforme Romanelli (1964), de que os prefixos, em suas mais remotas origens, parecem ter sido antigas formas casuais, sobretudo de valor locativo e instrumental, que, destacadas do sistema de flexão nominal, acabaram por se fixar no indo-europeu como advérbios de sentido concreto. Esses antigos elementos adverbiais não vieram a se antepor apenas aos nomes, mas também aos verbos, precisando-lhes o sentido, mediante uma noção de caráter sobretudo local ou instrumental. Note-se que o processo de gramaticalização envolvendo advérbios e preposições ocorria, dessa maneira, desde o indo-europeu.

Os advérbios foram, pouco a pouco, especializando-se como preposições, com regimes próprios e definidos. Pode-se acrescentar a essas conclusões de Romanelli (1964) que a continuidade dos processos de gramaticalização<sup>10</sup> redundou no aparecimento dos prefixos.

O livro *Estudos de lexicologia do português*<sup>11</sup>, de Mário Vilela (1994) faz levantamento exaustivo de tipos e modelos formativos da língua portuguesa em uma perspectiva sincrônica e nas suas diferentes modalidades. O referido autor vê o léxico de uma língua como o dicionário ideal dessa língua. Nas palavras de Vilela (1994, p. 10), léxico “é o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade lingüística, acerca das propriedades lexicais das palavras (propriedades fonético-fonológicas e gráficas, propriedades sintáticas e semânticas)”.

A formação de palavras é um processo importante na constituição do léxico das línguas particulares. Nos processos derivativos, como explica Vilela, estão envolvidos aspectos:

- 1) **Lexicológicos**, pois é no léxico, como repositório de entidades lexicais (bases, afixos, palavras), que o processo formativo vai buscar os seus elementos.
- 2) **Morfológicos**, já que a combinação de elementos constitutivos mexe com a estrutura interna das palavras.
- 3) **Sintáticos**, pois, muitas vezes, processos de formação de palavras envolvem recategorizações.

---

<sup>9</sup> Como visto anteriormente, o autor considera a prefixação como caso de composição.

<sup>10</sup> Como visto no capítulo dois, a continuidade e o gradualismo é um dos princípios de gramaticalização identificados por Castilho (1997).

<sup>11</sup> A lexicologia procura estudar todos os aspectos das palavras de uma língua, priorizando, sobretudo, a análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações.

- 4) **Pragmáticos**, pois processos formativos alteram as condições de uso das palavras.
- 5) E, sobretudo, aspectos **semânticos**, pois os processos derivativos resultam em alterações semânticas nas palavras.

Antes de proceder a sua análise, Vilela (1994) apresenta outros pormenores teóricos fundamentais. Para ele, a formação de palavras é o domínio da lingüística que identifica, descreve e analisa as combinações de morfemas que correspondem ao conceito de *palavra*.<sup>12</sup> As unidades abrangidas nesse domínio comportam pelo menos dois morfemas. O objetivo de Vilela é apresentar alguns dos princípios e dos processos que, de fato, se verificam na formação de novas palavras, analisando as regularidades observadas na combinação de morfemas. O estudo concentra-se nas classes onde se verifica maior mobilidade formativa, as chamadas *classes abertas* (verbos, substantivos, adjetivos e advérbios), tendo como ponto de partida o conteúdo.

A criação de novas realidades resultantes de alterações sociais diversas obrigam a uma crescente flexibilização da língua. A formação de palavras é, entre os processos de renovação lexical, o que responde a todas essas solicitações do mundo extralingüístico, pois é o mais econômico e sistemático, apresentando um menor grau de arbitrariedade.

Na formação de palavras, vários tipos de morfemas atuam, como por exemplo:

- **Morfemas básicos**: o elemento recorrente numa família de palavras e que transporta o significado lexical, constituindo-se, assim, na forma de partida na formação. Por exemplo, em *compar-ar*, *compar-ação*, *in-compar-ável*, o elemento *compar-* é o morfema central, semanticamente o mais importante, o portador de significado da palavra.
- **Morfemas derivativos**: morfemas que podem atuar como marcadores sintáticos, acrescentar algum significado ao morfema básico ou ter um valor relacional. Incluem-se entre os morfemas derivativos os prefixos e os sufixos.

---

12 Os critérios que geralmente são usados para delimitar uma “palavra”, conforme esclarecido por Vilela, são:

- 1) A autonomia oracional
- 2) A permutabilidade externa
- 3) A existência de capacidade para desempenhar uma função sintática

- **Morfemas flexivos:** morfemas que não modificam o significado da base e constituem diferentes formas de uma palavra.

Para identificar um prefixo derivativo, Vilela (1994) argumenta que se pode recorrer ao critério da produtividade. Assim, um elemento pode ser interpretado pelo falante como prefixo derivativo se a sua produtividade for efetiva, ou seja, se corresponder a um modelo disponível e memorizado. Outro critério é o semântico, que distingue os morfemas derivativos dos flexivos. Os morfemas derivativos modificam o significado da base, o que não acontece com os morfemas flexivos. Esses critérios, para Duarte (2005a), como se verá mais adiante, não são suficientes para a correta identificação dos prefixos.

Algumas incoerências podem ser percebidas em Vilela (1994), quando o assunto é prefixo. Ele, em geral, trata os prefixos como elementos de derivação, mas muitas vezes reconhece esses elementos como possuindo características de morfema básico, ou seja, um elemento de composição. Por exemplo, esse autor classifica os morfemas em livres e presos, referindo-se à possibilidade desses elementos ocorrerem ou não como palavra isolada. Em geral, os morfemas básicos, que é o ponto de partida da formação de palavras, são livres. Mas muitos prefixos (*sobre, contra, antes*, por exemplo) ocorrem isoladamente nas sentenças. E, como o próprio Vilela (1994) admite, “composição é o processo formativo que resulta da combinação de pelo menos dois morfemas, que ocorrem como morfemas livres”. Segundo esse critério, a prefixação não seria, portanto, em várias situações, um caso de composição? Notam-se, assim, em Vilela (1994), dificuldades em manter a coerência nesse domínio.

Vilela (1994) ressalta que os prefixos, na unidade lexical, possuem apenas o papel de indicadores de relação, relação que é comparada com a que é estabelecida pelas preposições e muitas vezes também pelos advérbios. Mas, conforme se observará mais adiante, Mattoso Câmara Jr. (1976), por exemplo, eleva à condição de vocábulo elementos como as preposições. Por isso, esse autor acredita que a prefixação é melhor classificada como um caso de composição, ou seja, a reunião de dois ou mais elementos lexicais.

Os prefixos contêm marcas das formas adverbiais e prepositivas que lhes deram origem, categorias cujos valores marcantes são o espaço e o tempo, o que é reconhecido por Vilela (1994)<sup>13</sup>. Por isso, os sentidos de 'espaço' e 'tempo' são os mais recorrentes dos prefixos do português, aparecendo também conteúdos mais abstratos como 'oposição' e 'intensidade'. O citado autor apresenta um leque dos prefixos mais marcantes e produtivos, usando o critério

---

13 Isso atesta o princípio da persistência de Hopper (1991), considerado no capítulo dois.

semântico como critério de classificação. Eis alguns deles:

1) Prefixos que exprimem espacialidade. Vilela (1994) reconhece que as designações de espaço são fundamentais nos prefixos. Várias dimensões espaciais podem ser expressas através da prefixação.

- 'abaixo de': SUB, HIPO, INFRA (*subtítulo, infra-estrutura*)
- 'acima de': SOBRE, SUPRA (*sobreposição, supra-citado*)
- 'fora de': EXO, ECTO, EXTRA (*extra-território*)
- 'dentro de': ENDO, INTRA (*intra-comunidade*)
- 'entre': ENTRE, INTER (*inter-estados*)
- 'antes': ANTE, PRÉ, PRÓPRIO (*antecâmara, prefixo*)
- 'através de' ou 'além de': DIA, TRANS (*transalpino*)
- 'depois de': POST/PÓS (*pós-data*)

2) Prefixos que exprimem temporalidade. As seguintes nuances semânticas são distinguidas no campo temporal:

- 'antes do tempo': ANTE, PRÉ (*anteontem, pré-história*)
- 'num tempo anterior e que já não é': EX (*ex-deputado*)
- 'depois de': PÓS, POST (*pós-venda, pós-guerra*)
- 'há pouco tempo': RECÉM (*recém-nascido*)
- 'simultaneidade': CO e variantes (*co-autor*)

3) Prefixos que exprimem 'oposição', 'atitude hostil'/'atitude favorável'

- ANTI (*anti-comunismo*), CONTRA (*contra-informação*), PRÓ (*pró-europa*)

4) Prefixos que exprimem negação

- A (*assexualidade*), SEM (*sem-terra*), DES (*desfavor*), IN (*indisciplina*), NÃO (*não-profissional*)

5) Prefixos que exprimem intensidade

- EXTRA (*extra-suave*), SUPER (*super-homem*), SOBRE (*sobrevalorização*)

6) Prefixos que exprimem 'no lugar' e 'de novo'

- PRO (*pronome*), VICE (*vice-presidente*)

Esse autor aponta também elementos lingüísticos que atuam tanto no processo de derivação como no de composição (AUTO, TELE etc.), o que demonstra a dificuldade taxionômica, quando a questão é a prefixação.

É importante observar que um mesmo prefixo pode assumir valores espaciais, temporais e outros mais abstratos. E é justamente essa relação entre diversos campos semânticos, conforme ilustrado pelos prefixos, que a teoria localista procura explicar.

Paulo M. T. Duarte (2005a) possui vários estudos sobre os prefixos. Inclusive sua tese de doutorado versou sobre o tema. Na revista *DELTA*, Duarte (2005a) apresentou criticamente diferentes abordagens sobre os prefixos, citando diversos autores, numa tentativa de sistematizar alguns dos critérios mais importantes para a identificação dessa entidade lingüística.

### O critério transformacional

Esse critério já se delineia em Chomsky e Halle (1968 *apud* DUARTE, 2005a) e está vinculado ao modelo gerativo-transformacional, que separa a estrutura profunda da estrutura superficial. Basicamente, esses autores postulam que um determinado item lexical pode se converter em prefixo na estrutura da superfície. Parece que Chomsky e Halle adotam a concepção tradicional de que prefixos são afixos que antecedem a raiz. Acontece, como alerta Duarte (2005a), que tal concepção não é um instrumento eficaz na distinção entre os modelos prefixo-radicais e radico-radicais. Por exemplo, conforme a teoria de Chomsky e Halle, o elemento **porta** na formação **porta-bandeira** e **amor** em **amor-perfeito** poderiam também ser considerados, conforme esse critério, formas prefixais. Mas nenhuma gramática tradicional e nem mesmo a intuição do falante reconhecem nessas situações um prefixo.

Duarte (2005a) cita ainda Gualbert (1975), que, na linha da semântica gerativa, apresenta considerações interessantes sobre os processos derivacionais. Para ele, uma das claras diferenças entre os prefixos e os sufixos é a de que os prefixos tendem a uma autonomia que os sufixos não ostentam. O morfema prefixal possui, por exemplo, um maior grau de separabilidade<sup>14</sup>. Mas isso não parece justificar a atribuição de um caráter nominal a esses morfemas, como mostra o trabalho de Chomsky (1970 *apud* DUARTE, 2005a).

---

<sup>14</sup> Conforme exemplificado por Duarte (1998), palavras como pré-operatório e pós-operatório provam que o elemento prefixal, em um contexto apropriado, pode ser separado do adjetivo, como na frase *O médico fará exames pré e pós-operatórios*.



### **Propostas baseadas no critério da produtividade**

Autores como Martinet (1973) e Pottier (1962) usam a estatística como ferramenta na investigação do processo de criação lexical e postulam um critério baseado na oposição inventário limitado/inventário ilimitado. Como visto antes, Vilela (1994) também considera importante o critério da produtividade na identificação dos prefixos.

Para Martinet, lexicais são os monemas<sup>15</sup> que pertencem a inventários ilimitados; gramaticais são os que, nas posições consideradas, alternam-se com um número relativamente restrito de outros monemas. Esse autor considera os afixos lexemas, não sendo, porém, categórico nessa questão, pois ele reconhece que os prefixos ora podem ser inseridos no léxico, ora na gramática. Daí a razão de a prefixação ser considerada por uns como caso de derivação, e, por outros, como caso de composição.

Pottier também lançou mão de dados estatísticos, mas chegou a uma conclusão diferente da de Martinet (1973). Pottier (1962) distingue a classe dos lexemas e a classe dos formantes, incluindo os prefixos entre os formantes, sendo mais categórico do que Martinet em suas considerações. Eis a afirmação de Pottier (1962, p. 95):

Baseando-se nas possibilidades combinatórias no interior de uma mesma classe de morfemas, distinguimos os lexemas, que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p.ex.: a partir de cinco mil em francês) e os formantes ou morfemas que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determináveis.

Mas não parece muito sensato ser categórico, quando o assunto em pauta é a prefixação, pois os prefixos constituem um conjunto de elementos lingüísticos que admite olhares diferentes. Por um lado, em relação às formas lexicais, os prefixos possuem um inventário ou número de elementos reduzido, pertencendo, conforme esse critério, ao domínio gramatical. Mas, por outro lado, pode-se dizer que a classe dos prefixos tende a aumentar em número, o que não acontece, por exemplo, com os artigos. Nesse ponto de vista, os prefixos poderiam ser colocados nas fileiras dos itens lexicais e, conforme a própria tipologia que Pottier (1962) postula, descrita abaixo, os prefixos formam uma classe heterogênea de elementos.

Nos seus estudos, Pottier (1962) chegou à seguinte tipologia prefixal:

---

<sup>15</sup> Conforme Martinet (1973), monemas são unidades de primeira articulação e podem ser divididos em gramaticais (ou morfemas) e lexicais (ou lexemas).

- 1) **Zona 1:** morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa: *multimilionário, super-homem, bidimensional*.
- 2) **Zona 2:** morfemas gramaticais quantitativos integrados: *indescritível, refazer*.
- 3) **Zona 3:** morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores: *sobrecarregar, encaixar*.

Em resumo, tanto Pottier (1962) como Martinet (1973) baseiam-se no critério da produtividade, de caráter evidentemente funcionalista, para identificar as unidades prefixais, critério que, isoladamente, é insuficiente para atender a esse objetivo. O elemento *guarda*, por exemplo, em *guarda-roupa*, aparece em vários compostos do mesmo tipo, mas não é, em geral, considerado como um prefixo.

Há outras versões do critério da produtividade, como o critério da formação em série. Galery (1969 *apud* DUARTE, 2005a), afirma que prefixos são todos os elementos que entram num número razoável de palavras, como elemento formador. É o que acontece com itens, como *entre-, contra-, in-, re-*.

Sandmann (1989) vê tanto os prefixos como os sufixos como formas presas, através das quais se podem formar palavras em série, mas admite que os prefixos têm uma função primordialmente semântica, enquanto que os sufixos, uma função principalmente sintática. Sandmann (1989) chega a reconhecer adicionalmente a classe dos prefixóides, que se caracterizam por assumir identidade formal com preposições e advérbios, constituindo semiderivações.

### **O critério semântico-gramatical de Câmara Jr.**

Vendryès (1950 *apud* DUARTE, 2005a) influenciou fortemente a concepção de Câmara Jr. Vendryès criou os termos *semantema* (elementos lingüísticos que exprimem idéias e representações) e *morfema* (elementos que expressam relações entre idéias). Os afixos e as desinências, por exemplo, são incluídos entre os morfemas. Essa distinção, centrada na significação, inspirou Câmara Jr. a construir uma concepção semântica de palavra. A seguinte citação expressa claramente o critério semântico adotado por Câmara Jr. (1992):

Na língua portuguesa, o prefixo, que é a variante presa das formas dependentes chamadas preposições, cria uma nova significação externa para a palavra a que se adjunge, e por isso se deve considerar o processo da prefixação como uma modalidade da composição vocabular.

Portanto, para Câmara Jr., a prefixação é um processo de formação de palavras que deve ser considerado como composição porque, em geral, os prefixos ostentam o valor significativo das preposições.

Basílio (2005) explica que a proposta de Câmara Júnior, que considera fundamentalmente o critério semântico para a determinação das palavras compostas, diferencia-se nitidamente da dos estudiosos tradicionais ou estruturalistas, que estabelecem como critério fundamental a combinação de palavras ou radicais. Para Câmara Jr. (1992), os prefixos possuem significado, enquanto que os sufixos não. Os prefixos, em geral, correspondentes às preposições<sup>16</sup>, alteram fundamentalmente a significação do semantema, constituindo-se, dessa maneira, não em morfemas, mas em semantemas subsidiários, ou seja, em elementos que também possuem certa significação externa. Por isso, esse autor considera a prefixação um caso de composição, reconhecendo, entretanto, que “muitos gramáticos preferem incluir sufixos e prefixos na derivação, que passa a ser sufixal e prefixal (...)” (CÂMARA JR., 1992). Margarida Basílio da Gama (2005), defendendo as posições de Câmara Jr., acha que se deve fazer jus “à intuição do mestre”, que considera a maior pertinência semântica verificada nos prefixos em relação aos sufixos e às formas flexionais.<sup>17</sup>

Lakoff e Johnson (2002) acreditam que, de fato, motivações semânticas estão por trás do uso de formas prefixais, citando exemplos de frases, tais como:

- 1) *Eu não estou feliz*
- 2) *Eu estou infeliz*

Note-se que o prefixo negativo *in-* está mais próximo do adjetivo *feliz* do que a partícula *não*. A negativa tem efeito mais forte na segunda frase do que na primeira. **Infeliz** significa triste, e **não feliz**, nem feliz nem triste, podendo-se, nesse caso, atribuir-se uma interpretação neutra para o adjetivo. Tudo, portanto, parte da metáfora convencional de que quanto maior é a proximidade, maior é o efeito, ou seja, é a metáfora dando sentido à forma. Não seria, então, a motivação semântica um aspecto importante para a formação de vocábulos derivados estudados nesta pesquisa?

Determinados aspectos das postulações de Câmara Jr. são questionáveis. Por exemplo, diversos autores, como Sandmann (1989), afirmam que os sufixos não são assemânticos. Alguns sufixos exibem nítidos valores semantemáticos. As afirmações de

16 Em nota de pé-de-página, Câmara Jr. chama atenção, no entanto, para o fato de que, em alguns casos, falta o correspondente prepositivo para o prefixo.

17 Basílio (2005) explica adicionalmente que, ainda que gramáticos antigos tenham intuído a distinção entre derivação e flexão, ou que termos como radical e afixos já sejam utilizados por séculos, apenas no século XIX, com o advento da Linguística Histórica, passa a haver uma preocupação geral com a estrutura interna da palavra. É nesta época que o termo morfologia passa a abranger os processos de flexão e derivação.

Câmara Jr. são também de difícil aplicação em prefixos que ostentam comportamento gramatical. Outro aspecto é que a correspondência que se verifica algumas vezes entre as preposições e os prefixos quanto à forma e ao sentido não se verifica quanto à função. Os prefixos, diferentemente das preposições, não possuem um caráter relacional. E, como o próprio Câmara Jr. reconhece, nem todos os prefixos correspondem a preposições. Os dados desta pesquisa, apresentados mais adiante, mostram, adicionalmente, que não há correspondência semântica plena entre as preposições e seus derivados prefixais.

### **Propostas baseadas na operacionalidade do conceito de raiz**

Para Basílio (1974 *apud* DUARTE 2005a) são raízes:

- 1) Os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada.
- 2) Os elementos que servem de base para a formação de derivados.

O primeiro critério leva à conclusão de que elementos, tais como *contra-*, são raízes, já que ocorrem também como preposição. Mas, conforme já discutido, não há uma identidade funcional entre a forma afixal e a prepositiva. Trata-se do mesmo significante, com nuances semânticas semelhantes, mas com funções distintas. Monteiro (1991), aplicando o segundo critério de Basílio, considera o termo *super-* raiz, porque deste resultam palavras como *superar*. Mas, como ressalta Duarte (2005a), intuitivamente, o falante não vê em *superar* um derivado de *super*. Esse conhecimento só é acessível aos conhecedores da diacronia do português. Por esses motivos, Sandmann (1989) e outros autores preferem encarar essas formas como prefixóides, ou seja, enquadrá-las no fenômeno da semiderivação.

É. Bessa (1986 *apud* DUARTE, 2005a), concordando com os critérios propostos por Basílio, acrescenta um terceiro: a mobilidade distribucional. Conforme exemplificado por Duarte, *filo* é radical por poder ocupar posições diferenciadas no vocábulo (*filocomunista*, *francófilo*). O mesmo acontece com *fono* (*fonógrafo*, *hipnofono*).

Adotando alguns pontos de vista de Basílio e E. Bessa, Duarte (2005a) acredita que o prefixo típico pode ser caracterizado como elemento mórfico de posição estritamente inicial, conseqüentemente, sem mobilidade distribucional e sem correspondência formal com nenhum item lexical e sem possibilidade de constituir base de derivação. Assim, parece que, para Duarte (2005a), a prefixação é melhor explicada como um caso de derivação, apesar de

admitir formas fronteiriças, como *contra* ( *contra-atacar*), *não* (*não ocorrência*) e *mal*.

Vale acrescentar as observações de Schwindt (2005), que classifica os prefixos do português brasileiro quanto ao *status* prosódico. De acordo com esse critério, os prefixos estão divididos em dois grupos:

- 1) **Prefixos composicionais** – configuram-se como palavras fonológicas independentes. Ex.: *contra-*, *pós-*, *ante-*.
- 2) **Prefixos legítimos** – estruturam-se como sílabas átonas afixadas à esquerda de uma base. Ex.: *a-*, *con-*, *en-*, *sub-*.

Tanto Duarte (1998) como Schwindt (2005), usando diferentes critérios, procuram apontar os elementos que apresentam um grau maior de integração à categoria dos prefixos. Assim, é possível a identificação dos elementos que podem ser considerados prefixos prototípicos.

Portanto, os estudiosos admitem diversas alternativas de análise para os prefixos, o que mostra a posição intermediária entre unidades lexicais e gramaticais ocupada por esses elementos. O fato é que os elementos tradicionalmente tidos como prefixos não constituem uma classe uniforme. Em uns observa-se um acentuado caráter semântico, em outros, o caráter gramatical ou formativo é que se sobressai. Por isso, autores como Ferreira (1990), Li Ching (1973) e Carvalho (1974), como mostra Duarte (2005a), citam diversos critérios para a distinção entre prefixos e pseudoprefixos (ou 'falsos prefixos'), como o braquissêmico, que consiste no emprego de parte do lexema por todo ele (por exemplo, lexema: *automóvel* / forma reduzida: *auto*).

Em resumo, tanto nas gramáticas normativas e históricas como nos estudos lingüísticos contemporâneos, percebe-se que a prefixação é um tema polêmico. Há muitas divergências quanto aos critérios que distinguem os elementos derivativos dos elementos composicionais. Mas, observou-se que há uma forte tendência, principalmente nas gramáticas normativas, de se enquadrar a prefixação como um fenômeno de derivação. Um levantamento realizado por Monteiro (1991) também mostrou essa tendência. Dos autores consultados por ele, 60% optaram pela derivação como melhor classificação para a prefixação.

Nesta pesquisa, prefere-se encarar os prefixos derivados de preposição como elementos de derivação, embora se reconheça que a divisão entre derivação e composição nem sempre seja nítida. Como visto antes, Duarte (2005a) e outros autores observam a falta de correspondência funcional entre os prefixos e as preposições, pois os prefixos não têm a função de relacionar termos na sentença. A essa falta de correspondência funcional, os dados do *corpus* adotado neste trabalho parecem indicar também uma falta de correspondência

formal e semântica, pois, em alguns casos, as preposições sofrem um processo de fonologização ao serem usadas como prefixos, e os valores semânticos observados nas preposições não são idênticos aos observados em seus correspondentes prefixais. Vale lembrar que os que optam pela inclusão da prefixação no campo da composição se baseiam no fato de que os prefixos correspondem a formas livres: advérbios e preposições. Contudo, existem prefixos que já não são mais usados como palavras isoladas, como *dis-*, *re-* e *in-* negativo. Além disso, parece que, didaticamente, situar a prefixação dentro da derivação é a melhor maneira de classificar, associando sufixação e prefixação, pois não parece lógico “atirar para campos opostos os sufixos e os prefixos, duas idéias que necessariamente se associam no espírito infantil” (MOTA, *apud* LUFT et al., 2005, p. 44). Outro argumento é a combinação de derivação prefixal com a derivação sufixal na chamada *parassíntese*, que é a ampliação de palavra já existente pelo acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo. Por esses motivos, parece melhor considerar os prefixos estudados aqui como elementos que formam derivados, não compostos, o que não significa dizer que esses elementos não tenham, em determinados casos, um acentuado peso semântico.

## 5 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Um dos objetivos desta pesquisa é verificar de que modo e através de quais processos os prefixos derivados de preposições participaram da formação de palavras derivadas nos séculos XVII e XVIII. Dentre os critérios adotados, está a análise principalmente de palavras derivadas por prefixação formadas no português, bem como aquelas formadas no latim, mas cuja prefixação é identificável na atual sincronia do português. Nos próximos subitens, explicam-se mais detalhadamente esses e outros critérios seguidos, bem como a caracterização dos *corpora* da pesquisa.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS *CORPORA*

Os *corpora* básico analisados são constituídos de textos representativos dos séculos XVII e XVIII. Para o século XVII, escolheram-se as *Cartas do Maranhão*, de Antônio Vieira, editadas por Azevedo (1971). E, para o século XVIII, as *Cartas baianas setecentistas*, cuja edição foi coordenada por Lobo (2001). Um total de 41 cartas do século XVII (8580 linhas) e 127 cartas do século XVIII (5500 linhas) foram analisadas.

#### 5.1.1 *Cartas do Maranhão, de Antônio Vieira*

“Um dos homens mais notáveis de Portugal, um dos mestres da nossa língua, um dos primeiros pregadores do seu tempo, um homem cuja inteligência vastíssima abrangia todos os assuntos e resplandecia em todos os campos”. Dessa maneira, Manuel Amaral (2003) qualifica o padre Antônio Vieira. De fato, Antônio Vieira destacou-se pela sua vasta erudição, profunda religiosidade e envolvimento com a política de seu tempo.

Antônio Vieira nasceu em 6 de fevereiro de 1608 e, em 1623, fugiu de casa e foi para o colégio dos jesuítas, assumindo uma vocação religiosa que desde a sua adolescência se manifestara.

Em pouco tempo, já produzia trabalhos em latim, lecionava retórica e filosofia

dialética. Aos trinta anos foi nomeado mestre em Teologia. Tornou-se também um renomado orador e uma pessoa muito influente na política.

Principalmente por causa de questões políticas, viu-se obrigado a partir para o Maranhão em 22 de novembro de 1652, lá chegando em 16 de janeiro de 1653, onde se ocupou integralmente com as obrigações de missionário e sacerdote.

As *Cartas* de Vieira descrevem, de um modo bem realístico, os problemas regionais brasileiros. São notáveis as descrições da fauna, do modo de vida dos habitantes da terra, das suas relações com os ditos civilizados.

As *Cartas do Maranhão* descrevem também o trabalho e as privações suportadas, as resistências vencidas e o esforço enorme de transmitir os dogmas do catolicismo aos índios, num território vasto, desconhecido e de difícil acesso.

Representando os jesuítas, Vieira teve de lidar com a difícil questão indígena. Os portugueses residentes no Maranhão queriam manter os índios escravizados, enquanto os jesuítas e o governo português queriam emancipá-los. Muitas das *Cartas do Maranhão* descrevem os tumultos gerados pelos diferentes posicionamentos em relação aos índios.

Em maio de 1661, o povo do Maranhão pede a expulsão dos jesuítas. As cartas XCII e XCIII são escritas quando ele, ao ter notícia da sedição, se refugia no Pará. Não suportando a pressão, Vieira e os demais religiosos da Companhia partem para Portugal, chegando a Lisboa em novembro de 1661.

Nem todas as chamadas *Cartas do Maranhão* foram efetivamente escritas no Maranhão. Algumas foram escritas antes de Vieira partir para a missão no Maranhão, outras, como dito acima, durante o seu refúgio no Pará e ainda outras quando já tinha partido do Maranhão.

A edição consultada para a pesquisa foi a de J. Lúcio de Azevedo, publicada em Lisboa pela Imprensa Nacional, em três tomos. As *Cartas do Maranhão* fazem parte do 1º tomo, publicado em 1970.

As cartas de Vieira analisadas perfazem um total de 41 e suas datas estão compreendidas entre os anos de 1651 e 1661.



### 5.1.2 *Cartas setecentistas*

A edição das *Cartas baianas setecentistas* foi o primeiro resultado do *Projeto de Pesquisa das Fontes para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil*, integrante, desde 1997, do PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), coordenado pela Dr<sup>a</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva. A edição teve como objetivo disponibilizar documentos para linguistas interessados na investigação do processo de constituição histórica da língua portuguesa no Brasil.

Foram editadas 126 cartas oficiais, coletadas no Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Todos os remetentes, conforme explicado na apresentação da edição, são juízes ordinários ou juízes de instâncias superiores – desembargadores, vinculados a comarcas do Recôncavo da Bahia ou à antiga Comarca dos Ilhéus. Procedendo a uma caracterização sociolingüística, Lobo (2001) identificou dois tipos distintos de “informantes” presentes nas cartas: juízes ordinários provavelmente brasileiros e aparentemente não tendo uma formação específica em leis; e desembargadores, provavelmente de nacionalidade portuguesa e evidentemente formados em leis.

No total, editaram-se 127 documentos: uma devassa da região atual de Feira de Santana e 126 cartas com seus anexos. Trinta e três cartas originaram-se da região do Recôncavo baiano, considerando-se aí treze de Salvador, oito de Santo Amaro, uma de São Francisco do Conde e uma da Vila da Abadia, atual região de Pojuca. As noventa e três restantes foram escritas na região da antiga Comarca dos Ilhéus.

Os documentos são da segunda metade do século XVIII, de 1763 a 1799, sendo da década de sessenta, 8 documentos; da década de setenta, 2 documentos; da década de oitenta, 72 documentos; da década de noventa, 45 documentos. Foram editados dois tipos de documentos oficiais: 1) uma devassa sobre os malfeitos de quatro homens de má reputação na região atual de Feira de Santana; 2) cartas oficiais, que relatam ocorrências diversas da jurisdição do remetente, que podem conter uma única carta ou uma carta inicial e um ou mais anexos (listas, certificados, certidões).

### 5.1.3 Comentários sobre os *corpora*

Tipologicamente, as *Cartas de Vieira* e as *Cartas setecentistas* são semelhantes. Todas são “cartas” que apresentam um forte caráter formal. Além disso, a maioria dessas cartas são textos de natureza narrativa e argumentativa. Vale ressaltar, contudo, as diferenças do ponto de vista biográfico entre os autores dos dois grupos de documentos. Vieira possuía um elevado grau de erudição, enquanto que, nos escritores das *Cartas setecentistas*, encontra-se uma formação sociolingüística diversificada. Alguns eram desembargadores, profundos conhecedores das leis, enquanto outros, os juízes ordinários das diversas comarcas, não possuíam uma formação acadêmica elevada. Outra distinção é o fato de que as *Cartas* de Vieira possuem um único autor, enquanto que, para as *Cartas setecentistas*, há vários autores.

Esses fatores, sem dúvida, acentuaram as diferenças quanto ao conteúdo lexical entre as cartas do século XVII e as do século XVIII. Esse fato merece consideração, mas parece que o impacto dessas diferenças não parece ser tão grande a ponto de inviabilizar a análise comparativa desses documentos, no que se refere aos processos de mudança envolvendo as preposições e os prefixos, que resultaram na formação de palavras derivadas por prefixação. Talvez as diferenças citadas tivessem uma influência maior numa comparação no nível sintático, por exemplo.

É importante comentar as limitações impostas pelos dados disponíveis aos que se propõem a realizar uma investigação histórica. Como explica William Labov (1994 *apud* MAIA 2002, p. 234):

Puede (...) concebirse la lingüística histórica como el arte de hacer el mejor uso posible de datos deficientes. El arte está altamente desarrollado, pero hay algunas limitaciones de los datos que no pueden compensar-se<sup>18</sup>.

Os textos escritos de tempos pretéritos, que sobreviveram até os nossos dias, representam, na maior parte dos casos, uma pequena fração dos textos disponíveis nesses períodos. A essa limitação, soma-se a impossibilidade de uma compreensão plena das características e circunstâncias sociais dos autores de documentos antigos e o fato de que o

---

18 “É possível entender a lingüística histórica como a arte de fazer o melhor uso possível de dados deficientes. Essa arte está altamente desenvolvida, mas há algumas limitações dos dados que não se podem compensar” (tradução nossa).

domínio da escrita e a oportunidade de registro dos escritos era privilégio de um número bem reduzido de pessoas. Esses fatos ajudam a compreender a afirmação de Maia (2002) de que o estudo da história de uma língua equivale apenas a uma **interpretação** da língua escrita. Dessa maneira, não é de se estranhar que dois lingüistas históricos estudando o mesmo período e de posse de *corpora* diferentes, e às vezes até do mesmo *corpus*, possam chegar a conclusões diferentes.

Essas limitações, sem dúvida alguma, desaconselham afirmações categóricas quanto à situação lingüística de sincronias passadas, com base em textos representativos desses períodos. Contudo, a importância dos dados textuais não deve ser minimizada, haja vista que, através do estudo dos mesmos, é possível a reconstituição do processo de mudança da língua escrita e, muitas vezes, a análise de textos escritos possibilita a apreensão de determinadas características da língua falada. Por esses motivos, acredita-se que a análise dos prefixos derivados de preposições com base nas *Cartas de Vieira* e nas *Cartas setecentistas*, apesar das limitações citadas, contribuirá para os estudos históricos atuais, na medida em que revelará um pouco do dinamismo lingüístico das sincronias consideradas.

Maia (2002) chama atenção para a necessidade da investigação dos fenômenos de mudança em um *corpus* representativo e diversificado, sob o ponto de vista da tipologia textual. Reconhece-se, portanto, que seria proveitoso o complemento desta pesquisa com a investigação em tipos de textos diferentes, para que o uso dos prefixos derivados de preposições nos séculos XVII e XVIII fosse mais amplamente caracterizado.

## 5.2. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ETAPAS DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados relativos aos séculos XVII e XVIII teve um caráter essencialmente panorâmico. O texto escolhido como representativo do século XVII foram as *Cartas de Vieira*, e do século XVIII, as *Cartas setecentistas*, conforme já destacado. Como ressaltado na Introdução, foram analisados os elementos prefixados a formas nominais (substantivos e adjetivos) e verbais. Também, salvo raras exceções, analisaram-se somente aquelas palavras que os falantes contemporâneos, intuitivamente, reconhecem como contendo formas prefixais, ou seja, palavras das quais se podem destacar afixos reconhecíveis no funcionamento atual da língua. Como auxílios na identificação desses prefixos, foram

consultados o Dicionário de Ferreira (1999) e o Dicionário etimológico da língua portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha (1991).

Analisaram-se apenas os elementos prefixais que ainda não perderam a sua função prepositiva e que foram estudados por POGGIO (2002). Não foram estudados, assim, prefixos como TRANS, EX, EXTRA e A do latim AB, derivados de preposições latinas, mas que perderam o valor prepositivo, na passagem do latim para o português.

Os seguintes prefixos foram estudados<sup>19</sup>:

- 1) A- do latim *AD*
- 2) ANTE- do latim *ANTE*
- 3) COM- do latim *CUM*
- 4) CONTRA- do latim *CONTRA*
- 5) DE- do latim *DE*
- 6) EM- do latim *IN*
- 7) ENTRE- do latim *INTER*
- 8) POS- DO LATIM *AD + POST*
- 9) SEM- do latim *SINE*
- 10) SOB- do latim *SUB*
- 11) SOBRE- do latim *SUPER*

Um total de 390 palavras com prefixos derivados de preposições foram recolhidas e estudadas, após leitura de aproximadamente 8580 linhas do século XVII (41 cartas) e 5500 linhas do século XVIII (127 cartas).

Inicialmente, analisaram-se os dados com o auxílio das teorias do localismo e dos protótipos. Nessa análise, compararam-se os dados dos séculos XVII e XVIII entre si e com os dados etimológicos apresentados por Romanelli (1964) e Cunha (1991), com o objetivo de verificar variações ou manutenção de características semânticas e formais dos prefixos encontrados nos *corpora* selecionados, em relação ao étimo e de um século para o outro. Para a correta identificação do valor semântico dos itens prefixais nos *corpora*, foi fundamental a análise desses elementos no seu contexto, o que comprova a postulação de Halliday (1985) de que a unidade maior de funcionamento da língua é o texto. Foram comparados também os dados dos séculos XVII e XVIII com os dados de Poggio (2002) sobre o uso das preposições no século XIV, com a finalidade de identificar variações

---

<sup>19</sup> Apresenta-se, aqui, a forma mais comum de cada prefixo, conforme verificado no *corpus*.

semânticas provocadas pela mudança **preposição > prefixo**.

Em seguida, a meta foi a identificação dos processos e princípios de gramaticalização aplicáveis à mudança **preposição > prefixo**. Como explicado no capítulo dois, os processos de gramaticalização que resultam em alterações gramaticais, possíveis em uma mudança lingüística são, conforme explanação de Castilho (1997): sintaticização, morfologização e fonologização. Quanto aos princípios de gramaticalização, adotou-se como referência os postulados por Hopper (1991): divergência, persistência e descategorização.

Foram aplicados os parâmetros propostos por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e discutidos no capítulo dois, objetivando comparar os prefixos entre si e com a forma prepositiva da qual se originaram, quanto ao grau de gramaticalização.

Em virtude de algumas dificuldades encontradas em se aplicar os pressupostos teóricos relacionados com o princípio da unidirecionalidade aos dados recolhidos, realizou-se, finalmente, uma breve aplicação da nova proposta de estudo multissistêmico de Castilho (2003) às mudanças envolvendo os prefixos, por se tratar de uma interessante alternativa à abordagem tradicional da teoria da gramaticalização. De acordo com o princípio da unidirecionalidade, como já considerado no capítulo dois, de uma categoria de palavras surge outra, em um processo irreversível que ocorre sempre da esquerda para direita, ocorrendo, durante esse processo, enfraquecimento ou “desbotamento” semântico do item que muda. Contudo, todos os elementos pesquisados já eram usados, desde o latim, como preposição e como prefixo. Além disso, os dados, considerados mais adiante, parecem mostrar mais a ocorrência de processos simultâneos de perdas e ganhos de determinados traços semânticos, quando um item prepositivo se torna um prefixo, do que processos de “desbotamento” de sentido. Por esses motivos, considerou-se apropriado suplementar a análise do *corpus* desta pesquisa com a aplicação da proposta de estudo multissistêmico.

Freqüentemente, foram tecidos comentários gerais sobre os resultados da pesquisa, verificando-se até que ponto as diversas premissas teóricas foram comprovadas, no que se refere aos processos de mudanças envolvendo os prefixos. É importante ressaltar, contudo, que, na maioria dos casos, as conclusões são parciais e dizem respeito exclusivamente aos *corpora* em análise.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DE TEORIAS FUNCIONALISTAS

Dentre os prefixos analisados, alguns são bastante produtivos como elementos formadores de vocábulos no português, como os prefixos *a-* e *em-*. Outros se fazem presentes, em sua maioria, apenas em palavras cujo processo de derivação se deu já no próprio latim.

### 6.1 ANÁLISE SEGUNDO AS TEORIAS LOCALISTA E DOS PROTÓTIPOS

#### 6.1.1 A- do latim *ad*

Conforme Cunha (1991), o prefixo *a-* tem, como uma de suas origens, a forma *ad-*, do latim, que, por sua vez, como ressalta Romanelli (1964), provém do indo-europeu \**ad*. Conforme já mencionado, Romanelli (1964) informa que os prefixos, em suas mais remotas origens, devem ter sido antigas formas casuais que possuíam, principalmente, um valor locativo e instrumental e que acabaram se fixando no indo-europeu como advérbios de sentido concreto.

Com o desenvolvimento de diferentes dialetos indo-europeus, aqueles advérbios foram, gradativamente, especializando-se como preposições. Essas preposições, com a continuidade do processo de mudança, vieram a resultar nos prefixos latinos. Assim, no latim, a forma *ad* tinha tanto a função de preposição como de prefixo.

Como preposição, *ad*, conforme Said Ali (1965), apresentava diversas nuances espaciais. Inicialmente, usava-se *ad*, em latim, para expressar o conceito de 'direção', ou 'movimento para algum ponto', de 'aproximação', e 'junção de uma coisa a outra'. A preposição *ad* apresentava ainda algumas noções temporais. Noções mais abstratas dessa preposição, contudo, foram identificadas, como de 'instrumento' e de 'modo', por Poggio (2002), ao analisar os *Dialogi de São Gregório*, documento latino do século VI.

A depender do contexto fonético, o prefixo *ad-* aparecia também nas seguintes formas: *ac-*, *af-*, *ag-*, *al-*, *an-*, *ap-*, *ar-*, *a-*, *as-* e *at-*.

Quanto ao aspecto semântico, Romanelli (1964) alista os seguintes sentidos para o prefixo *ad-*, em suas variadas formas, no latim:

- 1) Aproximação, direção para, como nos exemplos **accedo** ('caminhar para, aproximar-se'), **advenio** ('vir para perto de, chegar, sobrevir').
- 2) Adição, junção, acréscimo: **addo** ('colocar junto de, ajuntar, acrescentar').
- 3) Intensidade: **allaudo** ('exaltar, louvar muito, encher de elogios').
- 4) Elevação, ascensão: **arrigo** ('levantar para, endireitar'), **attollo** ('levantar para, erguer, levantar, elevar').
- 5) Começo de ação: **adamo** ('começar a amar, apaixonar-se'), **addormio** ('começar a dormir, adormecer').
- 6) Retorno da ação sobre o agente: **adduco** ('puxar para si, fazer vir a si, levar consigo, conduzir, levar'), **advoco** ('chamar a si, convocar, convidar').
- 7) Fim, destino, escopo: **adoro** ('dirigir uma súplica a, donde 'adorar, prestar culto a, venerar'), **assigno** ('assinar, atribuir, destinar').
- 8) Hostilidade: **adversor** ('voltar-se contra, ser contrário, hostil, opor-se').  
**aggredior** ('ir contra alguém, atacar, agredir'), **assilio** ('saltar, assaltar, atacar').
- 9) Parentesco de quarto grau: **adamita** ('tia no quarto grau').

É interessante notar que muitas palavras, que no latim eram reconhecidas como formas derivativas (ou composicionais, conforme a opinião de Romanelli), não são mais sentidas assim na atual sincronia. Palavras como *advento*, *adoração*, dentre outras, são tidas como palavras primitivas. Nesses casos, pode-se dizer que o prefixo alcançou o terceiro estágio no *continuum* de fusão postulado por Svorou (1993), ou seja, o estágio *fused* (fundido), não sendo identificável no respectivo contexto fonológico, fato que ocorre também com os demais prefixos analisados nesta pesquisa, principalmente em derivados formados no latim e transmitidos para o português.

Romanelli (1964), como já mencionado, indica as várias acepções que o prefixo *a* possuía no latim, ressaltando que esse item foi usado primeiro em um sentido espacial ('aproximação, direção para') e, a partir deste uso concreto, outras acepções mais abstratas derivaram-se ('adição', 'intensidade', 'hostilidade'). Portanto, desde o latim a tese localista, que postula uma escala crescente de abstratização a partir de um uso inicialmente espacial, podia ser atestada.

É apropriado lembrar aqui algumas considerações já feitas nesta pesquisa. Como se sabe, a perda dos casos e declinações latinas provocou a diversificação do uso e a ampliação do campo semântico de algumas preposições. De acordo com Poggio (2004), alguns consideram como processos de gramaticalização a ampliação do uso das preposições e

o estabelecimento de uma ordem mais fixa no português para indicar funções sintáticas, em decorrência da perda dos casos morfológicos. Assim, substituiu-se o valor expressivo da maior liberdade da ordem, no latim. Esse processo provocou um uso cada vez mais abstrato das preposições e a formação de mais palavras com prefixos derivados de preposições, também usados em uma escala crescente de abstratização, como conseqüência, em parte, da freqüência de uso. Todo esse processo é bem nítido no caso do prefixo *a-*.

Analisando *corpus* do século XIV, Poggio (2002) observou que a transição do latim para o português acentuou a ampliação do campo semântico da preposição *a*, sempre do sentido concreto para o abstrato. Nos séculos XVII e XVIII, nota-se a continuidade dessa tendência em relação ao prefixo *a-*. A comparação dos dados do século XIV referentes à preposição *a*, coletados por Poggio (2002), com os dos séculos XVII e XVIII, relativos ao prefixo *a-*, é mostrada no quadro a seguir:



<b>ACEPÇÃO (a)</b>	<b>SÉCULO XIV</b>	<b>SÉCULO XVII</b>	<b>SÉCULO XVIII</b>
	<b>DSG (PREPOSIÇÃO)</b>	<b>CV (PREFIXO)</b>	<b>CS (PREFIXO)</b>
<b>Espaço:</b> direção	X		
<b>Espaço:</b> aproximação, situação próxima a	X	X	X
<b>Espaço:</b> localização estática	X		
<b>Espaço:</b> localização percurso	X		
<b>Espaço:</b> localização posterior	X		
<b>Espaço:</b> situação diante de	X		
<b>Espaço:</b> situação com relação a	X		
<b>Espaço:</b> separação, afastamento		X	
<b>Tempo:</b> localização determinada	X		
<b>Tempo:</b> aproximação	X		
<b>Tempo:</b> afastamento	X		
<b>Tempo:</b> frequência	X		
<b>Qualidade:</b> modo	X		
<b>Qualidade:</b> fim	X		
<b>Qualidade:</b> meio	X		
<b>Qualidade:</b> posse	X		
<b>Qualidade:</b> direção/destinação	X		
<b>Qualidade:</b> causa	X		
<b>Qualidade:</b> estado ou mudança de estado, mudança de situação		X	X
<b>Qualidade:</b> assunto	X		
<b>Qualidade:</b> confronto, hostilidade		X	X
<b>Qualidade:</b> adição, acréscimo		X	X
<b>Qualidade:</b> indicação, recomendação		X	X
<b>Qualidade:</b> ação de tornar conhecido		X	X
<b>Qualidade:</b> aproximação, situação próxima a		X	
<b>Qualidade:</b> relação de proximidade, parentesco		X	X
<b>Elemento protético</b> (não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente)		X	X

Quadro 14 - Comparação da preposição *a* (séc. XIV) com o prefixo *a-* (séc. XVII e XVIII).

Vale ressaltar as dificuldades encontradas em se precisar o sentido do prefixo *a-* em várias palavras, em virtude das numerosas possibilidades de acepções desse item. Deve-se reconhecer que, em alguns casos, mais de uma possibilidade de interpretação semântica desse prefixo pode ser aceitável.

Analisando o quadro acima, percebe-se nitidamente a aplicabilidade da teoria localista no caso do prefixo *a-*. Como já mencionado, no latim e no português, a preposição *a* já vinha passando por uma abstratização contínua. O uso freqüente redundou na formação de diversas palavras com prefixos no latim e no português. Nesses prefixos, predominam, nos vocábulos formados no português, encontrados nos séculos XVII e XVIII, as acepções mais abstratas, relacionadas com QUALIDADE. Comprova-se, portanto, nos *corpora* desta pesquisa, a escala PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE, no caso dos prefixos derivados de preposições. Ou seja, a partir de um uso inicialmente mais concreto, o item *a* abstratizou-se gradualmente, vindo a manifestar diversas acepções de qualidade, inclusive em seu uso prefixal, como atestaram os dados do século XVII e XVIII.

Pela análise do quadro comparativo, verifica-se, pela ótica da teoria da gramaticalização, o enfraquecimento semântico, quando o item passa de preposição para prefixo. Conforme o quadro acima, todas as noções temporais e muitas das noções de espaço e de qualidade são perdidas, quando ocorre a mudança, inclusive sendo encontrados elementos em que o prefixo *a-* é protético, ou seja, não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente. Por outro lado, novas acepções de qualidade, não encontradas por Poggio (2002), no século XIV, nas preposições, são percebidas nos prefixos, como as de ‘adição’, ‘indicação’, ‘relação de proximidade’ e outras, bem como a noção espacial de ‘separação, desunião’. São dados como esses que levam autores, como Castilho (2002), a questionar a associação de termos como *desbotamento semântico*, *enfraquecimento semântico* e outros ao processo de mudança lingüística. Pereira (2004) reconhece que, quando um significado mais abstrato é desenvolvido, minimiza-se a perda, algumas vezes, até com um aumento de informação, através de relações pragmáticas. Poggio (2004) comenta também que o que ocorre é uma mudança, mas não perda de sentido dos elementos que se gramaticalizam. O que parece haver, portanto, é um processo contínuo de perdas e ganhos semânticos dos itens em mudança.

Exemplificam-se a seguir algumas ocorrências do prefixo *a* nos séculos XVII (C.V.: *Cartas de Vieira*) e XVIII (C.S.: *Cartas setecentistas*) :

**Espaço:** aproximação, situação próxima a

- *Eu na minha missão passei bem; e só me faltou **acompanhar** V.R. ma. na sua [...] (CV, p. 263, l. 2).*

- [...] *ainda sem as guias que o diviaõ **acompanhar** [...] (CS, p. 77, l. 14).*

**Espaço:** separação, afastamento

- [...] *que depois de semelhantes jornadas muitas vezes se **apartam** delas [...] (CV, p. 301, l. 149).*

**Qualidade:** estado ou mudança de estado, mudança de situação

- *Erguer-se-á grã tormenta do que intenta, que logo será **amansada** [...] (CV, p. 471, l. 87).*

- [...] *pois os certos e regulares pagamentos **avivão e aumentão** o serviço [...] (CS, p. 97, l. 4).*

**Qualidade:** confronto, hostilidade

[...] *sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães e outros nomes muito mais **afrontosos** [...] (CV, p. 361, l. 583).*

- [...] *e as perguntas e **acareações** feitas com os réus presos [...] (CS, p. 107, l. 26).*

**Qualidade:** adição, acréscimo

- [...] ***acrescenta** que viu o lugar onde foram mortos [...] (CV, p. 379, l. 376).*

- [...] ***abençoando** a poderosa mão donde lhe precede a sua felicidade [...] (CS, p. 203, l. 28).*

**Qualidade:** indicação, recomendação

- *O remédio consiste na execução de todos os remédios que até aqui se têm apontado* (CV, p. 303, l. 208).

[...] *em todo este espaço pelos diferentes governos d'esta Capitania, que lhe deram abonações dignas da maior atenção* (CS, p. 51, l. 7).

**Qualidade:** ação de tornar conhecido

- [...] *o governo da dita missão se tem apresentado a V. M. algumas queixas* [...] (CV, p. 453, l. 197).

- [...] *se me apresentou Miguel de Santana, soldado dezertor* [...] (CS, p. 124, l. 3).

**Qualidade:** aproximação, situação próxima a

- [...] *com esta esperança de conversão de almas, ajuntaram os padres algumas dificuldades* [...] (CV, p. 456, l. 21).

**Qualidade:** relação de proximidade, parentesco

- [...] *por ordem minha lhe prendeu o afilhado Manoel Soares* [...] (CS, p. 132, l. 18).

**Elemento protético**

- [...] *não tiveram efeito ofensivo, por arrebear uma pela demasiada carga* [...] (CS, p. 214, l. 14).

[...] *mui sisudo que arrepelará o gato* [...] (CV, p. 474, l. 173)<sup>20</sup>.

Essa exemplificação confirma que novos sentidos são associados ao prefixo derivado da preposição *ad* em vocábulos dos séculos XVII e XVIII, todos de cunho abstrato, enquanto que nuances semânticas de caráter mais concreto, como noções espaciais e temporais, foram perdidas com a passagem **preposição > prefixo**. Essa constatação está em conformidade com a argumentação localista de que ocorre uma crescente abstratização de um elemento que se gramaticaliza.

Os dados mostram que, do século XVII para o XVIII, não houve diferenças acentuadas quanto ao número de nuances semânticas para o prefixo em questão<sup>21</sup>, o que confirma que, na maioria dos casos, a gramaticalização é um processo lento, gradual, geralmente percebido apenas quando se confrontam sincronias bem distanciadas entre si.

A seguinte tabela mostra o resultado do levantamento quantitativo das ocorrências de A como prefixo nos *corpora*:

<b>PREFIXO A</b>	<b>CV</b>	<b>CS</b>
<b>Número Total de ocorrências</b>	<b>191</b>	<b>40</b>
<b>Espaço: 'proximidade, situação próxima a'</b>	<b>26</b>	<b>14</b>
<b>Espaço: 'separação, desunião'</b>	<b>07</b>	<b>0</b>
<b>Qualidade: 'estado ou mudança de estado'</b>	<b>81</b>	<b>12</b>
<b>Qualidade: 'confronto, hostilidade'</b>	<b>18</b>	<b>1</b>
<b>Qualidade: 'adição, acréscimo'</b>	<b>31</b>	<b>4</b>
<b>Qualidade: 'aproximação, situação próxima a'</b>	<b>15</b>	<b>0</b>
<b>Qualidade: 'indicação, recomendação'</b>	<b>7</b>	<b>1</b>
<b>Qualidade: 'relação de proximidade, parentesco'</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Qualidade: ação de tornar conhecido</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
<b>Protético (não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente)</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

Quadro 15 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *a-*

Ao contrário do esperado, nas *Cartas* de Vieira foram encontradas uma quantidade maior do *a-* usado como prefixo, ou seja, no século XVII *a-* parece estar mais

<sup>20</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, páginas 164 a 175

<sup>21</sup> Quanto às acepções do prefixo *a-*, as únicas diferenças observadas entre os séculos XVII e XVIII foram: as acepções de qualidade 'aproximação, situação próxima a' e de espaço 'separação, desunião', foram encontradas apenas no século XVII e a acepção de qualidade 'relação de proximidade, parentesco' foi encontrada apenas no século XVIII.

gramaticalizado do que no século XVIII<sup>22</sup>. Contudo, essa diferença é amenizada quando se leva em consideração que o *corpus* do século XVII analisado foi aproximadamente 56% maior do que o do século XVIII, bem como as diferenças entre as *Cartas setecentistas* e as *Cartas* de Vieira, explanadas no item 5.2.2.

Aplicando-se a teoria dos protótipos, em sua versão padrão ou monossêmica, Poggio (2002) observou que a preposição *a*, apesar de apresentar diversos sentidos abstratos, foi encontrada, na maioria das ocorrências, na acepção básica de ‘direção’, ‘deslocamento no espaço físico’. Esse, portanto, era o sentido prototípico, exemplar, dessa preposição no latim e no português arcaico. Contudo, ao se transformar em prefixo, o sentido prototípico desse item, nos dois séculos analisados, não é mais o espacial, mas o de qualidade, sobretudo na acepção de ‘mudança de estado’, ainda que vestígios da acepção espacial de ‘aproximação, situação próxima a’ possam ser notados em outras acepções, mesmo nas mais abstratas.

### 6.1.2 Ante- do latim *ante*

Conforme Cunha (1991), o prefixo português *ante-* deriva-se do latim *ante*, onde tinha a acepção de ‘precedente’, ‘anterior’, no tempo e no espaço. O *ante* latino, por sua vez, provém do indo-europeu, no qual possuía as formas *\*ant-s*, *\*anto-*, *\*anti*, *\*anta*, *\*nti*, e o sentido de ‘frontispício, parte anterior, testa, fachada’. No latim, de acordo com Romanelli (1964), o prefixo *ante-* tinha as seguintes acepções:

- 1) Posição fronteira ou dianteira, precedência (local ou temporal), anterioridade: **antecedo** (‘caminhar na frente, marchar na frente, anteceder’).
- 2) Primazia, supremacia: **antisto** (‘estar em primeiro lugar, exceder, levar vantagem, ter primazia’).

Conforme os dados de Romanelli (1964), no latim, já era observado, assim, um processo crescente de ampliação do campo semântico do elemento *ante*, de um uso espacial (‘posição fronteira ou dianteira’) a um uso mais abstrato (‘primazia, supremacia’), o que

<sup>22</sup> Deve ser lembrado que a teoria da gramaticalização prevê um aumento do grau de gramaticalização de um item lingüístico em processo de mudança com a passagem do tempo, grau esse que pode ser medido pela frequência de uso.

atesta a aplicabilidade da tese localista.

Como preposição, conforme L. Rubio (1983 *apud* POGGIO, 2002), a forma latina *ante* passa da acepção estritamente espacial, como no exemplo *ante urbem* 'diante da cidade' para a acepção temporal, como na frase *ante hunc diem* 'antes do dia de hoje' e, dessa última, para um sentido comparativo. A escala de abstratização proposta pela teoria localista verificou-se no latim e não parou por aí. Nos *Diálogos de São Gregório*, *ante* é empregada, na maioria das vezes, na sua acepção básica, 'espacial', encontrando-se, porém, algumas ocorrências no sentido temporal.

No século XVII, verificaram-se três ocorrências do prefixo *ante-* e, no século XVIII, apenas uma. Assim, foram poucas as palavras com o prefixo *ante-* nos *corpora* pesquisados e todos esses já existiam no latim. O quadro abaixo alista as acepções encontradas, confrontando com os dados de Poggio (2002):

	<i>SÉCULO XIV</i>	<i>SÉCULO XVII</i>	<i>SÉCULO XVIII</i>
<b>ACEPÇÃO (<i>ante</i>)</b>	<b>DSG (PREPOSIÇÃO)</b>	<b>CV (PREFIXO)</b>	<b>CS (PREFIXO)</b>
<b>Espaço:</b> direção	X		
<b>Espaço:</b> situação anterior	X		
<b>Tempo:</b> anterioridade	X	X	X
<b>Qualidade:</b> anterioridade, primazia		X	

Quadro 16 - comparação da preposição *ante* (séc. XIV) com o prefixo *ante-* (séc. XVII e XVIII).

As palavras encontradas nos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, nas quais ainda é possível, sincronicamente, discernir a presença do prefixo *ante-*, são exemplificadas a seguir:

**Tempo:** anterioridade

*E todas conheceu e anteviu Bandarra, com tanta individuação de tempos, lugares, nomes [...]* (CV, p. 481, l. 376).

[...] *ponderando nós e antevendo os graves inconvenientes [...]* (CS, p. 37, p. 9).

**Qualidade:** anterioridade, primazia

[...] *foi o mestre tão honrado que antepôs a fé e respeito [...]* (CV, p. 314, l. 226).

*Vai tratando o Bandarra das armas de Portugal e chagas de Cristo, e, depois de as antepor às armas de todos os reinos, diz assim no sonho primeiro [...]* (CV, p. 501, l. 1011).

Assim, na ótica da teoria localista, a forma prefixal *ante-* não apresenta um grau de abstratização tão elevado quanto o que foi verificado com o prefixo *a-*, em virtude da reduzido uso da forma *ante-* até o século XVIII, conforme o resultado encontrado nos *corpora*. O quadro abaixo mostra o número de ocorrências de *ante-*:

<b>PREFIXO ANTE</b>	<b>CV</b>	<b>CS</b>
<b>Número Total de ocorrências</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>Tempo: anterioridade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Qualidade: anterioridade, primazia</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Quadro 17 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *ante-*

Comparando o século XVIII com o XVII percebe-se o *continuum espaço>tempo>qualidade*, pois, em ambos os séculos, foram encontradas apenas acepções de tempo e de qualidade para *ante-*. Assim, de um valor inicialmente espacial, percebe-se a caminhada desse item rumo a outros sentidos, o que atesta a teoria localista.

Aplicando a teoria dos protótipos, versão padrão, notou-se que, conforme os dados de Poggio (2002), o sentido prototípico da preposição *ante* no século XIV é o de espaço (anterioridade). Já como prefixo, nos *corpora* estudados, nenhuma acepção espacial foi encontrada, registrando-se, nas poucas ocorrências registradas, apenas acepções de tempo e de qualidade.

Vale ressaltar também o processo de perdas e ganhos semânticos provocados pela mudança **preposição > prefixo** em relação à forma *ante*. Nessa mudança, conforme retratam os quadros acima, a noção de espacial é perdida, enquanto que a acepção qualitativa de ‘anterioridade’ é desenvolvida. Isso apóia a proposta de estudo multissistêmico de Castilho (2003), que será novamente considerada no item 6.2.4 deste trabalho. É importante pesquisar sincronias posteriores aos séculos XVII e XVIII para verificar se há aumento da frequência de uso, do número de possibilidades semânticas e, conseqüentemente, do grau de gramaticalização do prefixo *ante-*.



### 6.1.4 Com- do latim *cum*

Conforme Cunha (1991), *com-* deriva-se do latim *co-* (*cum*) e, na contemporaneidade, tem o sentido de 'companhia', 'contigüidade', 'sociedade', documentando-se em vocábulos formados no próprio latim e em vocábulos formados nas línguas românicas, como o português. A forma latina, por sua vez, deriva-se do indo-europeu \***Kom-**, onde tinha a acepção de 'com, em companhia de, junto a, ao lado de'.

As possibilidades semânticas para o prefixo *com-*, no latim, conforme Romanelli (1964), eram em número de oito:

- 1) Companhia: **colludo** ('jogar junto'); **congregior** ('caminhar com, ir ter com').
- 2) Reunião, junção: **coacervo** ('reunir em massa, em multidão'); **concilium** ('ajuntamento, reunião, assembléia').
- 3) Convergência, afluência, movimento para o mesmo lugar: **corrivo** ('conduzir águas para o mesmo lugar').
- 4) Simultaneidade, contemporaneidade: **collabor** ('cair ao mesmo tempo'); **commorior** ('morrer com alguém').
- 5) Concordância, acordo, harmonia, conformidade: **concentus** ('harmonia, concerto').
- 6) Acabamento, plenitude, inteireza: **comedo** ('comer completamente'); **consummo** ('acabar, completar, consumir').
- 7) Intensidade: **collacrino** ('chorar abundantemente'); **condoleo** ('sofrer junto, sofrer grande dor').
- 8) Movimento omnilateral, omnilateralidade: **colluceo** ('brilhar por todos os lados'); **concrucior** ('ser atormentado por todos os lados').

Romanelli (1964) informa que o prefixo *com-*, no latim, aparecia nas formas *com-*, *col-*, *cor-*, *com-*, *côn-*, *cõ-* e *cõ-*.

As ocorrências apresentadas acima indicam que o prefixo *com-* aparecia no latim com muita frequência, especialmente nos sentidos espacial e de qualidade, indicando que, nessa língua, o prefixo *com-* passou por um intenso processo de gramaticalização e de ampliação do campo semântico.

Como preposição, Poggio (2002) registrou a ocorrência de *com-* também em

acepções espaciais e de qualidade.

Nos *corpora* analisados, o processo de formação de palavras com o prefixo *com-* revelou-se bem pouco produtivo. Dentre as formas recolhidas e analisadas dos séculos XVII e XVIII, foram registradas várias palavras em que a presença do prefixo só pode ser atestada por meio de estudo etimológico, como no caso de *concordar*, *consentir*, *conceder*, dentre outras. Assim, muitas dessas formações latinas se aglutinaram de tal forma (*fused*), que se perdeu o sentido de prefixação na atual sincronia do português. Apenas duas ocorrências de prefixos sincronicamente identificáveis no século XVII e três no século XVIII foram encontradas. Os quadros e as exemplificações abaixo mostram os valores semânticos e os quantitativos dessas ocorrências:

	<i>SÉCULO XIV</i>	<i>SÉCULO XVII</i>	<i>SÉCULO XVIII</i>
<b>ACEPÇÃO (<i>com</i>)</b>	<b><i>DSG (PREPOSIÇÃO)</i></b>	<b><i>CV (PREFIXO)</i></b>	<b><i>CS (PREFIXO)</i></b>
<b>Espaço: companhia</b>	X	X	
<b>Qualidade: instrumento</b>	X		
<b>Qualidade: meio</b>	X		
<b>Qualidade: modo</b>	X		
<b>Qualidade: oposição</b>	X		
<b>Qualidade: instrumento</b>	X		
<b>Qualidade: modo</b>			X
<b>Qualidade: concordância, harmonia, junção</b>		X	X

Quadro 18 - Comparação da preposição *com* (séc. XIV) com o prefixo *com-* (séc. XVII e XVIII).

<b><i>PREFIXO COM</i></b>	<b><i>CV</i></b>	<b><i>CS</i></b>
<b>Número Total de ocorrências</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Espaço: companhia</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Qualidade: concordância, harmonia, junção</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Qualidade: modo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Quadro 19 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *com-*

**Espaço:** companhia

*Muito estimara eu que meu **condiscípulo** do curso [...] (CV, p. 279, l. 361).*

**Qualidade:** concordância, harmonia, junção

[...] *levaram estes religiosos consigo mas de cem índios, dos que os portugueses tinham cativado no rio das Amazonas, sendo amigos e **confederados** nossos [...]* (CV, p. 431, l. 27).

[...] *com falsa narrativa cumulos e **confederados** Miguel de Sá com Sebastião Francisco [...]* (CS, p. 197, l. 14).

[...] *aqueles mesmos que, **confederados**, pretendem que o dito juiz faça a nova eleição [...]* (CS, p. 197, l. 32).

### **Qualidade:** modo

[...] *com vozes tão altas e **desconcentradas**, que se fez escandalozo em toda a vila [...]* (CS, p. 169, l. 22).

O número reduzido de ocorrências não permite maiores comentários sobre aspectos semânticos da gramaticalização do prefixo *com-* nos séculos XVII e XVIII. Mas é digno de nota que o prefixo *com-* não preservou a maioria das noções mais concretas, de espaço e de tempo, presentes no elemento prepositivo que lhe deu origem, passando a manifestar predominantemente acepções abstratas de qualidade (modo e harmonia), o que confirma a escala localista ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE, que retrata o percurso semântico gradual dos itens que se gramaticalizam.

Nas cinco ocorrências encontradas, dada a predominância de uso, a noção de qualidade mostrou ser o sentido prototípico do prefixo *com-*.

Portanto, nos séculos XVII e XVIII, o emprego do *com-* como prefixo (morfologização), não era, pelo que se pode depreender da análise dos *corpora*, um processo difundido. É, assim, importante pesquisar até que ponto, em períodos subsequentes, o prefixo *com-* adquiriu outros sentidos e aumentou em frequência de uso.

### 6.1.4 Contra- do latim *contra*

O prefixo *contra-* deriva-se do latim *contra*, onde tinha o sentido 'em oposição a, em algum lugar de, diante de', documentando-se em vocábulos formados no próprio latim, bem como nas modernas línguas de cultura, de acordo com Cunha (1991).

Acrescenta Romanelli (1964) que *contra-* aparecia nas formas *contra* e *contro* (daí formas como *controvérsia*). A forma latina deriva-se do itálico \***contrad**, ablativo singular feminino de \***comt(e)ro** pelo alargamento do prevérbio *com* pelo grau zero do sufixo indo europeu *-tero-*, designativo de oposição entre duas noções.

Romanelli (1964) atesta ainda que *contra-* tinha, no latim, o sentido de 'posição fronteira, frente a frente'. Daí derivou-se o sentido de oposição, hostilidade. A ampliação do campo semântico do prefixo *contra-*, seguindo a escala localista, era evidente, portanto, já no latim.

Poggio (2002) observa que, como preposição, no século XIV, aparece *contra* nos sentidos espacial e temporal, sendo que a forma usada para a acepção temporal era *escontra*, forma pertencente ao português arcaico médio.

No *corpus*, foram encontradas, com o prefixo *contra-*, apenas dois vocábulos diferentes, ambos já existentes no latim, em um total de nove ocorrências e uma única possibilidade semântica, o que evidencia o baixo grau de gramaticalização desse elemento em relação a outros prefixos pesquisados nos *corpora*. Os quadros e os exemplos abaixo apresentam os dados encontrados:

	<i>SÉCULO XIV</i>	<i>SÉCULO XVII</i>	<i>SÉCULO XVIII</i>
<i>ACEPÇÃO (contra)</i>	<i>DSG (PREPOSIÇÃO)</i>	<i>CV (PREFIXO)</i>	<i>CS (PREFIXO)</i>
<b>Espaço:</b> oposição	X		
<b>Tempo</b>	X		
<b>Qualidade:</b> oposição, incoerência		X	X

Quadro 20 - Comparação da preposição *contra* (séc. XIV) com o prefixo *contra-* (séc. XVII e XVIII).

<i>PREFIXO CONTRA</i>	<i>CV</i>	<i>CS</i>
<b>Número Total de ocorrências</b>	7	2
<b>Qualidade: oposição, incoerência</b>	7	2

Quadro 21 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *contra-*

**Qualidade:** oposição, incoerência

[...] *em que dava conta a V. M. das **contradições** que tinha neste Estado a propagação da fé*  
 [...] (CV, p. 562, l. 34).

[...] *por hora só encontro a **contradicção** dos muitos trabalhadores, que adoecem de sezoens*  
 [...] (CS, p. 211, l. 9)<sup>23</sup>.

Observa-se que todas as ocorrências de *contra-* apresentam a acepção de qualidade ‘oposição, incoerência’ e não as acepções mais concretas de espaço e de tempo existentes na preposição **contra** no século XIV, como mostram os dados de Poggio (2002). Isso confirma o enfraquecimento semântico de *contra* ao transformar-se em prefixo e a continuidade do percurso semântico ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE. Levando-se em consideração apenas os exemplos encontrados, a acepção qualitativa de ‘oposição, incoerência’ é a prototípica para *contra-*, enquanto que a acepção espacial de ‘oposição’ era a prototípica para a preposição *contra*, conforme Poggio (2002).

### 6.1.5 De- do latim *de*

Cunha (1991) não alista o prefixo *de-*. Ferreira (1999), por sua vez, esclarece que *de-* deriva-se do latim, onde tinha a mesma forma. Como preposição, trata-se de uma partícula altamente produtiva no português, como demonstram os estudos de Poggio (2002).

O prefixo latino *de-* deriva-se do indo-europeu **\*de**, **\*do**, onde tinha um uso prepositivo e pospositivo.

De acordo com Romanelli (1964), as seguintes acepções eram próprias do prefixo *de-*:

- 1) Movimento de cima para baixo, descida, queda: **decurro** (descer correndo).
- 2) Afastamento, separação, donde repulsa, aversão: **decedo** (ir-se embora, retirar-se).
- 3) Diminuição, redução, donde desgaste: **decreso** (decrecer, diminuir).

<sup>23</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, páginas 177 e 178.

- 4) Privação, negação, donde antonímia: **deleo** (apagar, riscar, raspar).
- 5) Acabamento, consumação: **debello** (terminar a guerra com vitória, vencer).
- 6) Intensidade: **deamo** (gostar muito, amar).
- 7) Sentido zero (elemento protético): **dealbo** (branquear).

Romanelli (1964) explica, no prefácio do seu livro, que primeiro alista a acepção mais antiga do prefixo e depois as que se derivaram desse uso mais antigo. Percebe-se, portanto, que, de acordo com os dados apresentados por esse autor, o *de-* partiu de uma acepção espacial (de movimento de cima para baixo) para sentidos mais abstratos, o que atesta a teoria localista.

Poggio (2002) alista várias acepções para o *de-* prepositivo no século XIV, de cunho espacial, temporal e de qualidade. Contudo, o uso do *de-* como prefixo não se revelou muito produtivo nas formações portuguesas nos *corpora* analisados. No século XVII não foi registrada nenhuma ocorrência e, no século XVIII, quatro, em dois vocábulos e em duas acepções distintas, conforme os quadros e os exemplos abaixo:

ACEPÇÃO ( <i>de</i> )	SÉCULO XIV	SÉCULO XVII	SÉCULO XVIII
	DSG (PREPOSIÇÃO)	CV (PREFIXO)	CS (PREFIXO)
Espaço: ponto de partida/afastamento	X		
Espaço: localização	X		
Espaço: movimento vertical	X		
Espaço: proveniência	X		
Espaço: proximidade	X		
Espaço: situação intermédia	X		
Espaço: em torno de	X		
Espaço: situação superior	X		
Espaço: situação anterior	X		
Espaço: situação exterior	X		
Espaço: separação			X
Tempo: localização	X		
Tempo: ponto de partida	X		
Tempo: duração	X		
Qualidade: modo	X		
Qualidade: instrumento	X		
Qualidade: assunto	X		
Qualidade: causa	X		
Qualidade: privação, hostilidade			X

Quadro 22 - Comparação da preposição *de* (séc. XIV) com o prefixo *de-* (séc. XVII e XVIII).

<b>PREFIXO DE</b>	<b>CV</b>	<b>CS</b>
<b>Número total de ocorrências</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>Espaço: separação</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Qualidade: privação, hostilidade</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

Quadro 23 - quantitativo das ocorrências do prefixo *de-***Espaço:** separação

[...] *que se execute a demarcação geral ordenada por Vossa Excelência* [...] (CS, p. 101, l. 8).

**Qualidade:** privação, hostilidade

[...] *que manda devassar pelo crime de rapto, sedução, aliciação, solicitação e defloramento* [...] (CS, p. 170, l. 65)<sup>24</sup>.

Conforme os quadros e os exemplos acima, houve um discreto aumento do uso e, conseqüentemente, do grau de gramaticalização, do prefixo *de-* no século XVIII, em relação ao século XVII, sendo necessário pesquisar sincronias posteriores para se observar a continuidade ou não dessa tendência.

Nas poucas ocorrências do prefixo *de-* nos *corpora*, prevalece, como nos demais prefixos analisados até aqui, a noção de qualidade, sendo esse, portanto, o seu sentido prototípico, ao passo que, no século XIV, predominava, para o uso prepositivo de *de*, a acepção espacial, o que apóia a trajetória de mudança semântica apontada pelos localistas, já considerada.

**6.1.6 Em- do latim *in***

Conforme Ferreira (1999), o prefixo *em-* deriva-se da preposição latina *in*. Esse prefixo, de acordo com Cunha (1991), documenta-se em vocábulos formados no próprio latim e em muitos outros formados nas línguas modernas. Cunha acrescenta ainda que esse prefixo

<sup>24</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, página 178

possui muita vitalidade na língua portuguesa nas acepções de 'movimento para dentro, introdução; direção, aproximação; passagem para um novo estado, feição, provimento, acondicionamento, colocação; cobertura, proteção, defesa'.

A forma latina, por sua vez, provém do indo-europeu \***endo** 'em', formado do indo-europeu \***en** e da partícula pospositiva **-do**.

O prefixo **in-** era muito produtivo no latim, assim como a sua forma portuguesa *em-* é hoje em dia. Romanelli (1964) alista as várias acepções que o *in* tinha no latim:

- 1) Movimento em, sobre, superposição: **immorior** ('morrer em ou sobre').
- 2) Movimento para dentro, penetração: **imbito** ('entrar em, penetrar').
- 3) Movimento em direção a, para junto de, aproximação: **inigo** ('impelir, conduzir [o gado] para ou em direção a').
- 4) Movimento em direção a, com idéia acessória de hostilidade: **infligo** ('bater contra, lançar contra, ferir').
- 5) Ingresso, entrada em um novo estado: **inaresco** ('tornar seco, secar').
- 6) Movimento para trás, renovação: **instauro** ('renovar, recomeçar, reparar, restaurar').

Vale lembrar que Romanelli (1964) alista as possibilidades semânticas dos prefixos por ordem de antiguidade, ou seja, primeiro ele coloca a acepção mais antiga e depois os sentidos que foram surgindo a partir do uso inicial. Assim, percebe-se que, já no latim, a tese localista pode ser aplicada, pois o prefixo primeiro foi empregado com sentidos espaciais, depois o elemento foi sendo empregado de um modo mais abstrato.

A forma prepositiva *em*, no século XIV, de acordo com Poggio (2002), foi empregada com as noções de espaço, tempo e qualidade. O quadro abaixo confronta os dados do século XIV, pesquisados por Poggio (2002), com os dos séculos XVII e XVIII:



	<i>SÉCULO XIV</i>	<i>SÉCULO XVII</i>	<i>SÉCULO XVIII</i>
<i>ACEPÇÃO (EM)</i>	<i>DSG</i>	<i>CV</i>	<i>CS</i>
<b>Espaço:</b> direção	X		
<b>Espaço:</b> localização	X	X	X
<b>Espaço:</b> situação intermédia	X		
<b>Espaço:</b> cobertura, ocultação		X	X
<b>Espaço:</b> movimento para dentro		X	X
<b>Espaço:</b> destinação, movimento em direção a			X
<b>Tempo:</b> localização	X		
<b>Qualidade:</b> lugar abstrato	X		
<b>Qualidade:</b> assunto	X		
<b>Qualidade:</b> meio	X		
<b>Qualidade:</b> causa	X		
<b>Qualidade:</b> modo	X		
<b>Qualidade:</b> fim	X		
<b>Qualidade:</b> mudança de estado ou de situação		X	X
<b>Qualidade:</b> cobertura, ocultação		X	
<b>Qualidade:</b> provimento (lugar abstrato)		X	
<b>Qualidade:</b> destinação, movimento em direção a		X	
<b>Qualidade:</b> movimento para dentro			X

Quadro 24 - Comparação da preposição *em* (séc. XIV) com o prefixo *em-* (séc. XVII e XVIII).

Nessa comparação, percebe-se que, por um lado, usando a terminologia da teoria da gramaticalização, há um esvaziamento de sentido quando a preposição *em* se gramaticaliza como prefixo, pois o prefixo *em* deixa de manifestar algumas acepções mais concretas de espaço, presentes na preposição *em*. A escala localista PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE é, assim, aplicável, pois, tanto no século XVII como no XVIII, noções de qualidade e de espaço coexistem, prevalecendo a primeira. É digno de nota, também, que a noção temporal, presente na preposição *em*, não se mantém, quando ocorre a morfologização.

Em contrapartida, novas acepções aparecem na forma prefixal, como a noção qualitativa de 'mudança de estado' e a noção espacial de 'movimento para dentro'. É digno de nota também que as acepções do prefixo *em-* nos séculos XVII e XVIII são semelhantes às encontradas no latim, de acordo com os dados de Romanelli (1964), o que confirma a

observação de Martelotta (2003) de que há transformações que ocorrem em todos os tempos e lugares, constatação que vai de encontro à visão tradicional de que a mudança está associada exclusivamente à sucessão temporal.

A seguir, exemplificam-se as ocorrências do prefixo *em-* no *corpus* selecionado

**Espaço:** localização

[...] e *encostadas a elas se começaram a arrastar as canoas por um despenhadeiro de água* [...] (CV, p. 363, l. 641).

[...] *com vacas e bois alheios amarrados e enrabado ao rabo de um cavalo* [...] (CS, p. 225, l. 164).

**Espaço:** cobertura, ocultação

*O modo de criação é enterrarem os ovos, que cada uma põe em número de oitenta até cem, e cobertos com a mesma areia os deixam ao sol e à natureza* [...] (CV, p. 355, l. 382).

[...] *além de outras que levava empalhitadas* [...] (CS, p. 225, l. 165).

**Espaço:** movimento para dentro

[...] e os missionários se foram *embarcar todos* [...] (CV, p. 271, l. 147).

[...] e como o suplicante estava muito longe procurou este porto para *embarcar nele* [...] (CS, p. 73, l. 7).

**Espaço:** movimento em direção a, destinação

[...] o mandei retirar e se *encaminha a curar-se do que muito necessita* [...] (CS, p. 117, l. 6).

**Qualidade:** mudança de estado ou de situação

[...] *e, se os cabelos **em**branquecem na sepultura [...]* (CV, p. 516, l. 1460).

[...] *se **enf**ureceu o juiz que respondeu ao dito depositário [...]* (CS, p. 170, l. 58).

**Qualidade:** cobertura, ocultação

[...] *com esta dissimulação se **enc**obriam melhor os meus intentos [...]* (CV, p. 272, l. 164).

**Qualidade:** provimento (lugar abstrato)

[...] *lhe quiseram **enc**arregar o ofício de pai dos cristãos [...]* (CV, p. 277, l. 319).

[...] ***enc**arreguei ao tenente coronel Francisco Félix da factura da dita mastreação [...]* (CS, p. 94, l. 5).

**Qualidade:** movimento em direção a, destinação

[...] *tendo Portugal obrigação de justiça de as **enc**aminhar para o Céu, que vingança pedirão a Deus* (CV, p. 451, l. 246)?

**Qualidade:** movimento para dentro

*Joana Maria da **Enc**arnação, viúva, tem quatro filhos solteiros [...]* (CS, p. 61, l. 3)<sup>25</sup>.

Nas duas sincronias pesquisadas, séculos XVII e XVIII, o sentido prototípico, predominante do prefixo *em-* é o qualitativo, principalmente na acepção de 'mudança de estado', como se pode perceber, analisando o quadro abaixo:

---

<sup>25</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, páginas 179 a 185.

	CV	CS
<b>Número Total de ocorrências</b>	<b>73</b>	<b>34</b>
<b>Espaço: localização</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Espaço: cobertura, ocultação</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Espaço: movimento para dentro</b>	<b>28</b>	<b>14</b>
<b>Espaço: movimento em direção a, destinação</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Qualidade: mudança de estado ou de situação</b>	<b>24</b>	<b>9</b>
<b>Qualidade: cobertura, ocultação</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Qualidade: provimento (lugar abstrato)</b>	<b>8</b>	<b>5</b>
<b>Qualidade: movimento em direção a, destinação</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Qualidade: movimento para dentro</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Quadro 25 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *em-*

Pelos dados acima, não parece ter havido um acentuado processo de gramaticalização do século XVII para o XVIII. As possibilidades semânticas são semelhantes nos dois períodos para o prefixo *em-*. Contudo, ao contrário do esperado, registrou-se uma maior ocorrência desse prefixo no século XVII, em relação ao século XVIII<sup>26</sup>, o que pode ser explicado em parte pela diferença quantitativa entre os *corpora* das duas sincronias, bem como pelas demais diferenças apontadas no item 5.1.3.

### 6.1.7 Inter- do latim inter

Cunha (1991) esclarece que o prefixo *inter-* deriva-se do latim *inter-*, onde funcionava como preposição e como advérbio. No latim, essa forma tinha o sentido de 'entre, no meio de', que já se documentava nessa língua na formação de verbos (*interdicere*), substantivos (*intercolumnium*) e adjetivos (*intercalaris*). Essa forma latina, por sua vez, deriva-se do indo-europeu *\*enter*, *\*nter* 'no interior de, entre'.

Quanto à evolução formal, no português, apareceu a forma popular e romanceada *entre-*. Cunha (1991) ressalta que, modernamente, prefere-se a forma latina *inter-* na formação de palavras de cunho erudito.

Romanelli (1964) observa que, além da forma *inter-*, no latim aparecia, em algumas palavras, a forma *intel-*, em virtude de assimilação total da líquida final, diante de

<sup>26</sup> Ver nota 22 na página 117.

palavras iniciadas por *l*.

Quanto ao aspecto semântico, o prefixo *inter-* aparecia no latim com as seguintes acepções, conforme Romanelli (1964):

- 1) Interposição, espacial e temporal: **intercedo** ('intervir, interpor'); **intercurro** ('correr entre, correr no intervalo').
- 2) Intermittência, alternância, periodicidade: **interaestruo** ('estar inquieto, ter sufocações periodicamente'); **interviso** ('ir ver de vez em quando, visitar').
- 3) Separação, corte ao meio: **intercido** ('cortar pelo meio, abrir'); **interfluo** ('correr entre, atravessar').
- 4) Interrupção, cessação: **interfari** ('interromper, cortar a palavra'); **interloquor** ('cortar a palavra, dizer interrompendo').
- 5) Acabamento, complementação: **interaescio** ('secar inteiramente'); **interbibio** ('beber completamente').
- 6) Destruição, morte: **intereo** ('perder-se, morrer'); **internecio** ('massacre, extermínio').

Como preposição, conforme a pesquisa de Poggio (2002), nos *Diálogos de São Gregório*, a preposição latina *inter* e sua correspondente em português *entre* aparecem apenas no sentido de base 'espaço: situação intermédia' como no exemplo abaixo:

[...] *cumque subito oculos ad vestimentum suum **inter** extensa brachia reduxissit*  
*E parando el mentes ao manto que tiinha **antr'** os braços*

No *corpus*, dentre os vocábulos recolhidos, foi encontrado o prefixo *inter-* apenas em formações originárias do latim, o que parece evidenciar que o processo de prefixação com o *inter*, até o século XVIII, não era produtivo na língua portuguesa, apesar do uso freqüente da preposição *entre*.

Nas poucas palavras registradas nos *corpora*, nas quais ainda é possível perceber a noção de prefixação, encontraram-se apenas acepções mais abstratas, de qualidade para o prefixo *inter-*. Assim, o *continuum* **espaço > tempo > qualidade** é percebido nos séculos analisados, pois, de um uso inicialmente concreto, espacial, presente na preposição *inter* documentada no século XIV, conforme os dados de Poggio (2002), o prefixo *inter-* passou a ser empregado com sentidos mais abstratos, conforme a análise dos séculos XVII e XVIII ilustrou.

Os quadros e os exemplos abaixo apresentam os dados encontrados:

	<i>SÉCULO XIV</i>	<i>SÉCULO XVII</i>	<i>SÉCULO XVIII</i>
<b>ACEPÇÃO</b> ( <i>inter</i> )	<b>DSG (PREPOSIÇÃO)</b>	<b>CV (PREFIXO)</b>	<b>CS (PREFIXO)</b>
<b>Espaço:</b> situação intermédia	X		
<b>Qualidade:</b> situação intermédia		X	X
<b>Qualidade:</b> fim, acabamento, completude			X

Quadro 26 - Comparação da preposição *inter* (séc. XIV) com o prefixo *inter-* (séc. XVII e XVIII).

<b>PREFIXO INTER</b>	<b>CV</b>	<b>CS</b>
<b>Número Total de ocorrências</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
<b>Qualidade: situação intermédia</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
<b>Qualidade: fim, acabamento, completude</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Quadro 27 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *inter-*

**Qualidade:** situação intermédia (lugar abstrato)

[...] *nem por si, nem por **inter**posta pessoa* [...] (CV, p. 302, l. 171).

[...] *ou por **inter**posta pessoa fizesse alguma sinistra queixa* [...] (CS, p. 180, l. 52).

**Qualidade:** fim, acabamento, completude

[...] *e que, se esta amizade e obediência se quebrou e **inter**rompeu, fora por parte dos portugueses* [...] (CV, p. 543, l. 456)<sup>27</sup>.

Nas poucas ocorrências do prefixo *inter-* nos *corpora*, prevalece, como nos demais prefixos analisados até aqui, a noção de qualidade, especificamente na acepção de situação intermédia (espaço abstrato), sendo esse, portanto, o seu sentido prototípico, ao passo que, no século XIV, predominava, para o uso prepositivo de *inter*, a acepção espacial, o que

<sup>27</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, páginas 185 e 186.

apóia a trajetória de mudança semântica apontada pelos localistas, já considerada.

### 6.1.8 *Per/por* do latim *per/pro*

Conforme Ferreira (1999), *per-* provém do latim *per* e tem as acepções de 'movimento através', 'proximidade', 'intensidade', 'totalidade'. Segundo Romanelli (1964), o *per* latino deriva-se do indo-europeu \***per**, \***peri** 'passar para o outro lado, passar além', que era, portanto, um antigo locativo.

Romanelli (1964) alista sete sentidos que o *per-* assumia no latim: a) Movimento através de um meio, travessia; b) duração, continuidade; c) Movimento de ponta a ponta, do princípio ao fim; d) Acabamento, complementação, donde plenitude, perfeição; e) Movimento omnilateral; f) desvio, donde, degradação, destruição, morte; g) reforço, intensidade.

Note-se que, como no caso dos prefixos anteriormente analisados, de um sentido concreto, espacial, atribuíram-se outras acepções ao prefixo *per-*, indicando que o processo de gramaticalização e conseqüente abstratização desse elemento foi evidente no latim. Em virtude disso, alguns vocábulos latinos com o prefixo *per-* sobreviveram na passagem do latim para o português.

No português, pela análise dos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, pode-se postular que a gramaticalização de *per* como prefixo no português não é tão produtiva, apesar do uso intenso desse elemento como preposição em variadas acepções, em especial, na forma *por*, como atesta Poggio (2002). Foram encontrados apenas vocábulos formados no latim e que se transferiram para o português, cuja prefixação só é identificável através de estudo etimológico como 'perpetrar', 'perfazer' e 'persuadir', encontrados tanto no século XVII como no XVIII. Nessas palavras transmitidas pelo latim, percebe-se o sentido comum, prototípico de 'acabamento', 'complementação', 'plenitude'. Essa constatação apóia a hipótese localista de que os itens lingüísticos tendem a desenvolver um caráter de maior abstração com a passagem do tempo.

A análise de *per-* em sincronias posteriores do português poderá mostrar um aumento da frequência de uso e, conseqüentemente, maior abstratização desse item.

### 6.1.9 Pos do latim *post*

Conforme Cunha (1991, p. 625), o prefixo *pos-* deriva-se do latim *post* 'após, depois', documentando-se em vocábulos formados no latim e “em muitos outros introduzidos na linguagem científica internacional, a partir do século XIX”. Conforme Romanelli (1964), a forma latina, por sua vez, deriva-se do indo-europeu \***posti** 'atrás, depois', no qual tinha o sentido de 'atrás, depois'.

As formas que o *post* também podia assumir no latim eram *posti*, *post*, *pōs* e *po*.

Quanto ao aspecto semântico, Romanelli (1964) ressalta que o elemento *post-* conservou o sentido da preposição, ou seja, 'posterioridade, posposição'. Mas já era possível observar o cline **espaço > tempo**, pois *post* era usado nessas duas acepções no latim.

Como preposição, as formas *após*, *depois* e *empós*, nas quais o item **pos** entra como um dos elementos formativos, apresentam a noção de posterioridade, temporal e espacial, como mostra Poggio (2002).

Apesar da ampliação do uso e do campo semântico da preposição *pos*, no latim e no português, observada por Poggio (2002), não foi encontrada nos *corpora* aqui analisados nenhuma ocorrência desse prefixo, nem mesmo em vocábulos formados no latim. Isso parece indicar um baixo grau de gramaticalização de *pós-* em relação à maioria dos prefixos até aqui considerados, pelo menos até o século XVIII. É importante analisar sincronias posteriores para se verificar até que ponto *pos-* se tornou mais gramaticalizado no português, como na forma citada na introdução desta pesquisa.

### 6.1.10 Sen do latim *sine*

A forma portuguesa *sem* deriva-se da preposição latina *sine*. Romanelli (1964) não inclui *sine* entre os prefixos latinos, indicando que esse item não tinha tal uso no latim.

Poggio (2002), analisando *corpus* do século XIV encontrou a preposição *sem*, nas noções básicas de espaço, tempo e qualidade. Nessas três noções está presente a acepção básica de 'exclusão'. A maior ocorrência foi na noção de qualidade (exclusão), sendo esse, portanto, no período pesquisado, o sentido prototípico da preposição *sem*. Contudo, Poggio (2002) não encontrou *sem* como prefixo.



As *Cartas* de Vieira (século XVII) e as *Cartas Setecentistas* também não apresentam o **sem** prefixo. Contudo, nas *Cartas Setecentistas*, aparecem duas ocorrências do *sem* como preposição que se achou interessante registrar:

[...] e desta sorte andam publicamente furtando pellos pastos alheyos cadaves que quer em **sem** vergonha do mundo armados com armas de fogo [...] (CS, p. 237, l. 602).

[...] e todos estes sam unidos nos furtos que fazem aonde os vam dispor de huma parte para **sem** vergonha nem termo de Deos e da justiças [...] (CS, p. 223, l. 83).

Parece que construções como essas antecederam o uso do prefixo *sem*, como no derivado *sem-vergonha*, comum na contemporaneidade.

O português contemporâneo parece estar recorrendo ao elemento formativo *sem* com maior frequência, como atestam as palavras: *sem-terra*, *sem-família* etc, fato que se pretende considerar em um futuro trabalho.

### 6.1.11 Sobre do latim *super*

A forma portuguesa *sobre* provém do latim *super* 'por cima de, em cima de, sobre, a mais, além de' e documenta-se, conforme Cunha (1991) em vocábulos eruditos formados no latim e em outros formados nas línguas modernas.

Romanelli (1964) informa que o prefixo latino *super-*, por sua vez, provém do itálico **\*supero-**, comparativo do itálico **\*sup-**, do indo-europeu **\*s-up**, com um sufixo indo europeu *-ero-* que, como *-tero-*, marca a oposição entre duas noções.

Quanto ao aspecto semântico, Romanelli alista três possibilidades de sentido que o *super-* podia ter no latim:

- 1) Superposição: **superpono** ('por sobre, sobrepor, por acima').
- 2) Abundância, demasia, donde superfluidade: **supérfluo** ('transbordar, ser supérfluo').

- 3) Transposição, superação, movimento para além: **supercurro** (‘exceder em velocidade, ultrapassar’).

De acordo com as informações de Romanelli (1964), parece que o prefixo *super-* não estava tão gramaticalizado, pois era usado, na maioria dos casos, em acepções espaciais. Sentidos mais abstratos ainda não tinham se desenvolvido.

Como preposição, Poggio (2002) listou apenas as noções de espaço (situação superior) e de qualidade (lugar abstrato), o que indica o baixo grau de gramaticalização desse item prepositivo, pelo menos até o português arcaico.

O quadro abaixo confronta os dados do século XIV relativos à preposição *sobre*, com os dos séculos XVII e XVIII relativos ao prefixo *sobre-*.

	<i>SÉCULO XIV</i>	<i>SÉCULO XVII</i>	<i>SÉCULO XVIII</i>
<i>SOBRE DO LATIM SUPER</i>	<i>DSG</i>	<i>CV</i>	<i>CS</i>
<b>Espaço:</b> situação superior	X		
<b>Qualidade:</b> assunto	X		
<b>Qualidade:</b> além de, que ultrapassa.		X	
<b>Qualidade:</b> valor anafórico		X	X
<b>Qualidade:</b> alvo de uma ação ou fenômeno		X	
<b>Qualidade:</b> identificação, destinação		X	
<b>Qualidade:</b> abundância, demasia		X	
<b>Qualidade:</b> posposição (lugar abstrato)		X	
<b>Qualidade:</b> situação superior		X	

Quadro 28 - Comparação da preposição *sobre* (séc. XIV) com o prefixo *sobre-* (séc. XVII e XVIII).

O quadro acima demonstra que a mudança **preposição > prefixo** provoca a abstratização do elemento em consideração. *Sobre-* foi encontrado como prefixo nos dois séculos analisados predominantemente em acepções mais abstratas e não nas acepções mais concretas de espaço e tempo, como mostram os exemplos a seguir:

**Espaço:** situação superior

[...] *tinha muito cabelo nas **sobrancelhas*** [...] (CV, p. 476, l. 224).

**Qualidade:** valor anafórico (espaço abstrato)

*O remédio é haver bastante número dos **sobreditos** religiosos* [...] (CV, p. 299, l. 961).

[...] *algumas violências daqueles malfeitores e além dos **sobreditos** acima* [...] (CS, p. 224, l. 130).

**Qualidade:** alvo de uma ação ou fenômeno

*Indo assim todas na mesma volta, **sobreveio** a noite* [...] (CV, p. 308, l. 27).

**Qualidade:** identificação, destinação

[...] *e, posto que o lugar dentre estas ilhas é tão infestado de todo o gênero de corsários, e os mesmos moradores das Canárias o poderiam ser nossos, pois vínhamos em caravela, que era **sobrescrito** de sermos portugueses* [...] (p. 309, l. 64).

**Qualidade:** abundância, demasia

[...] *quando me via chegar a salvamento ao Maranhão, era com grandíssimo **sobressalto*** [...] (CV, p. 315, l. 244).

**Qualidade:** posposição (lugar abstrato)

[...] *e os nomes dos santos, e os **sobrenomes** de Barreira* [...] (CV, p. 287, l. 60).

**Qualidade:** posição acima

*Foi logo lume **sobrenatural**, profético e divino* [...] (CV, p. 482, l. 389)<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, páginas 186 a 188.

Esses exemplos, portanto, confirmam o princípio localista de que a frequência de uso provoca uma crescente abstratização do item que se gramaticaliza.

O quadro comparativo abaixo mostra a ocorrência do prefixo nos dois séculos analisados:

	CV	CS
<b>Número Total de ocorrências</b>	<b>18</b>	<b>4</b>
<b>Espaço: situação superior</b>	<b>1</b>	
<b>Qualidade: valor anafórico (espaço abstrato)</b>	<b>8</b>	<b>4</b>
<b>Qualidade: alvo de uma ação ou fenômeno</b>	<b>4</b>	
<b>Qualidade: identificação, destinação</b>	<b>1</b>	
<b>Qualidade: abundância, demasia</b>	<b>2</b>	
<b>Qualidade: posposição (lugar abstrato)</b>	<b>1</b>	
<b>Qualidade: posição acima</b>	<b>1</b>	

Quadro 29 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *sobre-*

Os dados do *corpus* referentes ao prefixo *sobre-*, mostrados acima, apóiam os pressupostos localistas, pois, como já mencionado, a maioria das ocorrências de *sobre-*, nos séculos XVII e XVIII, apresenta noções mais abstratas, apesar do uso predominantemente espacial da preposição *sobre* observado no século XIV, conforme Poggio (2002). Percebe-se, assim, o percurso semântico de *sobre-* de um uso inicialmente mais concreto para usos mais abstratos, de qualidade, segundo o percurso proposto pelos localistas PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE> ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE.

Pode-se aplicar também ao prefixo *sobre-* a escala proposta por Traugott e Heine (1991) ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO pois, a partir de um uso concreto, espacial, esse elemento passou a apresentar um valor textual, conforme destacam os exemplos citados antes, retirados dos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, ou seja, o prefixo *sobre-* passou a ser empregado como um recurso coesivo no texto (valor anafórico).

É importante observar, contudo, que, ao contrário do esperado, *sobre-*, no século XVII mostrou-se bem mais frequente (uma diferença de mais de 300%) e apresentou-se em um número maior de acepções, ou seja, mostrou-se mais gramaticalizado, do que no século XVIII. Dados como esses parecem mostrar que, nem sempre, o princípio da unidirecionalidade, que prevê a gramaticalização crescente dos itens lingüísticos com o transcorrer do tempo, tem uma aplicabilidade absoluta.

Considerando a frequência de uso e aplicando a Teoria dos Protótipos, versão

padrão ou monossêmica, pode-se apontar a noção de qualidade, especificamente a acepção de espaço abstrato (valor anafórico) como o prototípico para o prefixo *sobre-* nos dois séculos pesquisados.

### 6.1.12 Sub do latim sub

Conforme Cunha (1991), *sub*, do latim *sub-*, deriva-se da preposição *sub* 'sob, no fundo de, debaixo de', documentando-se em vocábulos formados no próprio latim e em vários outros formados nas línguas modernas. Romanelli (1964) atribui ao étimo indo-europeu \***s-up** a origem da forma latina *sub*. O étimo indo-europeu por sua vez, originou-se do indo-europeu \***upo**, \***up**, com um elemento prefixativo *s-*, de origem obscura, talvez o mesmo de *sine*(*s-ine*)

*Sub-* podia aparecer com as seguintes formas no latim, a depender do contexto fonético formado no processo de derivação: *sub-*, *suc-*, *suf-*, *sug-*, *sum-*, *sup-*, *sur-*, *subs-*, *sus-* e *su-*.

Romanelli (1964) lista ainda vários sentidos que o prefixo *sub-* tinha no latim:

- 1) Movimento de baixo para cima, ascensão, elevação: **sublevo** ('levantar, erguer').
- 2) Sotoposição, ação em baixo ou por baixo: **subedo** ('roer por baixo, minar').
- 3) Subordinação, sujeição, submissão: **submitto** ('sujeitar-se, submeter-se').
- 4) Substituição: **substituo** ('por debaixo, substituir').
- 5) Sucessão, reprodução: **succedo** ('tomar o lugar de, suceder').
- 6) Abrandamento, redução, diminuição: **subaccuso** ('acusar levemente'); **subgrandis** ('um tanto grande').
- 7) Ação furtiva, oculta subreptícia: **subausculto** ('escutar secretamente').
- 8) Aproximação, achegamento, vizinhança: **subsequor** ('seguir de perto').

Assim, a tese localista pode ser aplicada no latim, pois várias acepções, a maioria abstratas, desenvolveram-se no latim a partir de um uso espacial.

Como preposição, no português arcaico, Poggio (2002) observa que as formas assumidas por *sub* eram *su*, *so* e *sô*. A forma prepositiva usada no português contemporâneo

é *sob*. Os sentidos encontrados para *sub* no século XIV por essa autora foram: o espacial (situação inferior) e o de qualidade (situação inferior).

Nos séculos XVII e XVIII, não foram encontrados vocábulos portugueses em que a presença do prefixo *sub-* é identificável, considerando a atual sincronia do português, o que parece indicar que o português, pelo menos até o século XVIII, pouco recorreu ao prefixo *sub-* para formar novas palavras. É importante estudar sincronias posteriores para verificar se *sub-* atinge um grau de gramaticalização maior.

Aplicando o conceito de Duarte (2005b) de que o prefixo típico pode ser caracterizado como elemento mórfico de posição estritamente inicial, conseqüentemente sem mobilidade distribucional e sem correspondência formal com nenhum item lexical e sem possibilidade de constituir base de derivação, pode-se concluir que nenhum dos prefixos estudados na presente pesquisa seriam prefixos prototípicos, pois todos correspondem a preposições existentes nos séculos XVII e XVIII, ao contrário de prefixos como *des-* e *re-*.

Assim, as teorias dos protótipos e localista podem, de um modo geral, ser aplicadas aos casos de prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora* escolhidos.

## 6.2 PROCESSOS, PRINCÍPIOS E GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO RELACIONADOS COM A MUDANÇA PREPOSIÇÃO > PREFIXO

Como se ressaltou no capítulo dois, a gramaticalização comprova o caráter não-estático da língua. As línguas estão em constante mudança. Vale lembrar a observação de Cunha, Costa e Cezário (2003), segundo a qual há uma incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular das línguas. A gramaticalização compreende essa trajetória de regularização de elementos lingüísticos, provocada por pressões de uso.

Muitos dos princípios e processos comumente associados ao fenômeno da gramaticalização podem ser vistos no processo de mudança **preposição > prefixo**, como se mostrará nos subitens à frente. A terminologia usada na descrição dos processos de gramaticalização baseia-se principalmente em Castilho (1997). Já os princípios aplicados baseiam-se nas propostas de Hopper (1991) e Castilho (1997). Algumas das postulações de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO 1997) serão utilizadas para se aferir, comparativamente, o grau de gramaticalização dos prefixos.

### 6.2.1 Processos de gramaticalização

Uma evidência do aumento do caráter gramatical é quando um item lingüístico perde a mobilidade na sentença, passando a ocorrer em posições mais fixas. Assim, os prefixos, que se acham afixados a uma base lexical, são mais gramaticalizados do que as preposições que lhes deram origem. Nessa mudança, *preposição* > *prefixo*, vários processos de gramaticalização podem ser distinguidos.

A **sintaticização** expressou-se especialmente através da recategorização sintática, que é a mudança de um item lexical de uma categoria de palavra X para uma categoria de palavra Y. Como demonstraram os dados de Romanelli (1964), desde o latim, nomes e advérbios se recategorizaram como preposição e muitos destes, por sua vez, se tornaram prefixos, através do processo de **morfologização**, que é a criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais. A análise dos séculos XVII e XVIII evidenciou a continuidade dos processos de sintaticização e morfologização, pois, além de vocábulos transmitidos pelo latim, foram encontrados vários derivados novos, que não existiam no latim, em especial com os prefixos *a* e *em*, como *embranquecer*, *enfurecer*, *engrossar*, *amansar*, *avizinhar*, *avivar*, dentre outras.

Os processos de morfologização, ou seja, a junção de elementos de classes diferentes ou de mesma classe, ocorridos com as preposições citadas nesta pesquisa apresentaram os estágios postulados por Svorou (1993). Inicialmente, preposições e nomes ou preposições e verbos formavam locuções prepositivas, semelhantes a expressões como ‘sem vergonha de’, encontradas nas *Cartas setecentistas*. Estavam, dessa maneira, enlaçados (*embraced*). Com a continuidade da mudança, os elementos passaram a se achar afixados, sendo identificáveis, porém, nos contextos fonológicos. Todos os prefixos derivados de preposições passaram por esses dois primeiros estágios. Os elementos já afixados podem sofrer, posteriormente, alterações fonológicas, entrando no terceiro estágio do *continuum* de fusão. Nem todos os prefixos pesquisados alcançaram esse estágio, ou seja, nem todos sofreram alterações fonológicas em relação às formas prepositivas que lhes deram origem, pelo menos a ponto de impedir a identificação do prefixo no interior dos derivados, tendo por referência a atual sincronia do português, como nos exemplos *antever*, *antepor* etc. Contudo, especialmente em formações latinas transmitidas do latim para o português, notaram-se várias palavras em que ocorreram alterações fonológicas nos elementos prefixais, ou seja, o estágio fundido (*fused*), a tal ponto que, em muitos casos, perdeu-se a noção de prefixação, como nas

palavras *companhia, conduzir, adorar, subsistência*, etc.

A **fonologização** é o mais visível dos processos de gramaticalização e ocorre com bastante frequência. Refere-se, como já mencionado, às alterações fonológicas, que em geral resultam da fusão de formas livres com outras formas livres, e a sua conseqüente transformação em formas presas. Os elementos prepositivos, desde o latim, passam por processos de redução fonológica.

Na passagem do latim para o português, a preposição latina *ad*, por exemplo, sofreu apócope da consoante final transformando-se na preposição *a* portuguesa. A forma *a* manteve-se, quando ocorreu a prefixação na maioria dos vocábulos pesquisados, como nas palavras encontradas no século XVII (*abonar e apresentar*) e no XVIII (*acompanhar, aconselhar*). Apesar de não ter sido encontrado no *corpus* como prefixo, vale ressaltar que a forma latina *post* também sofreu apócope da consoante final (*t*). A forma *pós* é usada como prefixo em palavras como “pós-graduação”, “pós-médio” etc. O uso prepositivo desse elemento, atualmente, é reforçado pelo elemento *de* ou *a*. Fica evidente, assim, que os itens mais gramaticais são mais curtos do que os menos gramaticais. O processo de afixação provoca, ainda, perda de acento, que é uma das conseqüências da fonologização, em relação à forma prepositiva, fato verificado na maioria dos vocábulos analisados.

Em relação ao seu étimo latino *cum*, a preposição e prefixo português *com* sofreu um processo fonológico de abertura da vogal [u] para [o] e, como os dados dos *corpora* mostraram, a forma *com* portuguesa foi a que se manteve em palavras derivadas, como exemplificam as palavras *concentrar, condiscípulos* etc., encontradas nos séculos XVII e XVIII. Processo semelhante ocorreu com o prefixo português *em*, que, no latim, aparecia como prefixo predominantemente com a forma *in*.

Quanto às **alterações semânticas**, o *cline* localista PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE baseia-se num *continuum* metafórico, conforme explicado no capítulo três. Muitos dos prefixos considerados, como o A-, EM- e o SOBRE-, a partir de uma acepção inicialmente espacial, foram adquirindo noções mais abstratas, sofrendo ampliações de sentido. Esse processo ocorreu no latim e continuou nas línguas românicas, como o português, conforme ilustram os exemplos retirados dos *corpora*: *abençoar, enfurecer, sobrenatural*. Os usos de formas prepositivas como prefixo licenciam afirmar que houve, conforme a ótica da teoria da gramaticalização, um processo de **enfraquecimento semântico**. Bassols de Climent (1956 *apud* POGGIO, 2002, p. 163) observa que, em geral, ao empregar-se como preverbo, como nas palavras *avizinhar* e *acompanhar*, *a* serve apenas para imprimir ao vocábulo um



determinado caráter circunstancial, ficando a cargo do verbo a expressão da idéia fundamental.

### 6.2.2 Graus de gramaticalização

Para avaliar o grau de gramaticalização dos itens prefixais, usam-se aqui alguns dos parâmetros propostos por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), conforme vistos no capítulo três: peso sintagmático, coesão sintagmática, variabilidade paradigmática e variabilidade sintagmática. A partir dos dados dos *corpora* e comparando com os dados de Poggio (2002) sobre as preposições, a aplicação da proposta de Lehmann (1982) comprova o grau maior de gramaticalização dos prefixos em relação às preposições.

O **peso sintagmático** dos prefixos é menor, pois a mudança **preposição > prefixo** provoca perdas semânticas e fonológicas. Por exemplo, conforme evidenciou a comparação dos *corpora* dos séculos XVII e XVIII com os dados do século XIV<sup>29</sup>, o prefixo *a* possui menos possibilidades semânticas em relação à forma prepositiva que lhe deu origem.

A mudança **preposição > prefixo** acarreta o aumento da coesão sintagmática. Como visto nos *corpora*, os itens que serviam para relacionar, como preposição, itens na sentença perdem a capacidade relacional e se tornam um prefixo, aglutinando-se ou fundindo-se a uma raiz, aumentando, assim, o nível de **coesão sintagmática**. Em todos os casos de derivados formados por prefixação estudados nesta pesquisa ocorreu, assim, uma perda de fronteira entre elementos outrora autônomos, pela maior ligação entre eles e conseqüente fixação sintagmática do item preposicional, que passa a desempenhar a função de prefixo.

Percebe-se nos prefixos um menor grau de **variabilidade sintagmática**. Quando um item nominal ou verbal, por exemplo, se torna preposição, já ocorre uma acentuada perda de liberdade sintática. Assim, o item deixa de poder ser colocado em diversas posições na sentença e aparece apenas antes de nomes ou de verbos. O prefixo derivado da preposição tem ainda menos liberdade, pois se aglutina ou funde-se a uma raiz, ocupando um lugar gramatical mais fixo, em comparação com as preposições.

E, como os prefixos estão aglutinados ou fundidos a uma raiz, há mais dificuldades em substituí-los na sentença em comparação com as preposições. Assim, a

---

<sup>29</sup> Ver quadro 14 na página 112.

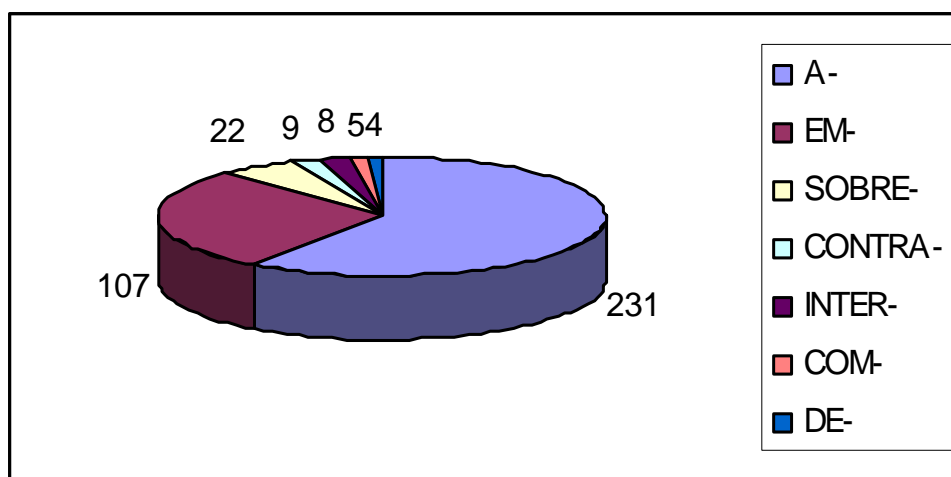
mudança **preposição > prefixo** provoca uma diminuição da **variabilidade paradigmática**.

Tendo-se por base o argumento de Poggio (2002) de que a frequência de uso de um determinado item é evidência empírica do seu grau de gramaticalização, ou seja, quanto mais a forma for gramaticalizada mais ela será freqüente, pode-se estabelecer também uma comparação entre os prefixos estudados nesta pesquisa. Conforme esse critério, dentre os prefixos, A e EM são os mais gramaticalizados em relação aos demais prefixos, pois, como visto nos *corpora*, ajudaram a formar um número maior de palavras, assim como são de uso mais freqüente. O prefixo SOBRE apresentou um grau de gramaticalização intermediário, em relação ao demais prefixos considerados. Por sua vez, os itens prefixais CONTRA, INTER e COM apresentaram um baixo grau de gramaticalização. Listam-se, no quadro abaixo, os prefixos, com os respectivos números de ocorrências no *corpus*, em ordem decrescente de grau de gramaticalização, considerando-se o critério da frequência de uso:

<b>PREFIXO</b>	<b>SÉCULO XVII</b>	<b>SÉCULO XVIII</b>
<b>A</b>	<b>191</b>	<b>40</b>
<b>EM</b>	<b>73</b>	<b>34</b>
<b>SOBRE</b>	<b>18</b>	<b>4</b>
<b>CONTRA</b>	<b>7</b>	<b>2</b>
<b>INTER</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
<b>COM</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>DE</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>ANTE</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>POR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>SUB</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>POS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>SEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total: 299</b>	<b>Total: 91</b>
<b>Total geral: 390</b>		

Quadro 30 – Número total das ocorrências dos prefixos nos *corpora*

Os números das ocorrências dos prefixos, somando-se as ocorrências nos *corpora* dos dois séculos analisados, são comparados no seguinte gráfico:



Quadro 31 - Gráfico comparativo dos prefixos quanto ao grau de gramaticalização

Assim, tendo em vista a maior frequência de uso, como a tabela e o gráfico acima mostram, os elementos prefixais *a-* e *em-* podem, em relação aos demais prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora* pesquisados dos séculos XVII e XVIII, ser considerados como possuindo um grau maior de gramaticalização.

### 6.2.3 Princípios de gramaticalização

Como já se observou, Hopper (1991) considera que cinco princípios básicos podem se verificar no transcorrer do processo de gramaticalização: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização.

Dentre esses, no que tange à mudança *preposição* > *prefixo*, destacam-se três princípios. De acordo com o princípio da **divergência**, ocorre a bifurcação de um item, contudo, a fonte original permanece autônoma. Todas as formas prepositivas que originaram os prefixos analisados continuaram funcionando como preposição, ou seja, continuaram funcionando como elemento autônomo em relação ao afixo formado. Os exemplos a seguir comprovam isso:

- *Alcançamos primeiramente que **em** cada uma das ditas capitâneas se nos desse uma aldeia para termos índios [...]* (CV, p. 268, l. 48).

- *[...] e se os cabelos **embraquecem** na sepultura [...]* (CV, 516, l. 1460).

- [...] *mais do que andar furtando e ir vendendo para os engenhos andando armado **com** armas de fogo e facas de arrasto e de ponta [...]* (CS, p. 225, l. 167).
- [...] *com vozes tam altas e **desconcentradas**, que sefês escandaloz [...]* (CS, p. 169, l. 22).

Conforme o princípio da **persistência**, pode ocorrer que alguns traços do significado original acompanhem a nova forma gramatical. Esse fenômeno aconteceu com bastante frequência nos prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora*:

- [...] *por temerem algumas violências daquelles mal feitores e além dos **sobreditos** acima que também ouve dizer publicamente [...]* (CS, p. 224, l. 130).

Nota-se que o prefixo *sobre-* tem um valor anafórico, apresentando vestígios do significado da noção 'a cima de', presente na preposição *sobre*.

A **descategorização**, ou seja, perda de marcas morfológicas e propriedades sintáticas e assunção de atributos próprios das categorias de menor caráter lexical, é evidente na mudança **preposição > prefixo**, pois, quando um elemento originalmente prepositivo é usado como prefixo perde, por exemplo, a capacidade relacional e ganha uma propriedade própria dos prefixos, que é a de acrescentar a uma base noções semânticas acessórias, deixando, assim, de ser um morfema livre e passando a ser um morfema preso. Os exemplos abaixo exemplificam esse ponto:

- [...] *os quais Deus sustentará, com a providência que costuma **aos** que, por se empregarem todos em seu serviço, não reparam em comodidades próprias [...]* (CV, p. 270, l. 109).
- (...) *o qual cada vez soava mais, e se vinha **avizinando** à nossa casa”* (CV, p. 322, l. 358).

### 6.2.3 O princípio da unidirecionalidade

Como foi observado no capítulo três, a unidirecionalidade é um dos princípios geralmente associados ao fenômeno da gramaticalização. Os adeptos da teoria da gramaticalização concebem a língua como uma entidade que pode ser representada por uma linha (CASTILHO, 2003). Nessa linha estão dispostos os signos lingüísticos. A alteração desses signos ocorre através de estágios unidirecionais, ou seja, a um estágio A se segue um estágio B, a este um estágio C e assim por diante. Cada estágio corresponde a um ponto da linha. Nessa linha imaginária, determinado signo caminha sempre da esquerda para direita, em um processo irreversível. Dessa maneira, um elemento lexical pode tornar-se um elemento gramatical. Por sua vez, esse elemento gramatical pode tornar-se ainda mais gramatical.

A esse processo seqüencial associam-se alterações semânticas, que muitos autores rotulam como “desbotamento semântico”, “enfraquecimento semântico”, “esvaziamento de sentido”, dentre outras expressões.

Contudo, autores como Castilho (2003), Martellota (2003a) e Mattos e Silva (2002), alertam que, em certos casos de mudança, nem sempre o princípio da unidirecionalidade é aplicável. Por exemplo, conforme observa Martelotta (2003a), em relação à gramaticalização de *mal* como prefixo, há aspectos que reforçam a unidirecionalidade. Somente a partir do século XVIII é que surgiram, no português, novos usos gramaticalizados de *mal*, que até então não apareciam nos textos. O *mal* como conjunção temporal é um desses usos (*mal saiu de casa, começou a chover*). E, o que é mais importante, esses novos usos apresentaram um valor mais gramatical. Por outro lado, esse elemento já apresentava, no latim, polissemia semelhante à que caracteriza seus usos atuais, pois *Mal*, no latim, funcionava como substantivo, adjetivo, advérbio e prefixo, como na palavra *malevolentia*. Essa constatação, conforme Martelotta (2003a), é um exemplo de que há transformações que ocorrem em todos os tempos e lugares, ou seja, processam-se repetidamente, desfazendo a visão tradicional de que a mudança está associada apenas à sucessão temporal. Existe, portanto, certa regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes. Para estudar a polissemia de determinados signos lingüísticos, Martelotta (2003a) sugere, portanto, a seguinte postura metodológica:

Deve-se observar a natureza da polissemia e constatar se ela implica um conjunto de manifestações simultâneas de um único sentido ou uma relação de sentidos diferentes que evoluem uns dos outros. Tal procedimento significa focalizar os aspectos cognitivos e conversacionais que estão na base dos fenômenos da referência e da extensão de sentidos, fazendo com que o fator tempo deixe de constituir exclusiva perspectiva de observação (MARTELOTTA, 2003a, p. 66).

A aplicação do princípio da unidirecionalidade aos *corpora* revelou duas situações distintas, semelhantes às comentadas por Martelotta (2003a) relativas ao item *mal*. Por um lado, a maioria dos prefixos, derivados de preposições em vocábulos novos, formados no português, apresentou valores semânticos abstratos (de qualidade), mais gramaticalizados, muitos dos quais não existentes nos elementos prepositivos que lhes deram origem, o que apóia a tese de que os itens lingüísticos que mudam tendem a uma abstratização crescente, em uma escala unidirecional, conforme postulado pela teoria localista. As palavras *enfurecer*, *embranquecer*, *sobredito* ilustram esse fenômeno.

Por outro lado, a polissemia associada aos elementos prefixais e prepositivos, observada nos séculos XVII e XVIII também já existia no latim, ou seja, no latim, as formas pesquisadas funcionavam como prefixo e como preposição, em acepções concretas e abstratas, como demonstra Romanelli (1964). Essa constatação dificulta a aplicação do princípio da unidirecionalidade nesse caso, uma vez que, os usos semânticos e gramaticais dos prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora* não evoluíram de um uso anterior na língua portuguesa, mas eram manifestações de usos já existentes no latim.

Assim, deve-se reconhecer o valor da proposta de estudo multissistêmico de Castilho, que, apesar de o próprio Castilho reconhecer a necessidade de mais pesquisas para “arredondar seus argumentos” (CASTILHO, 2003, p. 28), surge como uma alternativa teórica interessante para a análise da criatividade lingüística. No próximo item, apresenta-se um esboço de estudo multissistêmico dos prefixos derivados de preposições. Em um trabalho futuro, pretende-se aplicar mais amplamente a referida proposta, explanada no capítulo três desta pesquisa.

### 6.3 ESBOÇO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTUDO MULTISSISTÊMICO AOS PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES

Os textos de Castilho (1997 e 2003) ofereceram suporte teórico para este item. Cabe aqui lembrar de alguns pontos discutidos no item 2.5 desta pesquisa. Castilho critica o fato de vários fenômenos de mudança serem rotulados como “gramaticalização”. Ele acredita que, para o entendimento pleno da mudança linguística, é necessário a adoção de uma teoria multissistêmica que, além da gramaticalização, reconheça a lexicalização, a discursivização e a semanticização como os grandes processos constitutivos da língua, privando, dessa maneira, a gramaticalização de sua atual centralidade.

#### 6.3.1 Prefixos e lexicalização

A lexicalização é a criação de palavras via seleção de propriedades cognitivas e de traços semânticos derivados, e o processo de concentração dessas propriedades em uma forma. Desde o latim, combinações de categorias cognitivas e de traços semânticos derivados fizeram com que nomes e advérbios viessem a lexicalizar-se como preposições. Um novo arranjo de categorias e traços levou esses itens a serem empregados como prefixos. Como visto nos *corpora*, essa ativação lexical continuou na passagem do latim para o português, quando ocorreu a generalização do uso das preposições, em virtude da queda dos casos e das declinações latinas, e o conseqüente aparecimento de novos vocábulos portugueses com prefixos derivados de preposições.

Destaca-se o exemplo do prefixo *ante*, cujo étimo indo-europeu, representado pelas formas \*ant-s, \*anto, \*anti, \*anta e \*nti tinha, conforme Romanelli (1964), o sentido de ‘testa, fachada, frontispício’. A combinação de categorias e traços levou o item *ante*, no indo-europeu, a funcionar, portanto, como um nome. No latim, verificou-se um rearranjo de traços e categorias cognitivas, o que resultou em uma forma com valor adverbial. Novas combinações resultaram nas preposições e nos prefixos latinos. Esse processo de ativação e desativação de traços e categorias continuou no português, como evidenciam as palavras encontradas nos *corpora* desta pesquisa *antepôs* e *anteviu*, formadas no latim, mas cujo prefixo ainda é atualmente sincronicamente identificável. Os usos do *ante* prepositivo com

valor espacial e temporal, encontrados por Poggio (2002) em *corpus* do século XIV também evidenciam a continuidade do processo de lexicalização de *ante*.

Os demais elementos analisados nesta dissertação também passaram, desde o latim, por processos de lexicalização, o que, por fim, resultou nos vocábulos contendo prefixos derivados de preposições, encontrados nos séculos XVII e XVIII.

### 6.3.2 Prefixos e semanticização

Observou-se nos *corpora* que a mudança que se refere aos prefixos derivados de preposições envolveu constantes movimentos sociocognitivos de ativação e desativação de propriedades semânticas.

Castilho (2004) hipotetiza que as preposições têm um sentido prototípico, dado por categorias e subcategorias cognitivas, que se desdobram, através de vários processos, em traços semânticos derivados. Os sentidos prototípicos das preposições correspondem às categorias semântico-cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO, DISTÂNCIA NO ESPAÇO e MOVIMENTO.

Poggio (2002) constatou que, no português, várias preposições assumem valores semânticos mais abstratos (temporal e nocional). Assim, em determinados usos prepositivos, desativa-se o valor semântico ESPAÇO e ativa-se, simultaneamente, um valor temporal ou de QUALIDADE.

Perceberam-se esses processos simultâneos de ativação e desativação de traços semânticos nos prefixos considerados nesta pesquisa. Por exemplo, como visto antes, *em*, ao gramaticalizar-se como prefixo, teve o seu valor temporal desativado, ao passo que novas noções qualitativas foram ativadas, como as de 'mudança de estado' e 'provimento', 'designação'<sup>30</sup>. Processos semelhantes aconteceram com o prefixo *a*. No caso desse prefixo, a noção de tempo e várias acepções espaciais foram desativadas, enquanto algumas noções qualitativas, como as de 'mudança de estado', 'hostilidade', 'adição, acréscimo', foram ativadas<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Ver quadro 24 na página 128 e exemplos nas páginas 129 e 130.

<sup>31</sup> Ver quadro 14 na página 112 e exemplos nas páginas 114 a 116.



### 6.3.3 Prefixos e a discursivização

A discursivização refere-se ao uso discursivamente relevante de itens lexicais e envolve o estudo de itens que se prestam à organização da topicidade e dos que atuam no estabelecimento da coesão textual e a manutenção da interação (CASTILHO, 1997).

Entre os casos de discursivização, destacou-se o prefixo *sobre*, na palavra *sobredito*, encontrada tanto no século XVII como no XVIII, conforme atestam os exemplos citados no subitem 6.1.11.

Nesses casos, nota-se a desativação do valor de lugar físico e, simultaneamente, a ativação do valor de lugar discursivo, ou textual.

### 6.3.4 Prefixos e gramaticalização

Conforme a proposta de estudo multissistêmico da mudança lingüística, a gramaticalização cinge-se, exclusivamente, em três subprocessos:

**fonologização:** alteração no corpo fônico das palavras

**morfologização:** alterações que afetam o radical e os afixos

**sintaticização:** alterações que afetam os arranjos sintagmático e sentencial

Esses três subprocessos podem ser aplicados à mudança **preposição > prefixo**<sup>32</sup>

Conforme Castilho, observa-se um ritmo unidirecional no tratamento das palavras no interior de cada um desses subprocessos, e para Castilho, “por aí vai ficando o famoso princípio da unidirecionalidade” (CASTILHO, 2003 p. 29).

Assim, a proposta de Castilho de estudo multissistêmico revela parte do caráter criativo, dinâmico e imprevisível da mudança lingüística.

---

<sup>32</sup> Ver páginas 142 e 143 desta pesquisa.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que a função de uma publicação qualquer é o aumento do conhecimento sobre o mundo. Cada novo texto acrescenta um tijolinho no edifício da ciência, para usar uma expressão já meio gasta. E qual a atitude a se esperar da comunidade científica diante dessa publicação? Certamente não o silêncio. Silenciar é desrespeitar o trabalho do outro. [...] Respeitar o trabalho do outro consiste justamente em submetê-lo à crítica mais rigorosa (BORGES NETO, 2004, p. 82).

Como explanado na Introdução, algumas hipóteses nortearam esta pesquisa. Por exemplo, na mudança **preposição** > **prefixo** podem ser identificados processos de gramaticalização, que ocorrem conforme determinados princípios básicos. À mudança que resultou nos prefixos aplica-se a escala crescente de abstratização PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE, proposta pelos localistas. É possível também se isolar um sentido prototípico, que, conforme a chamada versão padrão ou monossêmica da Teoria dos Protótipos, pode ser definido pela frequência de uso, em cada um dos elementos considerados.

Os pressupostos teóricos aplicados foram todos relacionados com o “pólo funcionalista”, para usar a terminologia adotada por Neves (1997). Apesar das várias vertentes teóricas do funcionalismo, o estudo principalmente da competência comunicativa dos falantes, a importância dada ao contexto na análise semântica dos signos lingüísticos, bem como a realização de estudos lingüísticos sempre associados ao uso efetivo da língua em situações reais de interação, são exemplos de aspectos comuns que perpassam todas as correntes funcionalistas.

Tem-se concedido à Teoria da Gramaticalização um amplo espaço de debates no seio dos estudos funcionais. Voltada para a mudança lingüística, essa teoria procura descrever o processo que leva um elemento, que inicialmente possui uma referência extralingüística, a adquirir um caráter intralingüístico, ou seja, interno à gramática de uma língua. As teorias do localismo e dos protótipos oferecem, por sua vez, subsídios para o estudo das variações semânticas que estão aliadas ao processo de gramaticalização.

A revisão da literatura mostrou que a prefixação é um tema polêmico, tanto nos estudos lingüísticos como nas gramáticas normativas. Após a exposição de diferentes pontos de vista, esclareceu-se que o ponto de vista adotado nesta pesquisa foi o de que a prefixação é um fenômeno de derivação, não de composição, apesar do reconhecimento de que nem

sempre a fronteira entre a prefixação e a composição é nítida, especialmente no caso de uso de prefixos como *contra*, *sobre* e *pós*.

Após a explicação dos critérios seguidos nesta pesquisa, como a análise principalmente dos itens que podem ser identificados como prefixos na atual sincronia do português, aplicou-se o referencial teórico aos *corpora* selecionados.

Observando-se a frequência de uso, constatou-se que, na maioria dos casos estudados, o sentido prototípico, exemplar, dos prefixos encontrados nos *corpora*, está relacionado com a noção de qualidade. Essa realidade é ainda mais evidente nos vocábulos novos, formados no português, em especial com os prefixos *a-* e *em-* que, de um modo geral, apresentaram noções mais abstratas. Assim, em relação à forma prepositiva que lhes deu origem, os prefixos, conforme verificado nos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, em comparação com os dados do século XIV pesquisados por Poggio (2002), perderam diversas acepções espaciais e, em contrapartida, ganharam sentidos menos concretos. Tudo isso confirmou a aplicabilidade da escala de abstratização proposta pelos localistas, mencionada acima, à mudança **preposição > prefixo**.

A análise dos dados mostrou que, de fato, processos de gramaticalização, conforme explanados por Castilho (1997), podem ser identificados na mudança **preposição > prefixo**. Especificamente, observaram-se a morfologização, a fonologização e alterações semânticas. Dentre os princípios postulados por Hopper (1991), verificou-se que os princípios da persistência, descategorização e divergência tiveram uma forte aplicabilidade nos dados recolhidos dos séculos XVII e XVIII.

Na aplicação do princípio da unidirecionalidade, explanado por Castilho (1997), duas situações diferentes foram comentadas. Por um lado, a maioria dos prefixos em vocábulos formados no português encontrados nos séculos XVII e XVIII apresentou acepções mais abstratas, relacionadas com a noção de *qualidade*. Isso apoiou o princípio da unidirecionalidade, que prevê uma escala de abstratização crescente dos itens lingüísticos que mudam. Por outro lado, as possibilidades de uso dos signos encontrados nos *corpora* já eram bem vivas no latim. Ou seja, no latim, vários elementos prepositivos já funcionavam também como prefixos e, inclusive, manifestando diversas acepções abstratas, conforme os dados de Romanelli (1964). O princípio da unidirecionalidade não explica esse fenômeno. Parece que as forças que motivaram a formação de palavras com prefixos derivados de preposições nos séculos XVII e XVIII atuaram também no latim e, em determinados casos, até com mais intensidade. Como explica Martelotta (2003a, p. 61):

Deve haver tendências comunicativas, cognitivas e até estruturais que incentivam essas formações tornando determinados elementos, hoje ou ontem, em português ou em latim, potencialmente perfeitos para assumir a função de prefixos em contextos específicos.

Observa-se, portanto, uma atuação pancrônica dos processos de mudança, envolvendo as preposições e seus derivados prefixais, refletida, não só na polissemia que caracteriza esses elementos em sincronias distintas, como na trajetória de mudança dos elementos encontrados nos *corpora*, que são semelhantes à observada no latim.

Realizaram-se, ainda, uma breve explanação e aplicação da nova proposta de Castilho (1997, 2003, 2004) de estudo multissistêmico da mudança lingüística, que se apresenta como uma alternativa à tradicional teoria da gramaticalização. Essa proposta postula que há processos simultâneos e contínuos de ativação e desativação, ganhos e perdas de propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais nos itens que passam por um processo de mudança lingüística, motivados por diferentes situações comunicativas, e isso foi verificado no caso dos prefixos encontrados nos séculos XVII e XVIII, especialmente com o *a-* e o *em-*.

Acredita-se que o presente trabalho mostrou parte do que Mattos e Silva (2002, p. 9), na citação colocada como epígrafe desta pesquisa, chama de “processo contínuo do fazer-se das línguas”, especificamente da língua portuguesa. Como observa Schlieben-Lange (1994), os falantes são inerentemente criativos e sofrem pressões externas das mais variadas ordens, fatos que, por exemplo, provocaram as diversas mudanças **preposição > prefixo** observadas nos séculos XVII e XVIII.

Espera-se, portanto, que esta pesquisa tenha contribuído para o aumento dos conhecimentos acerca do dinamismo da linguagem humana, que se refletem nos constantes e, muitas vezes, imprevisíveis, como ressalta Mattos e Silva (2002), processos de mudança lingüística.

Em um futuro trabalho, o objetivo será confrontar os dados recolhidos dos séculos XVII e XVIII com os dados de sincronias posteriores, chegando até a contemporaneidade, a fim de avaliar, ainda em uma ótica funcionalista, até que ponto e com que características, continua se processando a mudança **preposição > prefixo**.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.
- AMARAL, Manoel. *Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Edição eletrônica. 2003, v. VII, p. 447-453. Disponível em: <[http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira\\_antonio.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira_antonio.html)> Acesso em: 10 nov. 2005.
- AMORIM, Adriana. A preposição ENTRE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 92-95.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971. p. 263-568.
- BARBOSA, Biana Dantas de Figueiredo. A preposição SOB. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 126-129.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador – Bahia: ILUFBA, 1999/4v. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. Observações sobre as conjunções no século XVI. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 161-193.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Notas de aula*. UFBA. Salvador-Ba. 2005.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. conforme a 1. ed. de 1540. Lisboa: Astória. 1957. José Pedro Machado (Ed.).
- BASÍLIO, Margarida. O conceito de vocábulo na obra de Mattoso Câmara. *D.E.L.T.A.*. São Paulo: v. 20. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 27 dez. 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Nacional, 2002.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. Rev. do Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BORGES NETO, José. O pluralismo teórico na linguística. In: BORGES NETO, J. (Org) *Ensaio de filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, p. 67-82, 2004.

CADORE, Luís Agostinho. *Curso prático de português*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Biblioteca Brasileira de Filologia, 1967.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CAMPOS, Lucas Santos. *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. 2001. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, UFBA.

CAMPOS, Lucas S. A negação prefixal. In: *XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste*. 2000, Salvador.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador, v. 19, p. 25-64. Mar. 1997.

CASTILHO, Ataliba T. *Introdução à lingüística cognitiva*. Relatório à FAPESP, inédito. São Paulo, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. *Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização*. São Paulo, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: NEGRI, Lígia; FORTRAN, Maria José (Orgs). *Sentido e significação*. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-47.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CORACINI, Maria J. O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade. In CORACINI, Maria; BERTOLDO, E. S. (Orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Discursos sobre/na aula. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003. p. 97-115.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y fala. In: Coseriu, Eugenio. *Teoria del lenguaje y lingüística general: cinco estudos*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1967. p. 11-113.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença/EDUSP, 1979.

COSTA, Sônia Bastos Borba Costa. *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. 2003. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-

Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, UFBA.

COSTA, Sônia Bastos Borba. Espaço e tempo em adverbiais portugueses quinhentistas. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; FILHO, Américo Venâncio Lopes Machado (Orgs). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

CRUZ, Narcisa Silva. A preposição ENTRE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 87-92.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antônio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). *Linguística funcional: teórica e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DIK, Simon. *The theory of functional grammar*. Part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 7, n. 1, p. 395-408. 1991.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. A identificação do prefixo em diversas abordagens linguísticas. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 14, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 15 dez. 2005a.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. Contribuição para o estudo do pseudoprefixo em português. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 15, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 18 jan. 2005b.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução à história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Rita de Cássia dos Santos. A preposição ANTE/ANTES. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004.

FRANÇA, Ironildes Santos. A preposição A. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 28-38.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, Colette (Ed.). *Noun classes and categorization*, s. 1. 1986. p. 77-102.

GONÇALVES, Cláudia Vega Correia. A preposição SEM. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 121-126.

GUIMARÃES, Florianete; GUIMARÃES, Margaret. *A gramática lê o texto*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio. As preposições DE e DES/DESDE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 64-87.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam: Benjamins, 1991.

HOPPER, P; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 1995.

KATO, Mary A. Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 14, n. especial. p. 145-168, 1998.

LAVILLE, Christian; JEAN, Dionne. *A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas*. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1958.

LAKOFF George; JOHNSON Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução coordenada por Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Brasília: Vigília, 1986.

LOBO, Tânia (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. Série Diachronica. Fontes para a história



da Língua Portuguesa. v. 3. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003, v. 18.

LUFT, Celso Pedro et al. *Novo Manual de português*. Edição revista e atualizada. São Paulo: Globo, 2005.

MAIA, C. de A. Dos textos escritos à história da língua. In: *Actas do Encontro história da língua e história da gramática*. Braga: Universidade do Minho, 2002. p. 231-249.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALCÂNTARA, Fabiana. Discursivização na partícula *né?*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Mária Maura. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. A mudança lingüística. In: CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). *Lingüística funcional: teórica e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). *Lingüística funcional: teórica e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. Tradução e adaptação de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas. Mesa-redonda sobre gramaticalização, XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, RS, 2002. (mimeo.)

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948. 1. ed. 1912.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

NARO, Anthony Julius; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolingüística/gramaticalização. *GRAGOATÁ*. Niterói: n. 9, p. 125-134, 2000.

NASCIMENTO, Milton do. Teoria gramatical e “mecanismos funcionais do uso da língua”. São Paulo: *D.E.L.T.A.*, v. 6 n. 1, p. 83-98, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.

PAIXÃO, Hilda Oliveira. A preposição POR. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs).

*Lingüística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 101-112.

PASCHOALIN, Maria Aparecida. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1989.

PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. A mudança lingüística. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 9-16.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1996. p. 333-334.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). *Introdução à lingüística*. Fundamentos epistemológicos, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; FILHO, Américo Venâncio Lopes Machado (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. Funcionalismo. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 16-28.

POGGIO, Rosauta Maria G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

POGGIO, Rosauta Maria G. F. *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. 1999. 3v. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, UFBA.

PORTINHO, Vitória Brasil Gomes. A preposição CONTRA. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 57-64.

POTTIER, Bernard. *Systématique des éléments de relations*. Paris: Klincksieck, 1962.

QUEIROZ, Rosane Fagundes de Assis. A preposição COM. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Lingüística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 52-57.

ROMANELLI, Rubens C. *Os prefixos latinos*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.

ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Trad. De Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. *Para a análise da gramaticalização de Vossa mercê > Você no português: a discussão dos traços formais e semânticos-discursivos. Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas*

setecentistas e oitocentistas. 2004. 2 v. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 18. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. melhorada e aumentada em lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

SANTOS, Maria de Fátima da Silva Leal dos. As preposições APÓS/DEPOIS. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 41-46.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye, colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Reflexões sobre a pesquisa em mudança lingüística*. São Paulo, v. 10, p. 223-245. 1994.

SCHIMITZ, J. R. *Descrição do português e o ensino*. Série Encontros, Brasil, v. ano XV, n. 1, p. 23-49, 1997.

SCHWINDT, Luiz Carlos. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 17, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 15 dez. 2005.

SILVA, Manuela Pereira. A preposição SOBRE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Linguística & literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 129-139.

SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

TERRA, Ernani. *Curso prático de gramática*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

VOTRE, Sebastião Josué; NARO, Anthony Julius. Mecanismos funcionais do uso da língua. São Paulo: *D.E.L.T.A.*, v. 5, n. 2, p. 169-84. 1989.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.



## **ANEXO – OS *CORPORA***

**PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES EM TEXTOS DE  
LÍNGUA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVII E XVIII**

DAVI DE OLIVEIRA SANTANA

## PREFIXO A- DO LATIM *AD*

### CARTAS DE VIEIRA (séc. XVII)

**Espaço:** aproximação, situação próxima a, ir junto a

Eu na minha missão passei bem; e só me faltou **acompanhar** V.R. ma. na sua [...] (CV, p. 263, l. 2).

[...] para termos índios, e que nos **acompanhem** e sirvam nas missões [...] (CV, 268, l. 50).

[...] obrigaram-nos os ouvintes a que não tornássemos para o mar, havendo naquela tarde e na seguinte doutrina, a que nos **acompanhavam** com grande amor e devoção [...] (CV, p. 311, l. 134).

[...] Passaram estes índios novos por uma capitania deste estado, cujo capitão-mor os **acompanhou** com uma carta [...] (CV, p. 344, l. 28).

[...] nem servem aos portugueses, e só os **acompanham** na guerra [...] (CV, p. 355, l. 365).

[...] aproveitando-nos da enchente que só até aqui nos **acompanhou** [...] (CV, p. 355, l. 371).

Em duas me **acompanhou** o Padre Tomé Ribeiro [...] (CV, p. 374, l. 118).

[...] não haver visita senão **acompanhada** de presente (CV, p. 381, l. 355).

O padre noviço que **acompanhou** ao Padre Francisco [...] (CV, p. 383, l. 431).

[...] o irmão que **acompanhava** o padre era mui necessário em casa [...] (CV, p. 387, l. 562).

[...] com a promessa de os **acompanharem** e seguirem [...] (CV, p. 395, l. 781).

[...] **acompanhados** de muitos outros índios [...] (CV, p. 538, l. 302).

[...] para que fosse **acompanhado** como convinha [...] (CV, p. 539, l. 331).

[...] **acompanhados** de tanta e boa gente que a fortaleza e a cidade [...] (CV, p. 539, l. 338).

[...] o qual cada vez soava mais, e se vinha **avizinando** à nossa casa (CV, p. 322, l. 358).

[...] e algumas ferramentas e resgates que pudemos **ajuntar** [...] (CV, p. 350, l. 206).

[...] ainda me sobra dois cabos para **ajuntar** [...] (CV, p. 525, l. 1737).

[...] se **ajuntariam** outra vez todos em suas canoas [...] (CV, p. 540, l. 375).

[...] e logo se **ajuntavam** ao redor deles com grande festa e algazarra [...] (CV, p. 379, l. 280).

[...] aonde tínhamos ajustado de nos **ajuntar** todos [...] (CV, p. 353, l. 311).

[...] e com efeito no dia antes da partida se **ajuntaram** perto de quarenta canoas [...] (CV, p. 354, l. 354).

[...] por não ser possível **ajuntarem-se** todos no mesmo dia [...] (CV p. 544, l. 509).

[...] à sombra de árvores, com as canoas **abicadas** em terra [...] (CV, p. 359, l. 485).

Em **abicando** as canoas à terra [...] (CV, p. 361, l. 562).

[...] se começaram a **arrastar** as canoas por um despenhadeiro de água [...] (CV, p. 363, l. 643).

[...] e, puxando por elas uns índios e **arrastando** outros a canoa [...] (CV, p. 363, l. 644).

[...] e outra banda do rio, pelo meio do qual **atravessaram** oito dias inteiros [...] (CV, p. 397, l. 560).

[...] vieram todos pela mesma ordem **abraçar** aos padres [...] (CV, p. 543, l. 476).

#### **Espaço:** separação, afastamento

[...] que depois de semelhantes jornadas muitas vezes se **apartam** delas [...] (CV, p. 301, l. 149).

[...] e **apartando-nos** nós tão obrigados deles como eles edificados dos nossos padres que ali estiveram [...] (CV, p. 312, l. 175).

[...] e logo partiu para o Pará, quando dele me **apartei** [...] (CV, p. 316, l. 190).

Era em papel **apartado**, para que pudessem usar dele ou não, como lhes parecesse (CV, p. 322, l. 353).

[...] não só nestas terras e nas vizinhas, mas em outras mui **apartadas** e remotas [...] (CV, p. 437, l. 229).

[...] foi a desordem de um se **apartar** do outro [...] (CV, p. 461, l. 466).

[...] pois já ficam os padres juntos; nem se **apartarão** outra vez [...] (CV, p. 461, l. 169).



**Qualidade:** estado ou mudança de estado, mudança de situação

[...] de quem pude tomar lições, e me **aproveitou** muito com seu fervor e exemplo (CV, p. 263, l. 5).

[...] sem ela me **aproveitam** pouco os curas [...] (CV, p. 299, l. 72).

[...] só a esta parece que Deus graça de **aproveitar** aos próximos. (CV, p. 292, l. 22).

[...] que se não **aproveitasse** daquela ocasião [...] (CV, p. 312, l. 145).

[...] **Aproveitou-se** da ocasião o demônio, e pôs na língua, não se sabe de quem (CV, p. 321, p. 313).

[...] **aproveitando-nos** da enchente que só até aqui nos acompanhou [...] (CV, p. 355, l. 371).

[...] e **aproveitar-se**, segundo dizem, de seus trabalhos [...] (CV, p. 380, l. 329).

[...] e se queria **aproveitar** deles, como **aproveita** [...] (CV, p. 407, l. 51).

[...] foi porque o não quis **aproveitar** quem tinha obrigação disso [...] (CV, p. 408, l. 73).

[...] e pode ser que mais **aproveite** à missão esta resolução [...] (CV, p. 426, l. 21).

[...] sem **aproveitarem** as ordens e censuras dos prelados [...] (CV, p. 439, l. 21).

[...] e, não **aproveitando** nenhum meio suave [...] (CV, p. 563, l. 67).

[...] os quais ambos me disseram que não **aprovavam** a minha resolução [...] (CV, p. 273, l. 204).

[...] **aprovando-o** primeiro os padres que forem à dita missão [...] (CV, p. 301, l. 127).

**Aprovou-se** o meu parecer, e quiseram que eu fosse o que o prosseguisse (CV, p. 319, l. 251).

[...] onde todos **aprovaram** o que estava feito, menos o povo [...] (CV, p. 319, l. 268).

[...] feita esta resposta, e **aprovada** por todos os padres [...] (CV, p. 322, l. 349).

[...] e por uma tão segura e **aprovada** como a devoção da Virgem [...] (CV, p. 338, l. 788).

[...] V. Rev<sup>a</sup> nos queria **aprovar** e confirmar com sua autoridade [...] (CV, p. 375, l. 152).

[...] não só **aprovado** pelos mesmos procuradores, senão ajustado com eles [...] (CV, p. 435, l. 174).

[...] e que só os missionários pudessem examinar e **aprovar** os escravos em suas próprias terras [...] (CV, p. 531, l. 87).

[...] Ao **amanhecer**, íamos já navegando por S. Gião fora [...] (CV, p. 274, l. 236).

[...] mas à noite, recado que nos fôssemos embarcar em **amanhecendo** (CV, p. 283, l. 24).

[...] e ao **amanhecer** nos achamos sós (CV, p. 308, l. 302).

[...] Fomos ao **amanhecer** e achamos o governador ocupado com o regimento que já se estava copiando [...] (CV, p. 349, l. 177).

[...] porque toda a que antes de **amanhecer** não alcançou o rio [...] (CV, p. 355, l. 388).

**Amanheceu** o dia 24 véspera de Natal [...] (CV, p. 563, l. 626).

[...] de sorte que, ao **amanhecer**, o sol é quase pela proa [...] (CV, p. 365, l. 707).

[...] Na véspera da partida fui avisar a S. M. e a V. A. da brevidade com que se **apressava** [...] (CV, p. 282, l. 19).

[...] o que não atrevi até agora, por me não **apressar** [...] (CV, p. 429, l. 27).

E, com eu ser tão **apaixonado** pelo Maranhão [...] (CV, p. 288, l. 673).

[...] que os da mesma profissão sejam de ordinário os mais **apaixonados** contra nós [...] (CV, p. 321, l. 322).

[...] nos lugares que parecerem mais **acomodados**, haver uma pessoa eclesiástica [...] (CV, p. 298, l. 44).

[...] e para os lugares que fosse **acomodados** (CV, p. 346, l. 104).

[...] como tão práticos na língua da terra, eram mais **acomodados** para empresa [...] (CV, p. 371, l. 29).

[...] nos lugares que fossem mais **acomodados** à sua conversação [...] (CV, p. 408, l. 96).

[...] se porão nos lugares que forem mais **acomodados** e necessários [...] (CV, p. 419, l. 167).

[...] e se **acomodarão** ao que se tem ordenado (CV, p. 436, l. 185).

[...] que se possa **acomodar** a El-Rei D. Sebastião [...] (CV, p. 517, l. 149).

[...] em tudo nos desejamos **acomodar** [...] (CV, p. 560, l. 106).

[...] são homens religiosos de vida e doutrina pouco **ajustada** (CV, p. 298, l. 52).

[...] pelo bem da paz, se quisessem compor e **ajustar** entre si (CV, p. 318, l. 240).

[...] e ficamos em que pela manhã iríamos todos a **ajustar** tudo. (CV, p. 349, l. 176).

[...] aonde tínhamos **ajustado** de nos ajuntar todos (CV, p. 353, l. 311).

[...] para que com todos se **ajustasse** o que era necessário [...] (CV, p. 371, l. 53).

[...] com dependências de **ajustar** caminhos e marés [...] (CV, p. 387, l. 367).

Fez-se este **ajustamento** no primeiro de março de 1653 [...] (CV, p. 406, l. 38).

[...] o retrato menos **ajustado** nesta parte (CV, p. 516, l. 1467).

[...] parece-me muito bem que nos **ajustemos** como desejais [...] (CV, p. 555, l. 12).

[...] não só aprovado pelos mesmos procuradores, senão **ajustado** com eles [...] (CV, p. 435, l. 174).

[...] foi **ajustado** com os dois procuradores do Maranhão [...] (CV, p. 448, l. 165).

[...] e quanto Portugal mais se **ajustar** [...] (CV, p. 452, l. 268).

[...] servimos mais que ele a nós, porque **adoeceu** duas vezes [...] (CV p. 310, l. 94).

[...] a peste foi tal que nenhum ficou que não **adoecesse** mortalmente (CV, p. 394, l. 758).

[...] por serem muitos os baixos e todos **alagados**. (CV, p. 315, l. 240).

[...] àquele porto com a canoa **alagada** (CV, p. 351, l. 242).

[...] quis Deus que ele se **alagasse** e ficasse na aldeia, e que não chegássemos a ela [...] (CV, p. 352, l. 279).

[...] para que com isso se moderasse também e **aquietasse** o povo (CV, p. 323, l. 374).

[...] e tão interessados, **anoitecemos** amados, respeitados, louvados e seguidos dos mesmos [...] (CV, p. 331, l. 614).

[...] e, posto que estranharam a aguardente, que é o vinho da cana, que cá se usa, eles nos prometeram com muita graça que se iriam **acostumando**, e nós o cremos (CV, p. 345, l. 43).

O governador despachou logo ordens a todas as aldeias para que **aprestassem** as mais cousas e mantimentos que fosse possível [...] (CV, p. 345, l. 45).

[...] e que ou viesse logo a **aprestar-se** com o padre ou me avisasse do que lhe parecesse necessário [...] (CV, p. 345, l. 57).

[...] fica-se **aprestando** para partir [...] (CV, p. 347, l.115).

[...] e nos pareceu que não estavam **aviadas** as cousas para tanta pressa [...] (CV, p. 348, l. 167).

[...] Na quarta-feira fomos **alojar** na aldeia última [...] (CV, p. 354, l. 26).

[...] estando nós **alojados** num assento sobre o rio [...] (CV, p. 358, l. 484).

[...] e, lançando as contas ao que poderia **alojar** entre grandes e pequenos [...] (CV, p. 397, l. 852).

[...] Deus fez habitável a zona tórrida, a mais **abrasada** da qual são estas partes em que vivemos (CV, p. 374, l. 124).

[...] e em **adocendo** algum índio [...] (CV, p. 385, l. 477).

[...] quando deu com uma velha decrépita, quase **amortalhada** na sua rede (CV, p. 386, l. 511).

[...] fez-nos Deus mercê que nos não **apressássemos** [...] (CV, p. 391, l. 676).

É isto um inverno **abreviado**, e é necessários serem os homens tão santos como os do céu [...] (CV, p. 441, l. 1).

[...] e a mão de Deus não é **abreviada** (CS, p. 463, l. 246).

[...] a **apaziguar** certa rebelião dos índios, como em efeito **apaziguou** [...] (CV, p. 457, l. 36).

Erguer-se-á grã tormenta do que intenta, que logo será **amansada** [...] (CV, p. 471, l. 87).

[...] e achei muitas pinturas, e o sonho **afigurado** [...] (CV, p. 496, l. 856).

[...] não chegam a **aperfeiçoar** este número de dez [...] (CV, p. 521, l. 1621).

Cresceu e minguou a luz **aprazada** e entrou outra de novo [...] (CV, p. 538, l. 293).

### **Qualidade:** adição, acréscimo

[...] que os **aconselhavam** a não irem à missão [...] (CV, p. 268, l. 69).

E, como reparo dos padres, que me **aconselhavam** [...] (CV, p. 274, l. 212).

[...] depois de **aconselhados**, quanto ao foro exterior [...] (CV, p. 332, l. 657).

[...] alguns me **aconselhavam** [...] (CV, p. 371, l. 49).

[...] Senhor, se alguém pedir ou **aconselhar** a V. M. maiores larguezas [...] (CV, p. 450, l. 223).

[...] **acrescem** mais os cinqüenta mil réis do meu ordenado [...] (CV, p. 270, l. 122).

[...] **Acrescenta-se** a esta grande falta de sacerdotes serem, pela maior parte, os que há homens de poucas letras e menos zelo de almas [...] (CV, p. 297, l. 33).

[...] empregando-se tudo aqui nos gêneros mais necessários ao Maranhão, sempre virá a chegar lá muito **acrescentado**. (CV, p. 271, l. 128).

[...] como tem prometido, **acrescentará** mais renda [...] (CV, p. 271, l. 134).

[...] o qual esperamos muito inteiro, e antes **acrescentado** que **diminuído** [...] (CS, p. 280, l. 413).

[...] e que também nos daria mais com que **acrescentar** a nossa aldeia do Maranhão [...] (CS, p. 346, l. 73).

[...] e o capitão-mor **acrescentou** de boca ao cabo que em tudo servisse e obedecesse aos padres [...] (CV, p. 350, l. 227).

[...] abertas pela proa e pela popa e **acrescentadas** pela borda com falcas [...] (CV, p. 360, l. 521).

[...] **acrescenta** que viu o lugar onde foram mortos [...] (CV, p. 379, l. 376).

Mas dá-nos Deus e **acrescenta-nos** as forças [...] (CV, p. 389, l. 623).

[...] **acrescentando** outro maior absurdo [...] (CV, p. 457, l. 51).

[...] que se lhe **acrescentem** outros dois [...] (CV, p. 463, l. 247).

[...] lhe peçamos que nos **acrescente** a renda (CV, p. 463, l. 254).

[...] e nesta mudança ou **acrescentamento** de nome (que bem pode El-Rei **acrescentar** o nome de Fernando ao nome de João) [...] (CV, p. 490, l. 643, 644).

[...] traz consigo a natureza dos que **acrescenta** a malícia [...] (CV, p. 529, l. 43).

[...] para seus **acrescentamentos**, quanto ele o houvera mister [...] (CV, p. 552, l. 45).

[...] os de soldados que lá se **alistarem**. (CV, p. 293, l. 61).

[...] em que **aconselhava** ao governador que àquelas quatro aldeias rebeldes se lhes fosse logo lhe dar guerra [...] (CV, p. 344, l. 28).

[...] assim pelo mal **acreditado** que está de doentio [...] (CV, p. 285, l. 15).

[...] porque os portugueses, e a fé que pegam, estão tão pouco **acreditada** nos sertões (CV, p. 353, l. 309)!

[...] com este recado **ajuntou** que lhe mandaria um pouco de farinha [...] (CV, p. 382, l. 402).

A esta lição **ajuntamos** outra de casos de consciência [...] (CV, p. 217, l. 208).

[...] há pessoas eclesiásticas que pregam e **apregoam** o contrário [...] (CV, p. 447, l. 128).

[...] principalmente em tempo que temos guerras **apregoadas** com os holandeses [...] (CV, p. 460, l. 134).

[...] com as novas da guerra **apregoada** com os holandeses [...] (CV, p. 536, l. 248).

[...] deve mandar **agradecer** e premiar [...] (CV, p. 550, l. 38).

**Qualidade:** aproximação, situação próximo a (espaço abstrato)

[...] também me parecia que, quanto eu mais a **arriscasse** e perdesse pelo serviço de Deus [...] (CV 274, l. 214).

[...] fora cousa infinita e ainda **arriscada** [...] (CV, p. 336, l. 723).

[...] e quanto mais se desviar dele, tanto mais duvidosa e **arriscada** (CV, p. 452, l. 270).

[...] depois de **arriscarem** não menos que as vidas [...] (CV, p. 460, l. 138).

[...] quem tantas vidas **arriscou** a vida às tempestades [...] (CV, p. 464, l. 71).

[...] os meios desta proposição da paz pareciam igualmente **arriscados** [...] (CV, p. 537, l. 270).

[...] se tinha **arriscado** às ondas do mal alto [...] (CV, p. 538, l. 310).

[...] em que o menos que se **arrisca** é o Estado [...] (CV, p. 567, l. 199).

[...] espero que hão-de **abraçar** esta empresa com tanto affecto e resolução [...] (CV, p. 288, l. 98).

[...] e outros instrumentos, **acompanhados** de um grito contínuo de infinitas vozes [...] (CV, p. 544, l. 492).

[...] com esta esperança de conversão de almas, **ajuntaram** os padres algumas dificuldades [...] (CV, p. 456, l. 21).

Assim, que as necessidades que se **apontam** têm também outras causas [...] (CV, p. 557, l. 36).

**Qualidade:** indicação, recomendação

O remédio consiste na execução de todos os remédios que até aqui se têm **apontado** (CV, p. 303, l. 208).

O matador está no Pará, e se **aponta** com o dedo [...] (CV, p. 394, l. 750).

[...] e nos casos que adiante se **apontam** [...] (CV, p. 394, l. 755).

[...] há muitas e mui forçosas razões que **apontar** aqui [...] (CV, p. 435, l. 161).

E, vindo o remédio, que se **aponta**, dos escravos [...] (CV, p. 558, l. 41).

[...] e juntamente que **apontasse** os remédios com que se lhe podia acudir (CV, p. 562, l. 39).

[...] com alguma dúvida na mesma fidelidade do marquês, que nesse lugar **abonava** (CV, p. 475, l. 202).

Elemento protético (não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente)

[...] se naquela última noite se fizesse à vela, fingindo que lhe **arrebentara** a amarra [...] (CV, p. 314, l. 322).

[...] não pode rodear a ilha nem **acometer** a barra [...] (CV, p. 314, l. 239).

[...] mui sisudo que **arrepelará** o gato [...] (CV, p. 474, l. 173).

[...] em que o gato está como duvidando se **arremeterá** ou não [...] (CV, p. 477, l. 245).

[...] e nunca ser **acometido** juntos [...] (CV, p. 535, l. 228).

**Qualidade:** confronto, hostilidade

[...] contra os quais **arremeteu** o povo, querendo-os matar pos nos haverem trazido (CV, p. 322, l. 364).

[...] sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães e outros nomes muito mais **afrontosos** [...] (CV, p. 361, l. 583).

[...] são os que nos perseguem e **afrontam** [...] (CV, p. 437, l. 219).

[...] **afrontados** de todos, como são os que nesta missão servimos [...] (CV, p. 437, l. 213).

[...] só os que salvam estas almas são **afrontados** [...] (CV, p. 451, l. 248).

[...] e outras muitas **afrontas** contra a pureza e a generosidade [...] (CV, p. 462, l. 214).

Enfim, que se lá nos **afrontam** os grandes, cá **afrontam-nos** os pequenos [...] (CV, p. 527, l. 11 e 12).

[...] com outras **afrontas** e violências indignas [...] (CV, p. 560, l. 4).

[...] somos **afrontados**, presos e lançados fora dele [...] (CV, p. 564, l. 99).

Que herege, que turco, que cristão, nos não havia de **apedrejar** (CV, p. 442, l. 23).

A todos **assombrará**, correrá e morderá (CV, p. 487, l. 540).

[...] seus brados serão ouvidos, e a todos **assombrará** [...] (CV, p. 513, l. 1377).

[...] e que **assombrará** a todos [...] (CV, p. 513, l. 1389).

[...] não pode haver cousa que mais **assombre** o mundo [...] (CV, p. 513, l. 1389).

[...] com **assombro** de todas as gentes [...] (CV, p. 523, l. 1681).

[...] a estes **atira** pedrada o Bandarra [...] (CV, p. 503, l. 1071).

[...] e não se **amotinando** por isso a aldeia [...] (CV, p. 563, l. 74).

**Qualidade:** ação de tornar conhecido

[...] o governo da dita missão se tem **apresentado** a V. M. algumas queixas [...] (CV, p. 453, l. 197).

#### CARTAS SETECENTISTAS (séc. XVIII)

**Espaço:** aproximação, situação próxima a, ir junto a

[...] ainda sem as guias que o diviaõ **acompanhar** [...] (CS, p. 77, l. 14).

[...] e como só **acompanharão** a carta de vossa excelência [...] (CS, p. 99, l. 12).

**Acompanha** esta a carta que acabo de receber [...] (CS, p. 107, l. 3).

[...] para eu o **acompanhar** com este officio a Vossa Excelência [...] (CS, p. 123, l. 5).

[...] que **acompanhou** um desertor [...] (CS, p. 123, l. 17).

[...] e darem entrada no celeiro público, **acompanhando** ele meirinho a esquadra [...] (CS, p. 128, l. 14).

[...] Felipe Vieira de Santana, que **acompanha** os mais recrutas que nesta ocasião remeto [...] (CS, p. 131, l. 3).

[...] para os seus engenhos **acompanhados** de seus escravos [...] (CS, p. 169, l. 28).

Serve esta de **acompanhar** outros tocanos; pássaros na sua espécie muito agradáveis [...] (CS, p. 205, l. 3).

[...] as pessoas constantes de lista, que **acompanha** esta [...] (CS, p. 207, l. 10).

[...] e a guia, que os **acompanhava** [...] (CS, p. 209, l. 10).

[...] não **amontoando** oficiais e trabalhadores [...] (CS, p. 86, l. 7).

[...] com espingardas, facas de **arrasto** e facas de ponta, botado a valentes [...] (CS, p. 222, l. 35).



**Qualidade:** indicação, recomendação

[...] que lhe deram **abonações** dignas da maior atenção (CS, p. 51, l. 7).

[...] caso seja certa a lei **apontada**, expedir para este juízo as ordens necessárias [...] (CS, p. 212, l. 32).

**Qualidade:** adição, acréscimo

[...] que resultará a alteração do **avantajozo** preço da atual administração [...] (CS, p. 55, l. 6).

**Qualidade:** estado ou mudança de estado, mudança de situação

[...] Vossa Excelência o manda **avaliar**, conforme ao que merecer [...] (CS, p. 90, l. 6).

[...] com certeza os poder **avaliar** como assim me ordena [...] (CS, p. 187, l. 8).

[...] pois os certos e regulares pagamentos **avivão** e aumentão o serviço [...] (CS, p. 97, l. 4).

[...] Meirinho lhe há de **aprontar** na forma seguinte [...] (CS, p. 127, l. 38).

[...] ele se fica **aprontando** para ir com brevidade à presença de Vossa Excelência [...] (CS, p. 130, l. 40).

[...] fico-me **aprontando** para passar aquela vila [...] (CS, p. 186, l. 8).

[...] e a João Rijo aos quaes todos já achei mais **acomodados** [...] (CS, p. 139, l. 21).

[...] com efeito o mastro de fragata **alinhado** e inteirisso [...] (CS, p. 211, l. 4).

[...] trabalhadores, que **adoecem** de sezoens, em cujo número já se conta o mestre José Domingues [...] (CS, p. 211, l. 10).

**Qualidade:** confronto, hostilidade

[...] e as perguntas e **acareações** feitas com os réus presos [...] (CS, p. 107, l. 26).

**Qualidade:** adição, acréscimo

[...] e a glória de **agradar** a Vossa Excelência [...] (CS, p. 103, l. 106).

[...] **aconselham** aos juízes e publicam que a minha jurisdição é somente restrita a despachar [...] (CS, p. 173, l. 28).

[...] **aconselhando-o** a que prendesse os homens [...] (CS, p. 176, l. 19).

[...] **abençoando** a poderosa mão donde lhe procede a sua felicidade [...] (CS, p. 203, l. 28).

**Qualidade:** ação de tornar conhecido

[...] se me **apresentou** Miguel de Santana, soldado dezertor [...] (CS, p. 124, l. 3).

O Furriel Antônio José de barbuda o **apresentara** (CS, p. 124, l. 11).

[...] em atenção a **apresentar-se** sexta-feira santa (CS, p. 124, l. 18).

[...] obriguem os escrivãos a me **apresentarem** suas provisões [...] (CS, p. 174, l. 61).

[...] Certifico e faço certo aos que for **apresentada** que revendo os interrogatórios da devaça [...] (CS, p. 217, l. 6).

**Qualidade:** relação de proximidade, parentesco

[...] por ordem minha lhe prendeu o **afilhado** Manoel Soares [...] (CS, p. 132, l. 18).

[...] Porei à suplicante os procedimentos do **afilhado** [...] (CS, p. 132, l. 21).

**Elemento protético**

[...] não tiveram efeito ofensivo, por **arrebentar** uma pela demasiada carga [...] (CS, p. 214, l. 14).

**ANTE- DO LATIM ANTE**

## CARTAS DE VIEIRA (SÉC. XVII)

**Tempo:** anterioridade

E todas conheceu e **anteviu** Bandarra, com tanta individuação de tempos, lugares, nomes [...] (CV, p. 481, l. 376).

**Qualidade:** anterioridade, primazia

[...] foi o mestre tão honrado que **antepôs** a fé e respeito [...] (CV, p. 314, l. 226).

Vai tratando o Bandarra das armas de Portugal e chagas de Cristo, e, depois de as **antepor** às armas de todos os reinos, diz assim no sonho primeiro [...] (CV, p. 501, l. 1011).

## CARTAS SETECENTISTAS (SÉC. XVIII)

**Qualidade:** tempo

[...] ponderando nós e **antevendo** os graves inconvenientes [...] (CS, p. 37, p. 9).

**COM- DO LATIM CUM**

## CARTAS DE VIEIRA (SÉC. XVII)

**Espaço:** companhia

Muito estimara eu que meu **condiscípulo** do curso [...] (CV, p. 279, l. 361).

**Qualidade:** concordância, harmonia, junção

[...] levaram estes religiosos consigo mas de cem índios libertados, dos que os portugueses tinham cativado no rio das Amazonas, sendo amigos e **confederados** nossos [...] (CV, p. 431, l. 27).

## CARTAS SETECENTISTAS (SÉC. XVIII)

### **Qualidade:** modo

[...] com vozes tão altas e **desconcentradas**, que se fez escandalozo em toda a vila [...] (CS, p. 169, l. 22).

### **Qualidade:** concordância, harmonia, junção

[...] com falsa narrativa cumulos e **confederados** Miguel de Sá com Sebastião Francisco [...] (CS, p. 197, l. 14).

[...] aqueles mesmos que, **confederados** pretendem que o dito juiz faça a nova eleição [...] (CS, p. 197, l. 32).

## CONTRA- DO LATIM *CONTRA*

## CARTAS DE VIEIRA (SÉC. XVIII)

### **Qualidade:** oposição, incoerência

[...] e seria um seminário de ódios e **contradições** [...] (CV, p. 278, l. 334).

[...] todos se conformaram conosco, sem haver palavra de **contradição** ou discórdia [...] (CV, p. 329, l. 568).

[...] e não só índios, senão nações inteiras, sem haver quem o **contradiga**, nem se queixe [...] (CV, p. 330, l. 578).

[...] com os exemplos das **contradições** que padeceram os apóstolos [...] (CV, p. 367, l. 770).

[...] Mas, como o demônio sente tanto ver-se lançar deste seu império, em que tantos anos tem respirado sem **contradição** [...] (CV, p. 370, l. 6).

[...] que os prelados das religiões sejam tais que as façam guardar a seus religiosos, nem consintam que de público ou secreto as **contradigam** [...] (CV, p. 452, l. 288).

[...] em que dava conta a V. M. das **contradições** que tinha neste Estado a propagação da fé [...] (CV, p. 562, l. 34).

## CARTAS SETECENTISTAS (SÉC. XVIII)

**Qualidade:** oposição, incoerência

[...] e pretende **contra**vertê-lo com falsidades [...] (CS, p. 81, l. 24).

[...] por hora só encontro a **contrad**icção dos muitos trabalhadores, que adoecem de sezoens [...] (CS, p. 211, l. 9).

**DE- DO LATIM DE**

## CARTAS DE VIEIRA (SÉC. XVII)

Não foram registradas ocorrências

## CARTAS SETECENTISTAS (SÉC. XVIII)

**Espaço:** separação

[...] que se execute a **dem**arcação geral ordenada por Vossa Excelência [...] (CS, p. 101, l. 8).

Qualidade: privação, hostilidade

[...] e, aliciando-a com promessas de duzentos mil réis, obrigou-a a publicar que o dito escrivão a tinha **de**florado [...] (CS, p. 170, l. 37).

[...] que manda devassar pelo crime de rapto, sedução, aliciação, solicitação e **de**floramento [...] (CS, p. 170, l. 65).

[...] **de**negando Vossa Excelência e senhorias ao tal provido provisão para continuar na dita serventia [...] (CS, p. 38, l. 27).

**EM- DO LATIM IN**

## CARTAS DE VIEIRA (SÉC. XVIII)

**Espaço:** movimento para dentro

[...] e os missionários se foram **embarcar** todos [...] (CV, p. 271, l. 147).

[...] os capitães-mores do Maranhão e Pará não estavam **embarcados** pela mesma causa [...] (CV, p. 272, l. 158).

[...] se mandou aos capitães-mores que aquela noite se **embarcassem** (CV, p. 272, l. 160).

[...] nos tornamos para casa, o padre Francisco Ribeiro e eu, deixando os demais **embarcados** [...] (CV, p. 272, l. 163).

[...] em me saí e me fui **embarcar** a toda a pressa [...] (CV, p. 272, l. 171).

[...] chegou à caravela do Maranhão, em que se **embarca** conosco [...] (CV, p. 280, l. 404).

[...] tais que não fui eu o que me **embarquei**, senão elas as que me levaram (CV, p. 282, l. 9).

[...] fi-lo eu assim, procedendo em tudo como quem se **embarcava** (CV, p. 282, l. 17).

[...] os mares muito grossos, a **embarcação** pequena (CV, p. 308, l. 43).

Queixou-se de que os padres se **embarcassem** sem sua licença [...] (CV, p. 326, l. 454).

[...] que nos serviram de âncoras e amarras, que estas **embarcações** não trazem outras (CV, p. 351, l. 256).

[...] quando vêm **desembarcar** nestas praias [...] (CV, p. 356, l. 412).

[...] em **embarcações** calafetadas, breadas, toldadas, velejadas e não providas de bastimentos [...] (CV, p. 360, l. 531).

[...] são tão leves que pouco peso fazem à **embarcação** [...] (CV, p. 360, l. 541).

[...] a fabricar **embarcações** para navegarem [...] (CV, p. 395, l. 789).

[...] deste castigo foi **embarcarem-s** logo alguns [...] (CV, p. 399, l. 925).

Indo-me já **embarcar**, veio ter comigo o vigário-geral [...] (CV, p. 410, l. 168).

[...] antes de me **embarcar** para o Maranhão [...] (CV, p. 425, l.2).

[...] se **embarcou** logo para esta capitania do Pará [...] (CV, p. 429, l. 14).

[...] se deviam perder no naufrágio desta última **embarcação** [...] (CV, p. 443, l. 18).

[...] e para os caminhos, **embarcação** e remeiros, afora todos os outros serviços domésticos (CV, p. 557, l. 21).

[...] indo **embarcado** para o Reino no navio em que iam as ditas cartas [...] (CV, p. 562, l. 42).

[...] que o havia de mandar **enforçar** se no seu navio fosse o Padre Antônio Vieira (CV, p. 272, l. 181).

[...] mas **encalhadas** as canoas com as popas em terra [...] (CV, p. 363, l. 617).

[...] já fincando-se sobre umas pedras, já **encalhando-se** e já virando-se em outras [...] (CV, p. 364, l. 651).

[...] **enfiando** a água com toda a força dos ventos [...] (CV, p. 363, l. 632).

[...] rio Pinaré, que é um dos muitos que **desembocam** neste Maranhão [...] (CV, p. 380, l. 321).

[...] tomaram de carreira para o norte e nordeste, a **desembocar** no mar [...] (CV, p. 397, l. 834).

#### **Espaço:** localização

[...] e **encostadas** a elas se começaram a arrastar as canoas por um despenhadeiro de água [...] (CV, p. 363, l. 641).

#### **Espaço:** cobertura, ocultação

O modo de criação é **enterrarem** os ovos, que cada uma põe em número de oitenta até cem, e cobertos com a mesma areia os deixam ao sol e à natureza [...] (CV, p. 355, l. 382).

[...] os índios se **enterram** na areia até a cabeça, para poderem sossegar [...] (CV, p. 384, l. 449).

[...] e os que restavam mais pareciam **desenterrados** vivos (CV, p. 394, l. 770).

[...] e estas velas, que se **enrolam** com a mesma facilidade de uma esteira [...] (CV, p. 361, l. 552).

[...] e entregar-se-á forçada, **envolta** na sua faixa (CV, p. 386, l. 535).

**Qualidade:** cobertura, ocultação

[...] com esta dissimulação se **encobriam** melhor os meus intentos [...] (CV, p. 272, l. 164).

[...] segundo a relação dos que menos querem **encobrir** a fealdade do feito [...] (CV, p. 393, l. 734).

Demonstra que vai ferido desse bom rei **encoberto** (CV, p. 488, l. 585).

[...] aquela tradição que diz que o “**encoberto** terá o nome de ferro” [...] (CV, p. 490, l. 646).

[...] este rei é um bom rei **encoberto** [...] (CV, p. 506, l. 1173).

[...] e qualidades de bom rei, que até agora estiveram **encobertas** e depois se descobriram [...] (CV, p. 506, l. 1175).

**Qualidade:** provimento (lugar abstrato)

[...] lhe quiseram **encarregar** o ofício de pai dos cristãos [...] (CV, p. 277, l. 319).

[...] que por provisão antiga estava **encarregado** ao Padre Luís Figueira (CV, p. 278, l. 334).

Vim com as ordens de V. M., em que tanto me **encarregou** a conservação destas gentilidades [...] (CV, p. 406, l. 26).

[...] sem nenhum **encargo** de consciência [...] (CV, p. 300, l. 113).

[...] finalmente ficarão **desencarregadas** as consciências de quantos nelas têm parte [...] (CV, p. 422 l. 234).

Cá tive a notícia que V. M. **encarregara** a conversão de Cabo Verde e Costa da Guiné aos padres capuchinhos de Itália [...] (CV, p. 422, l. 253).

[...] pelo que toca às missões que V. M. tem **encarregado** à companhia [...] (CV, p. 427, l. 81).

[...] tanto **encarrega** aos governadores e eles ordinariamente tão mal observam [...] (CV, p. 427, l. 18).

**Qualidade:** mudança de estado ou de situação

[...] não serviria esse ofício mais que de **embarço** e impedimento a outros maiores serviços de Deus (CV, p. 278, l. 334).

[...] não podíamos servir aos companheiros mais que de **embarços** [...] (CV, p. 308, l. 299).

[...] se costumam perturbar os povos e **embaraçar** as consciências [...] (CV, p. 319, l. 274).

[...] com que o demônio os ata e **embaraça** neste Estado [...] (CV, p. 325, l. 449).



[...] as consciências que com erros e **embaraços** de muitos anos se encaminharam [...] (CV, p. 336, l. 723).

E, como esta gente não tem os vícios, nem os **embaraços** de consciência [...] (CV, p. 385, l. 482).

[...] tirar este **embaraço** tão custoso ao Estado [...] (CV, p. 535, l. 207).

[...] e assim não **encarecemos** mais esta matéria [...] (CV, p. 279, l. 385).

[...] não **encareço** este negócio, que é o único que hoje tenho no mundo [...] (CV, p. 284, l. 70).

[...] e sobre este particular escrevi uma carta **encarecida** [...] (CV, p. 313, l. 207).

[...] fica aquém da verdade, por mais que pareça **encarecimento** [...] (CV, p. 287, l. 52).

[...] facilitando a execução e **encarecendo** a conveniência delas [...] (CV, p. 528, l. 511).

[...] o trabalho sem **encarecimento** é maior que as forças humanas [...] (CV, p. 529, l. 27).

Eu quis representar com todo o **encarecimento** a S. M. [...] (CV, p. 551, l. 9).

[...] com a qual nos assistiu, **encaminhou** e superintendeu a tudo [...] (CV, p. 281, l. 431).

[...] as consciências que com erros e embaraços de muitos anos se **encaminharam** [...] (CV, p. 336, l. 723).

[...] receitei e **engrandeci** quanto pude a grande obrigação [...] (CV, p. 312, l. 165).

[...] a largura do rio, quase a mesma, mas menos limpa, por estar todo ele **embicado** de pedras [...] (CV, p. 365, l. 705).

[...] respondeu a todas as perguntas do catecismo, com tanta facilidade, confiança e graça que a todos **encheu** de espanto [...] (CV, p. 383, l. 420).

[...] há de estar **Bandarra** corrido e **envergonhado** na opinião de muitos [...] (CV, p. 483, l. 438).

[...] em um cavalo **enfreado** e não selado [...] (CV, p. 485, l. 481).

[...] e, para **encurtar** argumentos e fechar este discurso [...] (CV, p. 504, l. 109).

[...] e, se os cabelos **embranquecem** na sepultura [...] (CV, p. 516, l. 1460).

[...] tanto vai **engrossando** e crescendo nos povos, nações e províncias que ganha e adquire na América (CV, p. 528, l. 17).

**Qualidade:** movimento em direção a, destinação

[...] tendo Portugal obrigação de justiça de as **encaminhar** para o Céu, que vingança pedirão a Deus (CV, p. 451, l. 246)?

#### CARTAS SETECENTISTAS (SÉC. XVIII)

**Espaço:** movimento para dentro

[...] não pude executar a ordem por respeito das **embarcações** por não poderem sair senão em cabeças d'água [...] (CS, p. 44, l. 3).

[...] achavam nas trilhas, e **embarcadas** nas ditas lanchas [...] (CS, p. 44, l. 5).

[...] nos três portos de **embarque** de farinhas inspetores [...] (CS, p. 45, l. 22).

[...] mas também expedissem as **embarcações**, registrando-as estas [...] (CS, p. 45, l. 24).

[...] para o celeiro público dessa cidade transportarem as **embarcações** do giro [...] (CS, p. 45, l. 29).

[...] e como o suplicante estava muito longe procurou este porto para **embarcar** nele [...] (CS, p. 73, l. 7).

[...] lote degado, tinha **embarcado** e vendido para outras partes a maior quantidade do mesmo gado [...] (CS, p. 75, l. 11).

[...] que ele **embarcasse** no porto do Ruzario [...] (CS, p. 78, l. 8).

[...] por não acharem **embarcação** no dito porto, se resolveram a **embarcar** nesse porto [...] (CS, p. 78, l. 10).

[...] devem ter a farinha pronta para se **embarcar** na lancha [...] (CS, p. 127, l. 7).

[...] por razão desta **embarcação** a partir [...] (CS, p. 160, l. 14).

[...] o **embarcou** para o seu engenho acompanhado de seus escravos armados [...] (CS, p. 169, l. 28).

[...] de aparecerem algumas **embarcações** francesas [...] (CS, p. 183, l. 25).

[...] não fosse marinheiro na **embarcação** [...] (CS, p. 184, l. 11).

**Espaço:** movimento em direção a, destinação

[...] o mandei retirar e se **encaminha** a curar-se do que muito necessita [...] (CS, p. 117, l. 6).

[...] a cadeia se achasse arruinada em capas de ser exemplar por ser coberta de palha, por lhe terem **desencaminhado** a telha [...] (CS, p. 165, l. 119).

**Espaço:** localização

[...] com vacas e bois alheios amarrados e **enrabado** ao rabo de um cavalo [...] (CS, p. 225, l. 164).

**Espaço:** cobertura, ocultação

[...] além de outras que levava **empalhadas** [...] (CS, p. 225, l. 165).

**Qualidade:** provimento (lugar abstrato)

[...] de bom procedimento, **encarregado** de obrigações [...] (CS, p. 39, l. 6).

[...] no tempo presente **encarregado** por mim da feitura dos pranxoens e vinháticos para a real fragata [...] (CS, p. 83, l. 25).

[...] deixar **encarregada** a administração dos cortes a pessoas de confiança [...] (CS, p. 86, l. 16).

[...] **encarreguei** ao tenente coronel Francisco Félix da factura da dita mastreação [...] (CS, p. 94, l. 5).

[...] não **encarregara** desta comissão [...] (CS, p. 132, l. 14).

**Qualidade:** mudança de estado ou de situação

[...] para que **desembaraçado** desta comissão possa executar esta diligência [...] (CS, p. 99, l. 21).

[...] nestas circunstâncias me vejo **embaraçado** para passar ao Rio das Contas [...] (CS, p. 103, l. 33).

[...] os ventos contrários têm **embaraçado** a viagem [...] (CS, p. 158, l. 6).

[...] **embaraçando-se** com toda a governança desta vila [...] (CS, p. 161, l. 40).

[...] ou razão alguma, que haja de **embaraçar** a sua ordem [...] (CS, p. 181, l. 6).

[...] cuja viagem me deixa **embaraçado** nas diligencia de que estou incumbido [...] (CS, p. 199, l. 6).

[...] se **enfureceu** o juiz que respondeu ao dito depositário [...] (CS, p. 170, l. 58).

[...] com armas de fogo, facas de ponta e facas de rasto **entimidando** aquelles moradores [...] (CS, p. 228, l. 251).

[...] a cadeia se achasse **arruinada** em capas de ser exemplar por ser coberta de palha, por lhe terem desencaminhado a telha [...] (CS, p. 165, l. 119).

**Qualidade:** movimento para dentro

Joana Maria da **Encarnação**, viúva, tem quatro filhos solteiros [...] (CS, p. 61, l. 3).

## **INTER-/ENTRE- DO LATIM *INTER***

### CARTAS DE VIEIRA (SÉC. XVIII)

**Qualidade:** situação intermédia (lugar abstrato)

[...] se V. A. não **interpuser** sua real autoridade [...] (CV, p. 293, l. 54).

[...] nem por si, nem por **interposta** pessoa [...] (CV, p. 302, l. 171).

E por que a distância do lugar não sofre dilações, nem **interlocutórias** [...] (CV, p. 404, l. 131).

[...] não há senão isentar V. M. as missões de toda a **intervenção** e jurisdição dos que usam tão mal da que não têm [...] (CV, p. 414, l. 276).

**Qualidade:** fim, acabamento, completude

[...] e que, se esta amizade e obediência se quebrou e **interrompeu**, fora por parte dos portugueses [...] (CV, p. 543, l. 456)

## CARTAS SETECENTISTAS (SÉC. XVIII)

**Qualidade:** situação intermédia (lugar abstrato)

[...] ou por **inter**posta pessoa hum padre Ignácio Luiz Gonzaga [...] (CS, p. 132, l. 16).

[...] ou por **inter**posta pessoa fizesse alguma sinistra queixa [...] (CS, p. 180, l. 52).

[...] que tenha **inter**posto os meus ofícios para convencer os pais [...] (CS, p. 203, l. 19).

## SOBRE DO LATIM *SUPER*

### CARTAS DE VIEIRA

**Espaço:** situação superior

[...] tinha muito cabelo nas **sobrancelhas** [...] (CV, p. 476, l. 224).

**Qualidade:** valor anafórico (espaço abstrato)

O remédio é haver bastante número dos **sobreditos** religiosos [...] (CV, p. 299, l. 961).

Por vezes me disse que os havia de repartir na forma **sobredita** [...] (CV, p. 408, l. 972).

[...] nas **sobreditas** ordens manda V. M. que as missões ao sertão [...] (CV, p. 409, l. 124).

[...] e as **sobreditas** listas e repartição a faça o prelado dos religiosos [...] (CV, p. 416, l. 53).

[...] que pela causa **sobredita**, e por evitar bandos entre os índios [...] (CV, p. 418, l. 107).

[...] seus conventos se lhes repartirão na forma **sobredita** [...] (CV, p. 420, l. 200).

[...] que tenha a seu encargos os índios na forma **sobredita** [...] (CV, p. 422, l. 244).

[...] enquanto as **sobreditas** tiranias se executavam no Maranhão [...] (CV, p. 451, l. 252).

**Qualidade:** alvo de uma ação ou fenômeno

Indo assim todas na mesma volta, **sobreveio** a noite [...] (CV, p. 308, l. 27).

nas alturas das Canárias, onde nos **sobrevieram** tão grandes calmarias [...] (CV, p. 308, l. 54).

[...] já de noite, **sobreveio** tão grande travessia de vento que não foi possível tomar terra (CV, p. 352, l. 286).

[...] **sobreveio** a noite no caminho, tão escura e tão tempestuosa [...] (CV, p. 386, l. 532).

**Qualidade:** identificação, destinação

[...] e, posto que o lugar dentre estas ilhas é tão infestado de todo o gênero de corsários, e os mesmos moradores das Canárias o poderiam ser nossos, pois vínhamos em caravela, que era **sobrescrito** de sermos portugueses [...] (p. 309, l. 64).

**Qualidade:** abundância, demasia

[...] quando me via chegar a salvamento ao Maranhão, era com grandíssimo **sobressalto** [...] (CV, p. 315, l. 244).

[...] sem os temores e **sobressaltos** com que até agora se passava por esses estreitos, infestados de Nhengaíbas (CV, p. 468, l. 21).

**Qualidade:** posposição (lugar abstrato)

[...] e os nomes dos santos, e os **sobrenomes** de Barreira [...] (CV, p. 287, l. 60).

**Qualidade:** posição acima

Foi logo lume **sobrenatural**, profético e divino [...] (CV, p. 482, l. 389).

## CARTAS SETECENTISTAS

**Qualidade:** valor anafórico (espaço abstrato)

[...] alteradas condenações que lhes impõem as **sobreditas** câmaras [...] (CS, p. 188, l. 34).

[...] nesta **sobredita** villa das Minas do Rio das Contas aos vinte de junho [...] (CS, p. 217, l. 15).

[...] como expressamente dispõem o § 68 da **sobredita** lei. (CS, p. 218, l. 44).

[...] algumas violências daqueles malfeitores e além dos **sobreditos** acima [...] (CS, p. 224, l. 130).